



Sedia gestatória e flabelos, Tesouro
da Sé de Lisboa, Cat. n.º 111

Pálio, Mosteiro de S. Vicente de Fora
– Museu (Na página anterior)

OS PATRIARCAS DE LISBOA

D. CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO, SANDRA COSTA SALDANHA,
ANTÓNIO PEDRO BOTO DE OLIVEIRA
(COORDENAÇÃO)

ANTÓNIO FILIPE PIMENTEL, ANTÓNIO MATOS FERREIRA, D. CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO,
CELINA BASTOS, FILIPE FOLQUE DE MENDÓÇA, HENRIQUE PINTO REMA, JOÃO SOALHEIRO,
LUÍS SALGADO DE MATOS, D. MANUEL CLEMENTE, MARIA LÚCIA BRITO MOURA, NUNO SALDANHA,
PAULO FONTES, RUI RAMOS, SANDRA COSTA SALDANHA, TERESA PONCES, ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO
(TEXTOS)

D. JOSÉ DA CRUZ POLICARPO, CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA
(APRESENTAÇÃO)



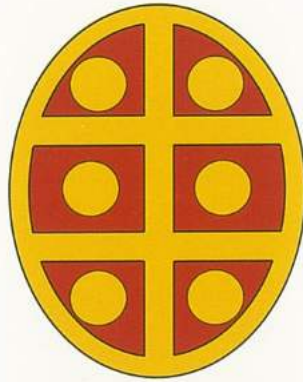
PATRIARCADO DE LISBOA



D. TOMÁS DE ALMEIDA

(1716-1754)

ANTÓNIO FILIPE PIMENTEL



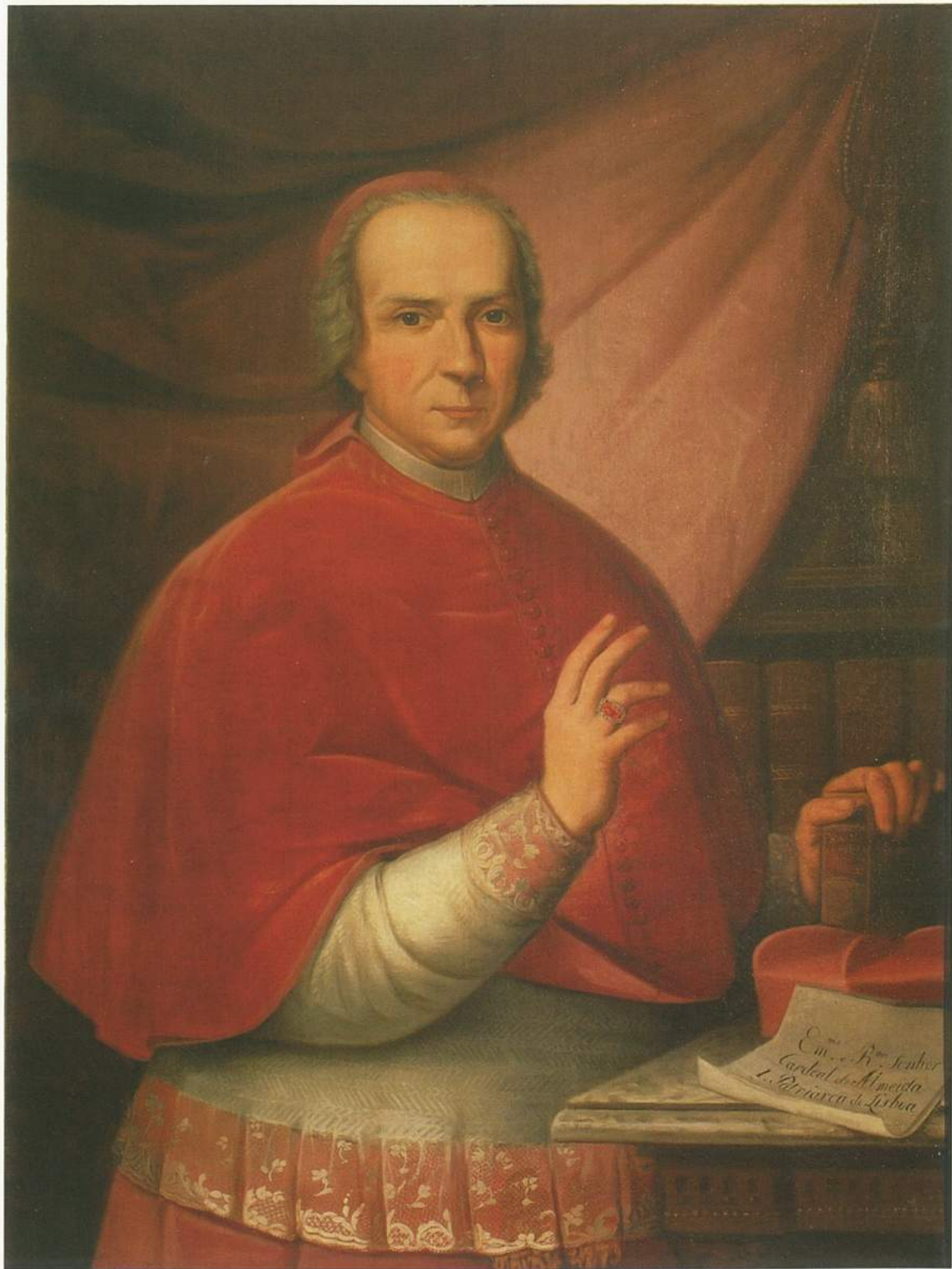
Seis anos decorridos sobre a morte de D. Tomás de Almeida – e dois sobre a do seu breve sucessor, D. José Manuel –, comentava José Baretti, em carta familiar, a respeito de D. Francisco de Saldanha, terceiro titular da nova cadeira patriarcal de Lisboa, de que tinha sido o primeiro ocupante: «Chegou o patriarca. E que patriarca! Tirante o papa, não ha no mundo um senhor ecclesiastico que se apresente com tamanha pompa.»¹ De facto, já Merveilleux, naturalista suíço que em Portugal se demorara, entre 1723 e 1726, ao serviço de D. João V, havia comentado, desta feita a seu respeito: «A magnificência com que o patriarca de Lisboa oficia, ultrapassa a do Papa nos dias de maior solenidade. E posso dizê-lo com conhecimento de causa porque vi officiar um e outro.»²

O Patriarcado de Lisboa Ocidental, instituído por Clemente XI, a instâncias de D. João V, em 7 de Novembro de 1716, pela bula *In supremo apostolatus*

solio, e sediado na Capela Real (cuja titularidade o prelado acumulava), reunia, na verdade, todas as condições para justificar a perplexidade dos forasteiros. E mesmo que o fausto singular que rodeava a instituição não representasse mais do que a face visível de um organismo infinitamente mais complexo no seu alcance ideológico e político, é essa exteriorização que, sobretudo, impressiona os comentadores e em particular, naturalmente, os estrangeiros. E, neles, muito especialmente – como também se compreende – os oriundos das áreas mais *racionalistas* do Velho Continente. Já em finais do século, com efeito, Joseph Carrère (médico francês fugido à Revolução e aportado a Lisboa, donde, por instruções de Pina Manique, seria erradicado sob a acusação de jacobinismo), constituiria um bom exemplo dessa reacção: «Ce prince a voulu singer la cour de Rome; il a voulu avoir une espèce de pape dans ses états; il a volu qu'il fit par-

tie de sa cour, qu'il fût sous sa dépendance: il a cru que la pompe, la magnificence du nouveau pontife réjailliroient sur le monarque qui l'auroit établi et don't il seroit dépendant.»³

A D. Tomás de Almeida, «um grande e magnífico senhor, afável e cheio de equilíbrio», como o retrataria, em correspondência diplomática, o núncio apostólico Mons. Lucas Tempi⁴, caberia, em consequência da nomeação que o mesmo pontífice nele faria (evidentemente por indicação real) em 4 de Dezembro imediato, a responsabilidade de protagonizar a nova e singular instituição. E, por conseguinte, de personificar, em primeira instância, essa *espécie de Papa* que agora emergia em Portugal, sob os auspícios do ouro do Brasil: mas, muito especialmente, no âmbito da *política romana*, eixo central da estratégia delineada pelo monarca de reforço interno do poder real e de projecção externa do prestígio da Coroa e



Em... R. ...
Cardal de Almeida
L. Patriarca de Lisboa



Retrato de D. Tomás de Almeida, Óleo sobre tela, Mosteiro de São Vicente de Fora – Museu (Na página anterior)

Castiçais com as armas de D. Tomás de Almeida, Museu Nacional de Arte Antiga, Proveniente do Paço de São Vicente de Fora, Inv. n.º 259-60 Our

do País.⁵ E nele concorria, com efeito, aos quarenta e seis anos, um conjunto de qualidades, consubstanciadas num vasto *curriculum*, a um tempo no plano eclesiástico, político, jurídico e administrativo, que, aliadas ao berço ilustre, à relação antiga de confiança com a Casa Real e aos dotes pessoais de carácter (e temperamento, como adiante se verá), dificilmente – excepção feita ao cardeal da Mota, já primeiro-ministro – sofreriam confronto entre os antístites do Reino. Neste contexto, a sua escolha para semelhante encargo afigura-se coerente com a prática desenvolvida pelo *Rei Magnânimo* no processo de selecção dos seus próximos colaboradores. Mesmo que, como é natural, as relações entre ambos não tivessem sido isentas de pontos de tensão.

* * *

D. Tomás nascera em Lisboa, em 11 de Setembro de 1670, sendo o nono filho do 2.º conde de Avintes, D. António de Almeida – distinto militar, conselheiro de Estado e da Guerra e governador do Reino do Algarve (além de *favorecido das musas e grande corteção*, no dizer de D. António Caetano de Sousa⁶) – e da condessa D. Maria Antónia de Bourbon, por seu turno filha dos 3.ºs condes dos Arcos e dama da rainha D. Maria Francisca de Sabóia-Nemours.⁷ A sua formação, após a frequência das Humanidades, decorre entre os Jesuítas (com os quais conservaria, toda a vida, uma relação afectiva e próxima), no colégio lisboeta de Santo Antão, donde passaria a Coimbra, em 1688, aos dezoito anos, entrando como porcionista no Real Colégio de São Paulo. Obtida a graduação em Cânones na Universidade, onde faz os seus actos *com aplauso*, é de imediato nomeado deputado do Santo Ofício de Lisboa, onde seria admitido em 21 de Junho de 1695.

Aos vinte e cinco anos, completa, por este modo, a formação escolar, iniciando uma carreira pública que, obviamente escorada pelas suas relações familiares, contudo se desenvolve com rara rapidez. Nesse mesmo ano, com efeito, *lé* no Desembargo do Paço *de jure aperto* e faz *exame vago* («hum dos actos mais rigorosos, que tem a litteratura em Reyno algum», informa ainda Caetano de Sousa⁸), sendo enviado como desembargador da Relação do Porto, de que toma posse a 27 de Agosto. Três anos mais tarde, porém, regressa à capital, ocupando sucessivamente lugares de prestígio entre o funcionalismo régio, do mesmo passo que não descura

a vertente eclesiástica. Assim, em Abril de 1698 transita para desembargador da Casa da Suplicação, onde exerce na *Mesa dos Agravos*, ao mesmo tempo que é apresentado por seu primo, D. Tomás de Lima, visconde de Vila Nova da Cerveira, como prior da paróquia de São Lourenço, dele recebendo ainda outros benefícios, que lhe garantiriam rendimento confortável. E que, particularmente, lhe permitiriam ilustrar o exercício do seu múnus com uma acção mecenática que ficará, de facto, doravante, como marca de água do seu percurso pastoral: neste caso edificando, na sua igreja paroquial, uma capela dedicada ao seu santo taurmaturgo – São Tomás de Vilanova (o jesuíta em cuja festa nascera) –, além do arco cruzeiro e dos altares colaterais do Senhor Jesus e de Nossa Senhora da Conceição, igualmente sua especial devoção, que, do mesmo modo, difundirá por onde quer que exerça a sua actividade construtiva. Estava, pois, delineado um estilo pessoal, de *grande e magnífico senhor*, que os anos seguintes não fariam mais que confirmar, ampliando-o no seu raio de acção.

Entretanto, novas responsabilidades administrativas e políticas se sucederiam, ao mesmo tempo que se estreitam as suas ligações à Corte. Assim, em 1703, ingressa como deputado da Mesa da Consciência e Ordens, tendo tomado previamente, como impunha a regra, o hábito da Ordem de Cristo e exercendo, a par, as funções de sumilher da cortina, no círculo áulico de D. Pedro II. Ano e meio mais tarde, em Outubro de 1704, era guindado ao elevado posto de chanceler-mor do Reino, entrando, por essa via, no *inner circle* dos lugares da governação, que, desde então, não mais abandonaria: tinha 33 anos e oito de vida pública.

Ainda nesse ano, com efeito, assumiria funções como secretário das Mercês e Expediente, em articulação com o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte-Real, no quadro da regência de D. Catarina de Bragança, rainha-viúva da Grã-Bretanha, por ausência do monarca, a braços com a campanha militar da Guerra da Sucessão de Espanha. E, nesse âmbito, ver-se-ia projectado para o epicentro negocial do grande conflito internacional, ao mesmo tempo que para a gestão governativa, em tempo de particular complexidade e exigência. E o ofício terá sido exercido «com tal modo, e acolhimento das partes, que huma, e outra Magestade se derão por tão bem servidas», diz Caetano de Sousa⁹, que, regressado o soberano, se vê provido em secretário de Estado, no lugar deixado vago por D. António Pereira da Silva, bispo de Elvas, entretanto nomeado para o bispado do Algarve. Em paralelo, exercia ainda outra função, numa área pela qual parecia revelar gosto especial: a de provedor das Obras do Paço e Casas Reais de Campo, na menoridade do seu titular, o conde de Soure D. Henrique da Costa.¹⁰

Como escreveria Barbosa Machado ainda em sua vida, «estes honoríficos lugares, em que manifestou a capacidade do talento, e dezinteresse de animo, forão os degraus formados pelo merecimento, e não pela fortuna, para subir a outros mayores». ¹¹ E, na verdade, não tardaria a receber em prémio o seu primeiro provimento episcopal: a mitra de Lamego, para a qual é apresentado por D. Pedro II e confirmado por Clemente XI em 6 de Dezembro de 1706: três dias antes da morte do rei. Ingressado na sua diocese em 3 de Abril de 1707 (conservando a secretaria de Estado), nela se demoraria somente vinte e um

meses, sendo nomeado, logo em 1709, agora por D. João V, para a diocese do Porto, que entretanto vagara. Nesse curto tempo, contudo, ordena intervenções na sua catedral – abertura de seis grandes janelas, as grades do cruzeiro, novas portas, realização das varandas do claustro e lajeamento e gradeamento do adro (deixando, ao partir, mais de 9000 cruzados para obras) –, ao mesmo tempo que, na diocese vizinha de Viseu, arbitra com sucesso o antigo conflito que opunha o bispo D. Jerónimo Soares ao seu cabido, em manifestação eloquente da autoridade supradiocesana de que estava investido.

Entretanto, em 1708, o monarca nomeava-o visitador do Colégio Real de São Paulo, em Coimbra, onde fora aluno, visita de que resultaria o aumento das rendas do instituto e que justificará os encómios que o respectivo cronista, D. José Barbosa, não se exime a lavrar, perpetuando a «sua pessoa, e a sua affabilidade, pela qual se pode dar com justíssima razão a este grande Prelado aquella mesma anthonomasia, que se deu ao Emperador Tito: *Delicias do genero humano*». ¹² Por esses anos, todavia, e a pretexto das mortes de D. Catarina (1705) e D. Pedro II (1706) e da aclamação, em inícios de 1707, do seu sucesor, uma nova faceta do prelado começava a ilustrar-se – a de coreógrafo das grandes cerimónias régias, fossem elas fúnebres ou festivas: «diga-o – como escreveria o seu biógrafo, Fernando António da Costa de Barbosa – aquella expedição, com que se houve nos dous funeraes de ambas as Magestades, sem faltar em hum ápice aos estylos, e pratica própria da mesma Magestade em semelhantes funções: diga-o finalmente o acerto, e magestoso, com que dispôs tudo o que conduziu para a gloriosa

elevação ao Trono do Fidelissimo Rey o Senhor D. João o V». ¹³

Provido, porém, no bispado do Porto, por carta régia de 30 de Abril de 1709 (confirmada por bula de Clemente XI, de 22 de Julho imediato) – muito provavelmente em razão do capital de experiência acumulado, uma década atrás, nos quase três anos em que fora desembargador da respectiva Relação –, faria a sua entrada pública a 3 de Novembro. A «extraordinária pompa» com que a leva a efeito (e que Caetano de Sousa se não se esqueceria de referir¹⁴) relevará, seguramente, do seu estilo pessoal de *grande e magnífico senhor*, mas igualmente, decerto, da esfera de acção inusitada que reveste a sua nova dignidade: oriunda da acumulação, desde 6 de Maio, das funções de governador da Relação e Armas da cidade, com privilégios nunca antes admitidos, como o de abrir açougue e ter gados próprios.¹⁵ Convertido, desse modo, no verdadeiro governante, a um tempo no espiritual e no temporal, de uma urbe que tão longa história tinha de conflitos com os seus prelados, esta parece não registar, contudo, nos quase dez anos que irão seguir-se, mais que a «saudosa memoria, na suavidade da administração da justiça, no amor das ovelhas, e em outros diversos monumentos, que eternizará na posteridade o seu esclarecido nome». ¹⁶ Situação esta, efectivamente, de verdadeira delegação régia, que deverá compreender-se à luz do quadro, ainda vigente, da Guerra da Sucessão, em cuja gestão D. Tomás havia desempenhado papel de relevo, nas suas funções de secretário de Estado e na lógica de uma previsível vitória da aliança austro-lusa (não tinha o marquês de Minas conquistado Madrid, em 1705?), que outorgaria à cidade, no seio de uma nova definição das



Retrato de D. Tomás de Almeida,
Domenico Duprà (atr.), Óleo sobre tela,
Mosteiro de São Vicente de Fora
– Museu

fronteiras setentrionais do Reino, definida nos acordos de 1703, o papel de uma verdadeira capital do Norte: que o monarca colocava, assim, sob o seu governo¹⁷ – numa eloquente demonstração do elevado conceito em que tinha o seu tacto político e a sua capacidade administrativa.

Naquela que seria mais tarde a *cidade invicta*, o prelado estabelece rapidamente, com efeito, a sua marca faustosa de exercício de um poder que é realmente total, mas que, não obstante, busca ser *benigno* e esclarecido; e em cujo exercício, agora demorado, alcança, de facto, demonstrar as efectivas capacidades de governo que possui. Assim, e a despeito da brandura do trato, que seria referência proverbial na pena dos memorialistas, a sua administração eclesiástica ficaria marcada, aqui como em toda a parte (novo traço identitário), por uma atenção particular às questões disciplinares, expressa na reunião do sínodo diocesano, logo em 1710, que adopta diversas providências nesse domínio. Do mesmo passo, todavia, e como governador militar, empenha-se, em acordo com a Câmara, na regularização do pagamento dos soldos às tropas, para o que defende, junto do rei, a criação de um imposto especial (o *subsídio militar*, cobrado na alfândega), que permitiu resolver a questão em curto tempo. E, como sempre também, faz prova do seu gosto pelo exercício mecenático de empreendimentos arquitectónicos e artísticos: seja construindo um edifício (que o fogo, mais tarde, haveria de destruir) para a câmara eclesiástica (em cujo tecto avultavam as suas armas); seja guarnecendo

de talha dourada e pinturas a capela-mor da igreja dos Congregados do Oratório, que de igual modo dotaria da grade do arco cruzeiro, de mármore e jacarandá, à mesma igreja ofertando ainda outros «catorze painéis de grande valor» (obras onde gastaria milhares de cruzados, desaparecidas também na reedificação do século XIX). E outras obras determina nas residências episcopais: novas galerias na Quinta do Prado; novas janelas no paço da cidade.¹⁸ De forma mais consistente, todavia (e emblemática do seu conceito de poder), empenha-se em levar a bom porto, reformulando-o em novos e mais grandiosos moldes, o projecto de expansão da cidade entabulado entre a Câmara e o cabido desde inícios da década de 1690, mas cujas negociações se arrastavam sem sucesso.



Castiçal com as armas de D. Tomás de Almeida, Mosteiro de São Vicente de Fora – Museu, Inv. n.º 564

De facto, face ao constrangimento que representavam a muralha urbana e os domínios fundiários que a circundavam, a Câmara havia empreendido, em 1691, contactos com o cabido para a urbanização do Campo das Hortas, de sua propriedade, entre a Porta do Olival e a Porta dos Carros, onde seria viável o estabelecimento de uma praça pública. A proposta obtivera acolhimento favorável, mesmo pelas possibilidades de lucro que adviriam da dinamização de construções nesse local, e é esse projecto, que já conheceria, certamente, dos seus tempos portuenses anteriores, que D. Tomás retoma, um ano após tomar posse da mitra, consciente das potencialidades a um tempo materiais e estratégicas que consubstanciava. Nesse sentido, ao integrá-lo nos seus desígnios pessoais de afirmação, procede à sua ampliação, orientando-o com vista à projecção de uma praça susceptível de rivalizar com a Plaza Mayor de Madrid: no que constituiria o plano mais importante deste género concebido em Portugal antes da Praça do Comércio de Lisboa.¹⁹ Com efeito, um quadrilátero regular de 120 metros por lado deveria permitir uma emulação eficaz do seu modelo ideal, vincada na regularidade dos alçados, de arcarias e fachadas de balcões, compondo lotes prolongados nas traseiras por jardins, porém no quadro de um programa áulico, gizado em função do prelado-governante, destinado a ilustrar a sua dignidade de *grande e magnífico senhor* e a ser ocupado pela nobreza nortenha, que constituiria a sua corte.

Contornados rapidamente os problemas jurídicos; demarcados os lotes e firmados os respectivos contratos, em ritmo acelerado, entre Outubro de 1710 e Março de 1711; traçado (por mão ig-

nota) o programa urbanístico; não foi todavia possível mobilizar em número suficiente os construtores do empreendimento e nem a Câmara se envolveu com eficácia num projecto que, provavelmente, carecia de verdadeiro enraizamento cultural: numa cidade que havia firmado a sua história na tenaz resistência aos poderes senhoriais e na vitalidade da sua burguesia. E, em 1715, seria definitivamente abandonado, meses antes de que a assinatura da paz entre Portugal e Espanha, pondo fim a um conflito longo e recheado de decepções, esvaziasse também, por sua vez, a própria base ideológica que o havia norteado.²⁰ Por esse tempo, porém, ultimavam-se as negociações entre o monarca e a Cúria pontifícia de que resultaria, a 7 de Novembro de 1716, a elevação da Capela Real portuguesa à dignidade de Basílica Metropolitana e Patriarcal, dividindo, em seu proveito, o velho arcebispado de Lisboa em duas dioceses: oriental e ocidental. E, nesse contexto, um novo e extraordinário papel estaria reservado a D. Tomás, que Clemente XI haveria de confirmar, um mês mais tarde, nas funções de primeiro patriarca: condição em que faria a sua entrada pública em 13 de Fevereiro de 1717, com «magnífica e magestosa pompa» como, uma vez mais, Caetano de Sousa se não esqueceria de registar.²¹ E a nova *excelsa dignidade*, como se lhe refere, iria fornecer-lhe, nas quase quatro décadas em que haveria de exercê-la, o melhor ensejo de manifestar, num contínuo crescendo, decorrente dos próprios objectivos para ela delineados pelo *Rei Magnânimo*, a sua índole natural, *grande e magnífica*.

* * *



Armas de D. Tomás de Almeida,
Pormenor do castiçal, Mosteiro de São
Vicente de Fora – Museu, Inv. n.º 564

Na verdade, a ideia da instituição em Lisboa de um Patriarcado com prerrogativas quase pontifícias contava já uma longa e complexa história, fundamental, porém, para a compreensão do papel que, nela, estaria reservado a D. Tomás; história que, por sua vez, se interliga com a *política romana*, uma das vertentes mais singulares da estratégia de afirmação implementada pelo monarca.

Efectivamente, entre as grandes linhas de rumo da governação de D. João V, avulta (a ponto de constituir uma das notas dominantes do reinado) a defesa tenaz e intransigente das prerrogativas régias e nacionais, de resto avaramente concedidas, numa Europa onde constituíam importante capital político. Isso mesmo reconhecia o governo francês nas suas instruções ao embaixador em Lisboa, Chavigny, ao aludir ao «desígnio que havia muito tinha El-Rei concebido, e executado com constância e firmeza, de elevar a sua Coroa ao mesmo grau

em que se achavão as primeiras Potências da Europa, de cujo desígnio e propósito era impossível desviá-lo, por isso que sempre nelle se saíra bem».²² Contudo, se o monarca se revelaria a mais perfeita encarnação, à escala nacional, deste conceito *barroco* de política, não fora ele, realmente, o seu introdutor. Trata-se, ao invés, de uma orientação que se consolida gradualmente, no decurso do último quartel do século XVII, como, afinal, tantos dos aspectos da governação joanina.

Na verdade, é no reinado de D. Pedro II que, pouco a pouco, se leva a cabo a superação da longa crise inaugurada com a Restauração. Entre o reconhecimento pela Espanha da independência portuguesa (1668) e as primeiras remessas de ouro brasileiro (1699), trinta anos de paz permitem o reforço do poder real, a recuperação da economia e o lançamento de uma política de prestígio até então impraticável, em articulação com uma estratégia de participação do País nos assuntos europeus, como forma de afirmação de independência política e de autonomia negocial: e nesse objectivo se enquadrará a própria participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha. Virava-se, assim, uma página amarga da nossa história recente – página em que, havia que reconhecê-lo, o Reino se vira abandonado pela Santa Sé, pressionada pela monarquia dos Habsburgos.

Apesar disso, Portugal não deixara de constituir a cabeça de um império imenso e multirracial, que, outrora, havia conquistado para a Cristandade. Assim, na hora em que a sua estrela parecia querer brilhar de novo (e a do país vizinho decaía), será como reino católico – entre os reinos católicos – que pretende afirmar-se, numa Europa onde, de res-

to, o factor religioso regista ainda uma incontestável permanência.²³ A partir, pois, deste momento, trabalha-se na Cidade dos Papas no sentido de conseguir, para o monarca português, um tratamento idêntico ao que os pontífices reservavam para as potências católicas ditas de *primeira grandeza*: o Império, a França, a Espanha. Nascia pois, por esta via, a *política romana*, cuja aplicação metódica tenderia a intensificar-se com o final da centúria²⁴ e que, com D. João V, se configurará abertamente em termos de estratégia de poder.

De facto, sistematicamente desenvolvida a um grau de sofisticação dificilmente imaginável, constituirá o principal ingrediente da nova imagem que se pretende dar do *Portugal Joanino*, utilizando em seu benefício o ainda imenso prestígio espiritual do Papado, mais vulnerável agora que começa a revelar inequívocos sintomas de declínio.²⁵ Das primeiras, tímidas manifestações, até às grandes concessões, como a Patriarcal ou o título de *Majestade Fidelíssima* – que, já quase no termo do reinado, equipararia enfim, definitivamente, os monarcas lusos ao imperador austríaco (*Majestade Apostólica*) e aos soberanos de França e Espanha (respectivamente *Majestade Cristianíssima* e *Majestade Católica*) –, a diplomacia nacional canaliza para Roma uma parte substancial dos seus recursos e energias, num processo curioso, onde, não raro, se surpreende uma evidente nota de arrogância.²⁶ O ritmo sempre crescente das exigências, a relutância na condescendência pontifícia e os esforços contrários envidados pelas cortes estrangeiras, atestam bem o valor político da matéria em causa.²⁷ Com tudo isso, porém, estavam longe de esgotar-se nas ambições de projecção exterior da Coroa portuguesa os

objectivos estratégicos perseguidos pela *política romana*; ao invés, uma parte não menos importante do desígnio central que a norteava relaciona-se directamente com o seu impacte interno.

Efectivamente, ao longo de todo o período de vigência do absolutismo monárquico e malgrado as frequentes querelas de doutrina ou de jurisdição, a Igreja do Antigo Regime manteve sempre, por toda a Europa, estreitas ligações ao Estado.²⁸ Mas num país como Portugal, onde o longo isolamento e as delicadas questões teológicas e eclesiásticas haviam marcado os anos da Restauração, esta união íntima de política e religião tenderia a cristalizar-se num verdadeiro modelo ideológico²⁹; e os anos imediatos à recuperação da independência tinham sido mesmo assinalados por um predomínio do religioso sobre o político. Todavia, à medida que, lentamente, se processa a superação da crise, a situação tende, pouco a pouco, a inverter-se: a paz interna e a prosperidade económica, fomentando o reforço do poder real, colocam-no progressivamente ao abrigo das pressões dos grupos sociais desejosos de exercer a sua tutela, entre os quais, pela extensão dos aparelhos jurídico-políticos (e culturais) de que dispõe, se destaca, desde logo, a Igreja. Nesta conjuntura, o incremento do prestígio *católico* da realeza, uma vez firmada a sua autoridade, não deixaria de fazer realçar a sua posição, num contexto mental onde a estrutura eclesiástica ocupa ainda um lugar do maior relevo. Simultaneamente, a importância formativa da Igreja como órgão de disciplina social recomenda, não apenas o seu controlo, mas a sua utilização como instrumento ao serviço do poder.³⁰ A *política romana* tem, assim, o seu complemento indispensável na política regalista.

E, com efeito, é nesse período dramático em que Roma parecia ter esquecido o pequeno reino lusitano que, nas proximidades do poder, se começa a esboçar uma tendência que, ao ultramontanismo dominante, opunha, sem negar embora a obediência a Roma, a defesa dos interesses do Estado e da Igreja nacional.³¹ Esta corrente de opinião, que os circunstancialismos do tempo não deixariam vingar, teria de aguardar pelo século XVIII e pela política joanina para (num tempo em que o galicanismo fazia escola na Europa, simultaneamente como prática e como doutrina³²) encontrar expressão ao próprio nível governamental. Claro precursor de Pombal na defesa da autonomia do Estado em matéria eclesiástica³³, D. João V subordina a esta ideia central as suas relações com a Sede Apostólica, e, em conformidade com ela, não hesitará chegar ao rompimento como forma de fazer respeitar a sua posição.³⁴ A ela submete, ainda, as ambições de prestígio que persegue, como se confirma

na afirmação que reiteradamente faz o marquês de Fontes, de que «não fora a Roma para os negócios da Capella senão para os negócios da China».³⁵ Enfim, não deixa de ser especialmente significativo que algumas obras de carácter regalista redigidas na conjuntura da Restauração viessem a ser dadas à estampa, pela primeira vez, no seu reinado.³⁶ E é, certamente, neste contexto genérico que deverá ser entendida a instituição da Patriarcal.

De facto, as origens remotas de semelhante projecto radicam na doutrina galicana, que havia agitado a Igreja francesa no decurso dos séculos XVI e XVII. Fora então, com efeito, que pela primeira vez se havia formulado a ideia da organização da hierarquia eclesiástica nacional de modo administrativamente independente em relação à cadeira pastoral de Roma, colocando-a sob a auto-

Escrivantina com as armas de D. Tomás de Almeida, Museu Nacional de Arte Antiga, Proveniente do Paço de São Vicente de Fora, Inv. n.º 319 Our





Retrato de D. Tomás de Almeida, Francisco Vieira de Matos, Desenho a sanguínea sobre papel, Gabinete de Estampas do Museu Nacional de Arte Antiga, Inv. n.º 2354/24v Des

ridade de um patriarca e sujeita apenas à Sede Apostólica em matéria dogmática e moral.³⁷ E é nesse contexto que a ideia ressurge em Portugal, após a Restauração e ainda em tempo de D. João IV, quando o País se debate com a dramática questão da provisão dos bispados. Com efeito, entre as várias soluções então aventadas, destaca-se a da reunião de um concílio nacional, que tomaria a seu cargo a eleição de um patriarca, o qual, por sua vez, se encarregaria de nomear prelados para as dioceses vagas.³⁸ Os defensores da ortodoxia impediriam, naturalmente, que tal propósito se realizasse, mas, anos volvidos e já no reinado de D. Afonso VI, uma curiosa e enigmática figura de clérigo e cortesão, Sebastião César de Meneses, retomaria, agora em termos ao que parece abertamente separatistas, o tema do Patriarcado de Lisboa.³⁹

A situação de debilidade do poder central que por esses anos se vivia em Portugal não era, porém, de molde a favorecer projectos desta natureza, e a autonomia da Igreja nacional deparraria, como era de esperar, com uma feroz oposição, vetada unanimemente pela junta de teólogos convocada pelo monarca com o fito de analisar esta matéria: cominada a ideia de *«herética, scismatica, contra Deos, contra os Concílios e Santos Padres, injuriosa à Santa Madre Igreja Romana, à qual, como verdadeiros fieis, e ao Summo Pontífice, cabeça della, deviam estar obedientes como estavam»*, seria a mesma rejeitada em toda a linha.⁴⁰ Não obstante, e tal como se verificaria com os textos regalistas produzidos no contexto da Restauração e cuja publicação se revelara então inoportuna ou fora mesmo impedida pela vigilância inquisitorial, também o tema do Patriarcado de Lisboa ganharia subitamente actualidade na viragem da centúria, para emergir de chofre com o advento de D. João V.⁴¹ Somente assim, com efeito, se compreende que, escassos meses decorridos

sobre a sua subida ao trono, em 30 de Abril de 1707, já Soares da Silva pudesse registar: «Determinou ElRey fazer Sêe a sua Capella Real, e tem recorrido ao Papa, e de cam.º vai fazendo nella m.ºas obras com noua capp.ª mor, e mil mudanças mais.»⁴²

De facto, a utilidade política do incremento da capela régia e o consequente realce que (num país católico) esse facto não deixaria de trazer à realza e ao próprio Reino não passariam despercebidos aos mais atentos dos contemporâneos – e logo em Dezembro de 1708, em pleno quadro da Guerra da Sucessão e a propósito da embaixada romana do marquês de Fontes, entre assuntos tão importantes como o do Padroado do Oriente ou o dos quindénios, Cunha Brochado não deixaria de recomendar: «e bom será q. não esqueça unir, ou pensionar algumas Igr.ªs ao rendim.º da Cap.ª Reyál, e q. os Cónegos tenham algum privilegio de habito, e de jurisdiçam».⁴³ Começa aqui, de facto, a contagem decrescente para o estabelecimento da Patriarcal, mas é na pena dos memorialistas estrangeiros que podemos surpreender, *a posteriori*, uma verdadeira acuidade de análise a respeito da instituição. De facto, pouco depois dos meados da centúria, escreveria Dumouriez: «cette dignité (...) será peut-être un jour très préjudiciable à la cour de Rome, en occasionant un schisme, don't on parle déjà avez liberté, & que la cour de Londres appuyera de toutes ses forces».⁴⁴ E opinião idêntica expressaria igualmente Bourgoing, ainda no reinado de D. Maria I: «Si le roi défunt [D. José I] eût vécu plus longtemps, ou que M. de Pombal eût toujours continué de faire les fonctions de premier ministre, cette place eût pu devenir un jour très préjudiciable à la cour

Retrato de D. Tomás de Almeida, Francisco Vieira de Matos, Desenho a sanguínea sobre papel, Gabinete de Estampas do Museu Nacional de Arte Antiga, Inv. n.º 2845 Des

de Rome, don't le Portugal commençoit à ne plus porter le joug si patiemment. (...) Le peuple, habitué à avoir sous les yeux une image parfaite du souverain pontife, en seroit venu facilement à regarder les indulgences et les dispenses qu'il recevoit du patriarche, comme aussi valides que celles qu'il faisoit venir de Rome à grands frais.»⁴⁵

Na verdade, muito embora a dignidade patriarcal, no quadro da Igreja Católica, se tenha transformado, no decurso dos séculos, numa mera distinção honorífica, é um facto que, entre as Igrejas orientais, lhe corresponde historicamente uma real jurisdição e autonomia dogmática sobre extensas áreas da Cristandade.⁴⁶ Sabemos, com efeito, que, no seu desejo de incrementar o esplendor da Corte de Lisboa, o monarca encomenda a Lázaro Leitão Aranha, lente de Coimbra e cónego da Patriarcal, uma memória sobre as capelas régias europeias⁴⁷; mas o que será certamente mais interessante é o empenho que terá colocado em se informar detalhadamente sobre os diversos ritos do cristianismo oriental, onde a fórmula jurídica do Patriarcado verdadeiramente surgia em todo o seu esplendor. Do que, em todo o caso, parecem não restar dúvidas, é de que terá sido o receio sentido pela Santa Sé de um possível cisma português, originado pela questão do cardinalato dos núncios, que motivaria a sua cedência nesse assunto, pondo assim termo a quase uma década de relações interrompidas.⁴⁸

Mas um último aspecto não poderá ainda deixar de ser referido. De facto,



actuando numa corte sem proporções grandiosas e num país onde a sociabilidade continuava a revestir preferencialmente padrões eclesiásticos⁴⁹, o espectáculo cortês não poderia deixar de utilizar em seu proveito os recursos fornecidos pela pompa litúrgica, num

processo de apropriação que era, de resto, favorecido por evidentes afinidades com o cerimonial áulico.⁵⁰ Na verdade, as grandes encenações religiosas forneceriam ao monarca a possibilidade de preencher de modo brilhante o quotidiano da organização cortês sem con-



Armas de D. Tomás de Almeida, Tecto da escadaria nobre do Palácio da Mitra em Marvila

cessões demasiadas ao sector aristocrático⁵¹, ao mesmo tempo que garantiriam a adesão de uma Igreja lisonjeada com a *fidelidade* régia, mas progressivamente submetida por uma política declaradamente regalista, bem como a dos tradicionalistas, que viam nas grandiosas manifestações do culto o único antídoto contra a impiedade dos tempos modernos. O caudal imenso dos presentes enviados para Roma no decurso do reinado, as enormes somas gastas em múltiplas diligências, os percalços diplomáticos que envolveram as relações com a Santa Sé e chegariam mesmo à sua suspensão durante vários anos (1728-37) só poderão, de facto, compreender-se se ao capricho e à natural devoção do soberano católico se acrescentarem razões políticas de fundo, que se prendem, evidentemente, com o prestígio régio, numa Europa onde o Papado desempenhava um papel central; mas também com uma estratégia consciente de poder, que contextualiza a *política romana* – e, nela, a instituição da Patriarcal – e que apenas adquire verdadeiro sentido em função da conjuntura em que se inseria.

E por este modo se iniciava, com efeito, um curioso processo que, em poucos anos, transformaria a metrópole lisboeta – instituída na Real Capela do Paço da Ribeira, cuja titularidade o patriarca concentrava (e continuamente acrescentada, ao longo dos anos, em honras e privilégios) – numa verdadeira miniatura do Vaticano: e o seu prelado numa *espécie de papa*. De facto, o patriarca usava vestes cardinalícias, sapatos bordados com uma cruz, camalha de veludo carmesim, chapéu preso por cordões, e ostentava insígnias quase pontificias: as suas armas eram coroadas por uma tiara e uma chave e, no tejadilho do seu coche, como no do Papa, refulgia um Espírito Santo de ouro. Encabeçava, além disso, um cortejo efectivamente impressionante de mais de duzentos dignitários: vinte e quatro *principais*, formando um sacro colégio e trajados de violeta e escarlate, à maneira do camareiro papal; setenta e dois *monsenhores*, com vestes roxas episcopais e tendo direito à mitra; vinte cónegos e setenta beneficiados, aos quais se juntava ainda um número impressionante de músicos e cantores e uma coorte notável de acólitos e funcionários, cujo total ascenderia, em 1747, a 444 pessoas. Aos livros de cantochão copiados dos de São Pedro de Roma, como o cerimonial de que se rodeava o metropolitano (cujo trono copiava fielmente o do Pontífice), acrescentava-se a precedência sobre todos os arcebispos e bispos do Reino (privativa antes do arcebispo de Braga, como *Primas*), a faculdade de promover ao bacharelato e doutoramento em Teologia e Cânones os dignitários patriarcais, a elevação ao cardinalato no primeiro consistório realizado após a sua eleição e, finalmente, o privilégio de sagrar os reis de Portugal.⁵²

A exibição pública do patriarca reunia, pois, todas as condições para constituir um verdadeiro acontecimento, e a Patriarcal proporcionava, de facto, à corte de Lisboa, o brilho que o monarca ambicionava e se via impedido de procurar nas grandiosas funções mundanas que, além-fronteiras, constituíam o cerne do espectáculo áulico. E convertia-se, por essa via, no centro emotivo da vida palaciana. Ao lado da corte secular, pois, cuja expansão os circunstancialismos da conjuntura nacional em grande parte impediriam, erguer-se-ia, assim, esplendorosa, a corte eclesiástica, que, essa, possibilitaria afinal, não somente ombrear com as suas congéneres internacionais, como ultrapassá-las mesmo, pelo fausto quase sem limites que rodeava as manifestações litúrgicas da corte de Lisboa. No Paço da Ribeira, com efeito, a presença do patriarca e do seu séquito, ao qual se acrescentavam ainda três outros cardeais (da Cunha, da Mota e Pereira de Lacerda), impunha, na tonalidade relativamente sombria do quotidiano áulico, uma colorida e característica nota, que ajudaria a configurar Lisboa como a *Roma do Ocidente*.

Todavia, se o sumptuoso prelado precedia em tudo os bispos seus irmãos e, como eclesiástico, mesmo os grandes do Reino (entre os quais se contavam parentes da Casa Real), sobre todos imperava indiscutivelmente o rei. Deve, aliás, reter-se que, na prática, o metropolitano não era mais que o capelão real, cujas funções lhe competia desempenhar, e a criação da diocese de Lisboa Ocidental, instituída na Real Colegiada de São Tomé, não motivara, de facto, a erecção de uma nova catedral: pelo contrário, fora a capela palatina que, hipertrofiando-se pela acumulação de sucessivos privilégios, adquirira uma di-

mensão nunca vista anteriormente em toda a Cristandade e que, de resto, explica a relutância pontifícia em aceder aos desejos do soberano português.⁵³ Neste contexto, o extraordinário engrandecimento das funções litúrgicas do Paço reflectir-se-ia de modo directo sobre a pessoa real, a quem todo aquele fausto se dirigia e que ficava assim sendo o único príncipe católico a possuir um *papa* por capelão.

Foi esta mesma realidade que Carrère bem compreendeu ao afirmar, a respeito de D. João V, que pretendia, com a sua emulação da corte pontifícia, «avoir une espèce de pape dans ses états»; ao mesmo tempo que compreendeu também que «il a voulu qu'il fit partie de sa cour, qu'il fût sous sa dépendance: il a cru que la pompe, la magnificence du nouveau pontife réjailliroient sur le monarque qui l'auroit établi et don't il seroit dépendant».⁵⁴ E é esta complexa personagem que D. Tomás de Almeida seria chamado a encarnar em inícios de 1717: com os créditos que possuía, de *grande e magnífico senhor, afável e cheio de equilíbrio*.⁵⁵ Mas que o papel comportava riscos, provam-no as tensões que não deixariam de existir.

Efectivamente, no seu longo pontificado de trinta e sete anos, o patriarca D. Tomás deixaria, em torno da sua acção, um rasto eloquente de grandeza e magnificência, como se esperava de quem devia assumir-se como materialização da própria majestade régia e, em particular, da pessoa do monarca. O qual, aliás, para esse mesmo fim, como refere Caetano de Sousa, «com a sua incomparável generosidade, e devoção, lhe fez uma ampla Doação (...) de diversas rendas,



Palácio da Mitra em Marvila

separadas das Ecclesiasticas, para poder manter uma Casa com grandeza, e aparato da sua alta Dignidade, que elle conserva em luzida e numerosa família».⁵⁶ E, de facto, nas grandes cerimónias litúrgicas, como nas efemérides principais do reinado – como seriam os baptizados principescos, a fundação e sagração de Mafra, a celebração, em 11 de Janeiro de 1728, na própria Basilica Patriarcal, dos esponsais da infanta D. Maria Bárbara com o príncipe das Astúrias, Fernando de Bourbon, ou, já em 29, a celebração na Sé de Elvas do consórcio dos príncipes do Brasil, D. José e Mariana Vitória de Bourbon, por ocasião da *troca das princesas*, ou ainda, em 46, a sagração da nova Basilica Patriarcal –, o prelado e a sua cúria disporiam de ocasiões azadas para fazer brilhar, em todo o seu inultrapassável esplendor, a prodigiosa máquina cerimonial que o soberano construíra em seu redor.⁵⁷

É, na verdade, esse lastro brilhante que perpassa, num registo quase domésti-

co, no interessantíssimo documento que constituem as *Memórias Paroquiais*, referentes ao seu domínio de Santo Antão do Tojal e redigidas pelo respectivo cura após o terramoto. Nelas se reporta, com efeito, um quarto de século de munificas visitas que, justamente, deixariam no local uma memória viva.⁵⁸ De facto, o seu natural gosto pela pompa e pelo cerimonial, que não escaparia ao registo laudatório dos cronistas, configurava-o como a personagem ideal para dar corpo ao projecto cenográfico idealizado pelo *Rei Magnânimo*, do qual viria a revelar-se, de resto, colaborador empenhado e criativo. Disso mesmo seria testemunho um dos mais vívidos documentos do quotidiano social, político e cortesão do Portugal de então, as *gazetas manuscritas* da Biblioteca Pública de Évora, ao reportarem sucessivas notícias do prelado, tais como: «Morreo hum capellão do Patriarcha e o seu enterro foi com pompa extraor-

dinária, e dizem que [com] ceremonias novas»; ou «A hospedagem que fes em Santo António do Tojal o Sr. Patriarcha ao Sr. Cardeal da Cunha foi magnífica»; ou ainda «O Patriarcha deu a sua sobrinha a Sra. Condessa do Lavradio joyas que se estimao em nove mil cruzados»; ou, mesmo, finalmente, que «foi El Rey de madrugada, e o Príncipe á nova quinta do Patriarcha em Sto. António do Tojal ver o baptismo dos grandes e novos sinos, jantaram magnificamente, apurandose Sua Jllustrissima e Reverendíssima quanto devia para receber tam grandes hospedes, e a Raynha fes a mesma jornada esta somana».⁵⁹

No mesmo sentido, e dando corpo à estreita ligação que sempre manteria com os seus mestres jesuítas, instituiu o patriarca em São Roque, a partir de



Palácio da Mitra em Marvila

1718, no último dia do ano, uma esplendorosa função litúrgica, a que, segundo informa João Baptista de Castro, «assistiam publicamente as pessoas reaes, com todos os grandes da corte, e se cantava o *Te Deum*, a dous coros pellos melhores músicos, e instrumentos».⁶⁰ Tal como o monarca, aliás, e em continuação do que já operara em Lamego e no Porto, o prelado esforça-se de igual modo por espalhar em seu redor os frutos de uma munificência que – a par do exercício efectivo da caridade – deveria preservar a sua memória na vasta circunscção religiosa que lhe fora atribuída, onde as obras por ele patrocinadas quedariam como «eternos padroens do seu pio, e generoso animo», como assevera Caetano de Sousa.⁶¹

Estariam nesses casos, com efeito, onde piedade e generosidade se entrecruzam, os avultados contributos que daria para a Casa de São Vicente de Paulo, que «com largas despezas tem tão adiantado», assevera o cronista, ou para o mosteiro das religiosas Trinas de Campolide, interrompido havia mais de um século e que consegue fazer concluir em 1721, com a sua energia habitual. Ou ainda, noutra plano, a aquisição e doação aos seus moradores, depois da construção de um chafariz, da quinta de Alhandra, de que era donatário, com o único fim de fornecer água aos habitantes.⁶² Em particular, porém, será esse o caso da edificação da vasta Igreja do Senhor da Pedra, junto à vila de Óbidos, nos confins do seu domínio, e de que, ano e meio após haver começado a «resplandecer em Milagres»⁶³, em 1739, se inauguravam já solenemente as fundações.

O plano, grandioso, seria entregue ao arquitecto da mitra, Rodrigo Franco, que idealizaria um templo de planta

centralizada, com um gosto (essencialmente decorativo) *aggiornatto* em relação ao paradigma italianizante vigente na arte da corte de D. João V; situação que também espelham as pinturas dos altares, da autoria dos portugueses André Gonçalves e José da Costa Negreiros, ou as esculturas de Francisco Borjão. Mas com cedências ao gosto tradicional português, como o revestimento azulejar. A despeito, porém, do patrocínio patriarcal e das avultadas esmolas recolhidas (desde logo, do próprio monarca, que a visita em 1742), a igreja, inaugurada em 47, ficaria inconclusa desde então.⁶⁴ Idêntica dificuldade, aliás, terá o prelado sentido com relação às obras da nova paroquial de Santa Isabel, no extremo ocidental de Lisboa, empreendida em 1742 e que, não obstante a solidariedade régia, que de novo se faria sentir, ainda em 1758 não teria passado o nível da cimalha.⁶⁵

Porém, *grande e magnífico senhor* como, na verdade, se esperava que fosse, seria nas suas próprias residências (recebidas com o domínio ocidental do velho arcebispado de Lisboa) que o prelado levaria a cabo a melhor exibição dessa sua dignidade, a par da sua apetência pelo fausto da vida quotidiana, que o próprio monarca – que no Paço Real lhe organizaria sumptuosas moradas, em articulação com a Basílica Patriarcal⁶⁶ –, de resto, directamente estimulava: o Palácio da Mitra, na Quinta de Marvila, aumentado e restaurado no virar do século pelo arcebispo D. Luís de Sousa e onde os cónegos haviam empreendido obras entretanto interrompidas (e que conclui com dignidade e coerência, ao redor de 1730 – não sem introduzir o gosto vernacular dos azulejos –, segundo planos, como esclarece a documentação, do seu arquitecto particular

Rodrigo Franco⁶⁷); o Palácio Lavradio, em Lisboa, ao Campo de Santa Clara, empreendido em 1745, adquirido a seu irmão, conde de Avintes, e ofertado ao sobrinho, 1.º conde e 1.º marquês de Lavradio (a propósito do qual Robert Smith aventaria o nome de Ludovice⁶⁸, em atribuição que valerá a pena tentar rever-se, em função do que começa a desenhar-se sobre o papel de Rodrigo Franco nos empreendimentos patriarcais); enfim as obras que desenvolve no domínio saloio de Santo Antão do Tojal, e que mais popular tornariam a sua acção artística entre a historiografia da especialidade: em particular pela documentada presença, nesse contexto, do arquitecto romano António Canevari, que em Lisboa permaneceria, entre 1728 e 1732, ao serviço de D. João V.⁶⁹

Obras complexas, de remodelação e refrescamento da velha residência estival dos arcebispos e da igreja adjacente, empreendidas a partir de 1730, haveriam, porém, de absorver o patriarca por longos vinte anos. Aí modelaria, com efeito, pouco a pouco, um conjunto residencial, onde a intervenção do arquitecto italiano, decerto essencialmente centrada na planificação do aqueduto e no palácio-fonte – que a documentação esclarece destinar-se, na origem, a servir de casa da câmara, no âmbito de um domínio que o prelado buscava dignificar (também retoricamente) pela sua elevação a vila⁷⁰ –, se diluirá, decerto, entre outros protagonistas.⁷¹ Particularmente laboriosa é, aliás, a reconstituição das campanhas que D. Tomás leva a cabo na igreja paroquial (que dignifica no plano eclesiástico e converte em dependência palaciana), fortemente atingida pelo terramoto de 1755, mas de que valerá a pena destacar o conjunto de estatuária de origem genovesa, de provável reali-

zação de Francesco Maria Schiaffino.⁷² Nela, com efeito, se figura Nossa Senhora da Conceição – devoção militante do prelado –, além da Rainha Santa Isabel e de São João de Deus, santos portugueses que não deverão, talvez, deixar de associar-se à dedicação que o prelado promove, à mesma augusta taumaturga, da nova igreja paroquial de Lisboa: e, por essa via, a uma valorização subtil de um catolicismo *nacional*⁷³, que não poderá também deixar de interligar-se com os desígnios mediatos que teriam presidido à própria instituição da Patriarcal.

De facto, não poderia, seguramente, D. Tomás de Almeida, dotado como era – como asseguram os panegiristas (e parece demonstrar o seu *curriculum*) – de «profunda sciencia» nos Sagrados Cânones⁷⁴, ter-se envolvido no protagonismo de um projecto eclesiástico cuja modelação, de ano para ano, se fazia em clara apropriação (desde logo simbólica) das prerrogativas pontifícias, em ausência de solidariedade com os seus desígnios. E os memorialistas não deixam de encarecer as suas *letras* e superior cultura, encomiando, além das obras publicadas (fundamentalmente ligadas ao seu exercício administrativo e pastoral), uma produção manuscrita de que se poderiam «formar volumes». ⁷⁵ E é esse também o retrato traçado nas próprias notas das *gazetas manuscritas* ao relatarem (em dois registos): «Dia da Conceição foy El Rey a Patriarchal, ouve a novidade de que o Patriarcha diçe de memoria e com acções hum sermão latino ou homelia que durou quarto e mejo de hora e foi muy aplaudido»; ou «Os que querem introduzir a Opera tem ajustadas as cantarinas por 20.000 cruzados, e hua planta para o theatro no mesmo Patio, e o Patriarcha os não embarça, mas faltalhe a licença delRey». ⁷⁶

E também por isso a biografia do prelado não deixaria de registar, a par do seu empenho na administração da diocese, que detalhadamente visita⁷⁷, algumas notas de conflitualidade que, a par das qualidades lendárias do seu exterior amável – «já mais se dificultou para ouvir geralmente a todos, achando nelle urbano trato os Grandes, e affavel acolhimento os pobres, que socorre generosamente, o Clero, e os Regulares, Pastor, e Pay», registaria Caetano de Sousa⁷⁸ –, testemunham nele uma personalidade forte e realmente determinada em não abrir mão do que, em seu entender, acreditava serem inerências de um *grande e magnifico senhor*, a quem competia encabeçar (mas também defender) a Igreja *nacional*.

* * *

De facto, abundam testemunhos do exercício, no cumprimento do seu múnus, da determinação disciplinar (fosse na ordem dos costumes ou na do decoro e lustre do seu clero) de que, já nos anteriores ministérios de Lamego e Porto, se habituara a fazer uso. Vão nesse sentido, com efeito, alguns dos documentos conservados no próprio arquivo do Patriarcado⁷⁹, bem como informações reportadas pelas *gazetas*, como as que referem que «A todos os curas mandou o Patriarcha intimar graves penas se os clérigos não trouxessem sobrepelizes com mangas e crespas»; que «O Patriarcha observa a ley que fes que nenhum clérigo daqui por diante seya admitido sem ter oitenta mil reis de renda de patrimonio»; ou sobre o desterro que ordena (e prisão do procurador do cabido) de quatro clérigos de Vila Viçosa, culpados de «descaminhos da Tapada». ⁸⁰ De igual modo, a



Palácio da Mitra em Marvila

notícia de que «Com grande defículdade se conseguiu licença do Patriarcha para que fosse tomar banhos as Alçarias a Senhora Dona Iignes irmã do Conde de Atouguia, e freira da Esperança, que continua ha quarenta dias na sua queixa, e se recolhe todos os dias do banho ao convento»⁸¹ indicia um temperamento austero e impermeável a pressões. E será, aliás, nesse sentido – bem como no da sua solidariedade com os desígnios regalistas do monarca – que deverá entender-se o papel que, com o cardeal da Cunha, desempenha na controversa matéria do combate ao sigilismo, em que se empenha frontalmente.⁸² E, na verdade, algumas notícias parecem querer contradizer a bonomia veiculada pelo retrato oficial. É o caso do episódio ocorrido em 1733, em que, por ocasião do nascimento da filha de D. António Henriques, «o Patriarcha foi vizitar a

parida – referem as *gazetas* – e não quis fallar a sua jrmã e cunhado com que está quebrado ainda pelo cazamento do Peixoto».⁸³ E que a defesa do que considerava serem as suas prerrogativas se não detinha com as altas instâncias, é o que parece poder deduzir-se da informação, veiculada pela mesma fonte, referente ao ano de 1731, de que «O Sr. Infante D. Francisco ainda está em Quellus e, se conta que tem com o Patriarcha huã grande questão e que este se queixou a El Rey pella forma e pella matéria que continha huã carta que o Sr. Infante lhe escrevera por elle não querer colar hum clérigo a quem o Sr. Infante fes Prior de Buçellas com huã penção de duzentos mil reis para Diogo de Mendonça o moço por ter pacado hum ano da morte do Prior e se necessitar de bullas para a penção».⁸⁴

De facto, o prelado teria entendido, em ampla extensão, o grandioso papel que o rei lhe atribuíra de ser nos seus

estados *une espèce de pape*. O seu temperamento teatral, a sua natural urbanidade, mesmo a sua cultura e inteligência, vocacionavam-no do mais amplo modo para o exercício das faustosas funções. E mesmo os seus dotes de governo, desde cedo exercitados, não desagradariam ao monarca, ele mesmo constrangido – mais do que o espectáculo do Barroco permitia observar – a fazer vingar o seu poder sobre uma sociedade corporativa e prenhe de traços confitivos. Mas, ao menos com o tempo, terá tendido a negligenciar a percepção do lado mais subtil desse mesmo papel: o de que «il a volu qu'il fit partie de sa cour, qu'il fût sous sa dépendance: il a cru que la pompe, la magnificence du nouveau pontife réjailliroient sur le monarque qui l'auroit établi et don't il seroit dépendant».⁸⁵

E, na verdade, era a si mesmo que o rei reservava o supremo papel. É o que indiciam claramente notas como a de que «O patriarca se queixou de que o cônsul de Holanda que serve de rezidente, e tem as armas dos Estados á porta desse aos Domingos exercício aos protestantes, porem dizem que se assentou que ainda sem carácter, que tinha o privilegio e o mesmo succede a António Campos que fas os negócios del Rey em Inglaterra»; ou a de que «pretendendo o mesmo Patriarcha que o Marques de Abrantes recolheçe huã moça que como provedor das convertidas tinha despedido. El Rey rezolveo que se executaçe como o Marques ordenava por ser o recolhimento da protecção reab».⁸⁶ E a prova final do verdadeiro estatuto do prelado no quadro ideológico e jurídico do *Portugal Joanino* seria fornecida pelo processo originado com a sua resistência à inclusão do clero no tributo lançado para a cons-



Túmulo de D. Tomás de Almeida,
Igreja de São Roque, Santa Casa
da Misericórdia de Lisboa

trução do Aqueduto das Águas Livres, a que se opõe ameaçando interditar o Reino.⁸⁷ A que o monarca reage intimando-o de que, persistindo, o faria desterrar e lhe suspenderia as temporalidades: ao que o prelado se vê obrigado a desistir – não sem lastimar-se de que «se lhe insinuam degredos, e sequestros».⁸⁸ E ainda em 1750 se confrontaria com a determinação real em matéria de beneplácito régio, ao levar a cabo o marquês de Gouveia a prisão do seu impressor, «por estar ele imprimindo – queixar-se-ia o purpurado – uma atestação que me mandou o papa, a quem farei repetidas vezes obediências».⁸⁹

Partiria desta vida, D. Tomás de Almeida, na sua cidade patriarcal de Lisboa (já reunificada sob o seu domínio espiritual desde 1740⁹⁰), na provectividade de oitenta e três anos, simbolicamente numa quarta-feira de cinzas, 27 de Fevereiro de 1754. Pouco mais de ano e meio antes de o terramoto de Lisboa reduzir por seu turno a cinzas o que fora a opulentíssima sede do seu não menos magnificante sólio: a Basílica Patriarcal do Paço da Ribeira, que sagrara em 1746 e que Ludovice havia convertido, por imposição real, no luxuoso cenário da *Roma do Ocidente*.⁹¹ Por determinação sua, descansaria em campa rasa no cruzeiro da Igreja de São Roque, a casa-mãe dos Jesuítas, de que fora sempre confesso discípulo intelectual e aos quais, talvez por isso, deixaria em testamento a sua livraria.⁹² O seu túmulo, uma luxuosa e digna laje, ornada do imponente

escudo das suas armas, coroadas da tiara *papal*, seria obra da piedade de seus dois sobrinhos: o marquês de Lavradio e o homónimo D. Tomás, o *principal* Almeida, como membro, também ele, da sumptuosa cúria patriarcal.

E a instâncias de ambos comporia o lente de Coimbra Filipe Maciel o competente e extenso epitáfio latino⁹³, onde – contas feitas ao seu imenso e complexo percurso terreal; ao singular papel que lhe coube desempenhar; aos seus dotes naturais; às circunstâncias em que houve de exercê-los e à trajetória inalterável que soube manter de *grande e magnífico senhor* – se inscreve a afirmação, provavelmente justa: «Estão de luto os príncipes, gemem os pobres, chora Portugal inteiro, entristece-se a religião. Só a impiedade exultaria, se não temesse, mesmo sepultado, este homem tão ilustre.»⁹⁴

Assinatura de D. Tomás de Almeida,
Arquivo Histórico do Patriarcado
de Lisboa, Livraria n.º 7, doc. 3,
24 de Janeiro de 1736

NOTAS

D. TOMÁS DE ALMEIDA
(1716-54)

- 1 José Baretta, *Portugal em 1760. Cartas familiares (XV a XXXV/III)*, Lisboa, 1896, p. 30.
- 2 Charles Frédéric de Merveilleux, «Memórias instrutivas sobre Portugal», in Castelo Branco Chaves, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 222.
- 3 Joseph Barthélemy François de Carrère, *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne*, Paris, 1798, p. 290.
- 4 Cf. Castelo Branco Chaves, *op. cit.*, p. 239, nota 22.
- 5 Cf. António Filipe Pimentel, *Arquitetura e Poder: o Real Edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 32-35.
- 6 D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo X, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1953, p. 496.
- 7 Sobre a ascendência (ilustre) de D. Tomás de Almeida, veja-se Fernando António da Costa de Barbosa, *Elogio Histórico. Vida e morte do eminentíssimo, e reverendíssimo D. Tomás de Almeida, I. Patriarca da Santa Igreja de Lisboa...*, Lisboa, na Officina de Miguel Rodrigues, 1754, pp. 2-12.
- 8 D. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, Tomo X, p. 497.
- 9 *Idem, ibidem.*
- 10 Para a descrição minuciosa do percurso escolar e profissional de D. Tomás, veja-se Fernando António da Costa de Barbosa, *op. cit.*, pp. 12-20.
- 11 Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, Bertrand, 1953, Tomo III, p. 723.
- 12 D. José Barbosa, «Memórias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra, e dos seus collegiaes e porcionistas, por...», pp. 73, 370 e 372, in *Collecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, na Officina de Joseph António da Sylva, 1727, n.º xxv.
- 13 Fernando António da Costa de Barbosa, *op. cit.*, pp. 22-23.
- 14 D. António Caetano de Sousa, *Op. cit...*, Tomo X, p. 499. Veja-se também D. José Barbosa, «*Op. cit...*», p. 373.
- 15 Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1968, Vol. II, p. 652, e Fernando António da Costa de Barbosa, *op. cit.*, pp. 37-41.
- 16 D. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, Tomo X, Livro X, p. 499.
- 17 Cf. Marie-Thérèse Mandroux-França, «Quatre phases de l'urbanisation de Porto au XVIII^e siècle», *Colóquio-Artes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a série, n.º 8, Julho 1972, p. 37.
- 18 Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, Vol. II, p. 652, e D. José Barbosa, «*Op. cit...*», p. 375.
- 19 Cf. Marie Thérèse Mandroux-França, *op. cit.*, p. 37.
- 20 Cf. *idem, ibidem*, pp. 37-38.
- 21 D. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, Tomo X, p. 499. Veja-se descrição detalhada in D. José Barbosa, «*Op. cit...*», pp. 376-77, e Fernando António da Costa de Barbosa, *op. cit.*, pp. 47-48.
- 22 Cf. Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal...*, Paris, Vol. V, 1845, pp. 300-01.
- 23 Veja-se René Pomeau, *L'Europe des Lumières. Cosmopolitisme et unité européenne au dix-huitième siècle*, Paris, Stock, 1966, pp. 40-41.
- 24 Cf. António Filipe Pimentel, *op. cit.*, pp. 22-23.
- 25 Cf. René Pomeau, *op. cit.*, pp. 41 e 43.
- 26 Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, Vol. IV, p. 274; Ayres de Carvalho, *D. João V e a arte do seu tempo*, Lisboa, 1962, Vol. II, pp. 64-65.
- 27 Cf. António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 265, nota 93.

- 28 Cf. Pierre Goubert, Daniel Roche, *Les Français et l'Ancien Régime*, Paris, Armand Colin, 1984, Vol. I, p. 377.
- 29 Cf. Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, Vol. I, 1981, p. 110.
- 30 Cf. G. Oestreich, «Problemas estruturais do absolutismo europeu», in António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 195.
- 31 Cf. Luís Reis Torgal, *op. cit.*, Vol. I, p. 103.
- 32 Cf. Robert Mandrou, *L'Europe absolutiste. Raison et raison d'État, 1649-1775*, Paris, Fayard, 1977, p. 220.
- 33 A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Agora, 1973, Vol. I, p. 559.
- 34 Cf. Manuel Lopes de Almeida, «Portugal na época de D. João V: esboço de interpretação político-cultural da primeira metade do século XVIII», *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Nashville, Vanderbilt University, 1953, p. 257; Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, p. 186.
- 35 Eduardo Brazão, *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa, 1716-1740*, Porto, Civilização, 1943, p. 120.
- 36 Cf. Luís Reis Torgal, *op. cit.*, Vol. I, pp. 154, 216-17, 268-69, 279-83 e Vol. II, p. 254.
- 37 Cf. *idem, ibidem*, Vol. I, 1981, p. 255, nota 1.
- 38 Cf. *idem, ibidem*, Vol. I, pp. 265-67.
- 39 Cf. António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 96.
- 40 Cf. *idem, ibidem*.
- 41 Sobre esta matéria, veja-se também Eduardo Brazão, *D. João V, subsídios para a história do seu reinado*, Porto, 1945, p. 13, e Eduardo Brazão, *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Resistência, 1979, Vol. II, p. 163, além da obra fundamental *Subsídios para a história do Patriarcado de Lisboa...*
- 42 José Soares da Silva, *Gazeta em forma de carta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933, Tomo I, p. 98.
- 43 José da Cunha Brochado, «Cartas de... ao conde de Viana», *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal Literário, Político &c.*, Vol. XVI, Londres, 1816, p. 148.
- 44 Charles François Dumouriez, *État présent du Royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI*, Lausanne, 1775, p. 190.
- 45 Jean François Bourgoing, *Voyage du ci-devant Duc de Chatelet en Portugal*, Paris, 1795, Vol. I, p. 54.
- 46 Cf. Eduardo Brazão, *Subsídios...*, pp. 13-17.
- 47 Lázaro Leitão Aranha, *Notícia universal, histórica e política da origem, estilos, e privilégios das capelas reais, e capelaens regios dos Emperadores e Reis do mundo...*, s.l., s.d., Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 50, fls. 49 e ss.
- 48 Veja-se Eduardo Brazão, *D. João V e a Santa Sé, as relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937, p. 304.
- 49 Cf. António Filipe Pimentel, *op. cit.*, pp. 83-95.
- 50 Cf. Norbert Elias, *A sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1987, p. 92, nota 1; Jacques Levron, *La vie quotidienne à la Cour de Versailles aux XVII^e-XVIII^e siècles*, Poitiers-Ligugé, Hachette, 1986, p. 65; Emilio Orozco Díaz, *El teatro y la teatralidad del Barroco*, Barcelona, Planeta, 1969, pp. 101-02.
- 51 Cf. António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 278, nota 427.
- 52 Para uma síntese da pompa que rodeava o Patriarca de Lisboa, veja-se António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 279, nota 444. Para uma visão detalhada, veja-se Fernando António da Costa de Barbosa, *op. cit.*
- 53 Cf. António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 280, nota 456.
- 54 Veja-se *supra* nota 3.
- 55 Veja-se *supra* nota 4.
- 56 D. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, Tomo X, p. 499.
- 57 Cf. *idem, ibidem*, pp. 499-500.
- 58 Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, *Memórias Paroquiais*, «Santo Antão do Tojal», Vol. 36, n.º 58, fls. 365-534.
- 59 João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda, Fernanda Olival, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Edições Colibri, 2002-2005, Vol. 1 (1729-1731), p. 97; Vol. 2 (1732-1734), pp. 104, 197 e 247.
- 60 João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo 3, Parte V, Lisboa, 1870, p. 159.
- 61 Cf. D. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, Tomo X, p. 500.
- 62 Cf. *idem, ibidem*, pp. 500 e 848, e Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, fundo de D. Tomás de Almeida, *Provisão do cardeal-patriarca em que faz doação perpétua da quinta intitulada de Roqueanes à vila de Albandra e aos seus moradores* (29/12/1742).
- 63 Luíz Montez Mattoso, *Anno Noticioso e Histórico*, Tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1934 (fac-símile ed. Officina da Laboriosa Curiosidade, Lisboa, 1740), p. 154.
- 64 Veja-se José Fernandes Pereira, *A ação artística do primeiro Patriarca de Lisboa*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 89-96 e 105-07; Sérgio Gorjão, *Santuário do Senhor Jesus da Pedra. Óbidos. Monografia Histórica*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- 65 Cf. Walter Rossa, *Além da Baixa. Índícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998, pp. 55-56.
- 66 Cf. António Filipe Pimentel, *op. cit.*, pp. 108-10.
- 67 Cf. *Memórias Paroquiais*, fl. 498.
- 68 Veja-se José Sarmento de Matos, «Palácio Lavradi», in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 257-59.
- 69 Cf. Ayres de Carvalho, *Op. cit.*, Vol. II, pp. 282, 311, 341, 357, 359, 362-64, 368, 369 e ss.; José Fernandes Pereira, *op. cit.*, pp. 50-88; *idem*, «António Canevari», in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, pp. 107-08; Paulo Varela Gomes, *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Editorial Caminho (col. Universitária, 34), 1989, pp. 22-23.
- 70 Cf. *Memórias Paroquiais*, fl. 452.
- 71 Cf. António Filipe Pimentel, «Ascensão e queda de António Canevari. Reflexões em torno de um problema historiográfico» (no prelo).
- 72 Cf. Teresa Leonor Vale, «As estátuas de Santo Antão do Tojal. Contributo para um panorama da importação de escultura barroca genovesa para Portugal», *Artis*, n.º 5, Lisboa, Dezembro de 2006, pp. 259-64 (separata).
- 73 Walter Rossa, *op. cit.*, p. 56.
- 74 Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 723.
- 75 *Idem, ibidem*.
- 76 João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda, Fernanda Olival, *op. cit.*, Vol. 1, pp. 87 e 108.
- 77 Cf. Fernando António da Costa de Barbosa, *op. cit.*, pp. 54 e ss.
- 78 D. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, Tomo X, p. 500.
- 79 Cf. Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, fundo respectivo, especialmente os docs. de 4/11/1723, 14/6/1730, 24/1/1736, 30/5/1747 e 18/8/1750.

- 80 João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda, Fernanda Olival, *op. cit.*, Vol. 2, pp. 99, 134, 156.
- 81 *Idem, ibidem*, Vol. 1, p. 159.
- 82 Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, Vol. II, p. 611.
- 83 João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda, Fernanda Olival, *op. cit.*, vol. 2, p. 204.
- 84 *Idem, ibidem*, Vol. 1, p. 151.
- 85 Veja-se *supra*, nota 3.
- 86 João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda, Fernanda Olival, *op. cit.*, Vol. 2, pp. 49 e 260.
- 87 Na verdade, as *gazetas* testemunham, em diversos trechos, este episódio: «O Patriarcha continua em não aceitar o tributo, e tem havido muitos papeis de parte a parte e brevemente se teme um interdicto continuandose em cobrar as cinco imposições; hontem houve senado athe a noite, e este ha de ser o primeiro excomungado se não houver o ajuste que tanto se dezeja»; «O Patriarcha fez hum novo papel e sobre elle houve hua junta, de que dizem resultou hua carta em que El Rey confirmava a sua primeira resolução» (*idem, ibidem*, vol. 1, pp. 73 e 78). A este episódio alude também, indirectamente, Diogo Barbosa Machado, ao referir a sua autoria de «vários Manifestos, e Apologias em deffensa da immuidade Ecclesiastica em que admira a profunda sciencia que tem dos sagrados Cânones, e Constituições apostólicas» (*op. cit.*, Tomo III, p. 723).
- 88 Cf. Alexandre de Gusmão, *Collecção de vários escritos inéditos políticos e litterarios*, Porto, 1841, p. 13. Veja-se também Visconde de Santarém, *op. cit.*, Tomo V, p. CCLXX, nota.
- 89 Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, Vol. II, p. 333.
- 90 Cf. *idem, ibidem*, p. 14.
- 91 Cf. Marie-Thérèse Mandroux-França, «La Patriarcale du Roi Jean V de Portugal», *Colóquio-Artes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª série, n.º 83, 1989; *idem*, «La Patriarcale del Re Giovanni V da Portogallo», *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo* (catálogo), Roma, Argos, 1995, pp. 81-93.
- 92 Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, Tomo IV, p. 243.
- 93 *Idem, ibidem*.
- 94 Devemos a informação sobre a transcrição deste epitáfio à gentileza da nossa amiga e colega Dra. Teresa Freitas Morna, directora do Museu de São Roque.
- D. JOSÉ MANOEL DA CÂMARA
(1754-58)
- 1 Cf. Arquivo Distrital de Santarém, Vila Nova da Barquinha, Freguesia da Atalaia, Baptismos 2 (1647-1741), fl. 95.
 - 2 Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT): *Memórias Paroquiais*, vol. 5, n.º 30, p. 731.
 - 3 António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, Academia Portuguesa de História/QuidNovi, 2007, Vol. XII, p. 336.
 - 4 Fr. Claudio da Conceição, *Gabinete Histórico*, 2.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, Tomo XIII, p. 288.
 - 5 ANTT, *Chancelaria de D. João V*, livro 35, fls. 141-141v.º.
 - 6 ANTT, *Chancelaria de D. José I*, livro 65, fol. 73v.º.
 - 7 Archivo Segreto Vaticano: Arch. Nunz. Lisbana, n.º 56, fl. 36-42; Sec. Brev., Reg. 3425, fl. 370.
 - 8 *Gazeta de Lisboa*, 12/9/1754, p. 296.
 - 9 *Gazeta de Lisboa*, 5/9/1754, p. 286.
 - 10 Cf. Ferreira de Andrade, *A Freguesia de S. Cristovão. Subsídios para a história das suas ruas, palácios e igreja paroquial*, prefácio de Luís Pastor de Macedo, Lisboa, 1944, Vol. I.
 - 11 *Gazeta de Lisboa*, 12/9/1754, p. 296.
 - 12 Arnaldo Pinto Cardoso, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa: Correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli (Arquivo Secreto do Vaticano)*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2005, p. 23.
 - 13 Padre Manuel Portal, *História da Ruína da Cidade de Lisboa Cauçada pelo Terramoto e Incendio, que Reduziu a Pó e Cinzas a Melbor, e Mayor Parte desta Infeliz Cidade*, cit. in Francisco Luís Pereira de Sousa, *O Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demográfico*, Lisboa: Tip. do Comércio, Vol. III: *Distrito de Lisboa*, 1923, pp. 724-26; Gustavo de Matos Sequeira, *Depois do Terramoto. Subsídios para a história dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1934, Vol. IV, pp. 274-77.
 - 14 Artur Lamas, *A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira (extra-muros da antiga Lisboa)*, Lisboa, Tipografia do Comercio, 1924, p. 51.
 - 15 Arnaldo Pinto Cardoso, *op. cit.*, p. 34
 - 16 *Idem*, p. 54.
 - 17 *Idem*, p. 55.
 - 18 *Idem, ibidem*.
 - 19 ANTT, *Patriarcal de Lisboa, Igreja e Fábrica: Avisos*, n.º 2. A ermida foi rapidamente abandonada, tendo sido construída uma barraca de madeira e lona no quintal, servindo o templo de sacristia.
 - 20 Padre João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 3.ª edição revista e acrescentada por Manuel Bernardes Branco, Lisboa, Tip. do Panorama, 1870, Tomo III, Parte V (1.ª edição de 1778), p. 119.
 - 21 *Providências do Marquês de Pombal: Que se deram no terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755*, Vol. 3, [S.l.], FLAD/Público, 2005, p. 98.
 - 22 Fr. Claudio da Conceição, *op. cit.*, p. 289.
 - 23 *Gazeta de Lisboa*, 20/7/1758, p. 232.
 - 24 Fr. Claudio da Conceição, *op. cit.*, pp. 290-91.
 - 25 ANTT, *Patriarcal de Lisboa, Igreja e Fábrica*, maço 5, docs. 279-284 (Despesas).
 - 26 Fr. Claudio da Conceição, *op. cit.*, p. 292.
 - 27 *Igreja da Atalaia*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1941 (*Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 24), p. 16.
 - 28 ANTT, *Feitos Findos, Inventários orfanológicos*, Letra C, maço 72, n.º 7.
 - 29 António Wever, *Panegyrico, que na nomeação do Cardeal Manoel, para Patriarcha de Lisboa lhe oferece Antonio Wever*, Lisboa, Na Offic. de Joseph da Costa Coimbra, 1754.
- D. FRANCISCO DE SALDANHA
DA GAMA
(1759-76)
- 1 Seria baptizado a 28 de Maio, na igreja da Ajuda, tendo como padrinhos Rodrigo César de Meneses e D. Antónia de Santiago, segundo nos indica o *Livro dos Assentos dos Baptisados que nesta Ig.ra se fizeram...*, fol. 70v: «Aos vinte e oito dias do mes de Maiyo de mil e setecentos e trese nesta Igr.ª de N. S.ª da Ayuda eu o Parocho desta baptizei a Fran.ºº filho de João de Saldanha da Gama e da D. Joana Bernarda de Nor.ª sua mulher forão Padr.ºs D. Rodr.ºs Cezar de Men.ºs e D. Ant.ª de Santiago, estes morad.ºs na ferg.ª dos Álamos ao pe de S.º Amaro. O Cura Luís Alvrz do Soutto». Alguns autores referem como data de nascimento o ano de 1723, no seguimento do referido por Baptista de Castro no seu *Mappa de Portugal* (Castro, 1763, III:

- 161), erro para o qual já em 1943 o padre José de Castro chamara a atenção (José de Castro, 1943: 227), referindo-se à impossibilidade da sua nomeação como cardeal aos 33 anos (e patriarca aos 36!).
- 2 João de Saldanha da Gama, filho de Luís de Saldanha da Gama e de Madalena de Mendonça, foi senhor de Assequins, um dos 40 fidalgos que aclamaram D. João IV em 1640, 41.º vice-rei da Índia, comendador de Alcains e de Salvaterra, na Ordem de Cristo, gentil-homem da Câmara do infante D. António, mestre de campo de Infantaria, e governador da Madeira.
 - 3 Entre os seus 18 irmãos e irmãs, contavam-se Luís de Saldanha da Gama Melo Torres, 4.º conde da Ponte (9/12/1704–8/11/1757), 3.º Senhor de Assequins, comendador de Cristo, coronel de Cavalaria, Ana Joaquina de Meneses, Mariana Josefa Joaquina de Lancastrre (n. 3/4/1708), Martim Correia de Sá, 4.º visconde de Asseca, António Francisco de Saldanha da Gama (4/10/1708–20/6/1768), Madalena de Lancastrre (n. 3/1709), freira no Mosteiro da Anunciada, José de Saldanha da Gama (n. 15/4/1711), Ana Joaquina de Melo e Castro, Manuel de Saldanha da Gama (n. 21/2/1715), Joana da Silva Caldeira Pimentel Guedes de Brito, Francisca Joana Josefa da Câmara, Ana Joaquina de Lancastrre (n. 24/7/1721), António José de Melo e Torres (13/6/1686–9/2/1754), 3.º conde da Ponte, José Joaquim de Miranda Henriques, Maria Bárbara Xavier de Lancastrre (n. 2/12/1722), José Joaquim de Miranda Henriques, José António de Saldanha da Gama (n. 28/1/1724), e Tomé Caetano de Saldanha da Gama (n. 7/8/1725).
 - 4 Note-se que os padrinhos da criança seriam precisamente o pai do futuro cardeal-patriarca Saldanha, e a condessa de São Tiago, mãe do futuro cardeal-patriarca Fernando de Sousa e Silva, que sucederia a Saldanha.
 - 5 Foi nomeado vice-rei da Índia em 1725, regressando a Lisboa em 1732, entretanto substituído no cargo por Pedro de Mascarenhas, conde de Sandomil. Segundo parece, o seu governo foi muito positivo, tendo os portugueses alcançado diversas vitórias sobre o Bounsoló, e reconquistado Mombaça. Também esteve em Pequim numa embaixada portuguesa, sendo recebido pelo imperador da China com as maiores distinções. Bastante culto, escreveu um *Elogio funebre do Marquez das Minas, D. Antonio Luiz de Menezes*, que foi publicado no Tomo VI das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*.
 - 6 Efectivamente, o seu irmão mais velho, D. António Francisco Saldanha da Gama (dado que o varão Luís falecera em 1757) foi principal da Patriarcal até ao ano da sua morte, que ocorreu a 20 de Junho de 1768. Embora precedesse etariamente a D. Francisco, nunca chegou a cardeal, pelo que a sua candidatura tinha muito poucas hipóteses de sucesso.
 - 7 De facto, D. José I nasceu apenas um ano e um mês depois de Francisco Saldanha da Gama, e morrerá apenas meses depois, pouco antes de completar os 63 anos.
 - 8 Arq. da Embaixada de Portugal no Vaticano, Livro 2, fols. 51, 58; José de Castro, 1943: 231.
 - 9 Gaetano Moroni (Comp.), *Dizionario di erudizione storico-ecclesiastica da S. Pietro sino ai nostri giorni...*, Vol. 60, Veneza, Tip. Emiliana, 1840.
 - 10 Existe um exemplar desta gravura na Biblioteca Nacional de Lisboa, Cota: BN E. 611 V.
 - 11 E coadjuvado por mediação dos cardeais Archinto e Passionei, pouco afectos à Companhia.
 - 12 «Breve de 1 de Abril de 1758, pela qual o Santo Padre Benedicto XIV... constituiu... o Cardeal Saldanha Visitador, e Reformador Geral da Companhia de Jesu nestes Reinos de Portugal...», *Coleção dos Breves Pontifícios, e Leys Regias, que foraõ expedidos, e publicadas desde o anno 1741...*, [Lisboa], impressa na Secretaria de Estado, [1759].
 - 13 P. Laureço Kaulen, *Anedotti del Ministero di Sebastiano Giuseppe Carvalho, Conte de Oeyras, Marchese di Pombal, Sotto il Regno di Giuseppe I Re di Portugallo*, Veneza, 1787, I: 168.
 - 14 Este documento foi atribuído por alguns autores coevos, como sendo da mão do próprio ministro.
 - 15 Note-se que, pela lei de Setembro de 1759, se aludia ao facto de que os jesuítas possuíam ali um projecto de usurpação de todo o Estado do Brasil, com «tão artificioso e tão violento projecto, que, não sendo pronta e eficazmente atalhado, se faria dentro do espaço de menos de dez annos, inacessível e insuperável a todas as forças da Europa unidas». Veja-se sobre este assunto, Eva Maria da Silva, *Os Jesuítas e a política pombalina em Pernambuco no século XVIII*, dissertação de mestrado em Ciências da Religião, apresentada à Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007, pp. 59-60, 67-68.
 - 16 «Carta que Sua Magestade Fidelissima dirigio em 3 de Setembro do mesmo anno de 1759 ao Eminentissimo... Cardeal Patriarca de Lisboa... com o motivo da proscricção, desnaturalização, e expulsão da mesma Companhia denominada de Jesus...», *Coleção dos Breves Pontifícios, e Leys Regias, que foraõ expedidos, e publicadas desde o anno 1741...*, [Lisboa], impressa na Secretaria de Estado, [1759].
 - 17 «Pastoral do... Cardeal Patriarca, porque ordenou aos seu Diocesanos que se apartassem de toda a comunicação com os sobreditos Regulares, pedindo a Deos que os illuminasse para se restituirem à observancia do seu Santo Instituto. – Por especial Ordem de Sua Magestade», *Coleção dos Breves Pontifícios, e Leys Regias, que foraõ expedidos, e publicadas desde o anno 1741...*, [Lisboa], impressa na Secretaria de Estado, [1759].
 - 18 Carta Régia ao cardeal-patriarca de Lisboa, 6 de Setembro de 1759. *Legislação Portuguesa*, 16 (1759-1760), n.º 53. Relativamente a São Roque (igreja, habitações, oficinas e cerca), só em 1768 ali se instalar a Misericórdia de Lisboa, por falta de instalações próprias após a destruição causada pelo terramoto de 1755. Veja-se também «Carta que o mesmo Monarca Fidelissimo dirigido no dia 6 do referido mez de Setembro ao mesmo Emmiñentissimo... para encarregar a administração, assim das Igrejas, como dos Edifícios, das Casas Professas... a que se acharaõ no Territorio do mesmo Patriarcado às pessoas Ecclesiasticas, que lhe parese nomear para os ditos effeitos», *Coleção dos Breves Pontifícios, e Leys Regias, que foraõ expedidos, e publicadas desde o anno 1741...*, [Lisboa], impressa na Secretaria de Estado, [1759].
 - 19 Arquivo Secreto do Vaticano, Nunciatura de Portugal, vol. 114, fol. 98, Arq. Embaixada de Portugal no Vaticano, Cx. 8, Mç. 3.
 - 20 Cons. e Decretos de D. José I, Livro XI, fol. 223. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XVI, Lisboa, Typographia Universal, 1908, pp. 427-28.
 - 21 Veja-se a interessantíssima descrição que dela faz J. Baretti, relatando toda a pompa do cerimonial: Joseph Baretti, *A Journey from London to Genoa, through England, Portu-*

- gal, Spain, and France, by Joseph Baret, Secretary for Foreign Correspondence to the Royal Academy of Painting, Sculpture, and Architecture, in four volumes, Londres, T. Davies and L. Davies, 1770, Vol. I, carta XXI.
- 22 Sobre os principais factos que marcaram este período veja-se José Pedro Paiva, «A Igreja e o Poder», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, 2000.
- 23 Depois do Terramoto, passou um longo período de hesitações na escolha de um novo lugar onde se pudesse instalar a sede patriarcal. O arrastar-se da tomada de decisão levou a que o nuncio Filippo Acciaiuoli insistisse com o secretário Carvalho para que a situação fosse rapidamente resolvida. Arquivo Secreto do Vaticano, Nunciatura de Lisboa, vol. 110, fol. 251. Este também se viu impotente nas sucessivas missivas que enviava ao hesitante patriarca.
- 24 Usamos a edição traduzida, prefaciada e anotada por Castelo Branco Chaves, de 1989. No entanto, o tradutor refere em nota que Gorani se referia à Igreja de São Vicente de Fora, o que não pode de facto ser verdade, dado que a Patriarcal só para ali seria transferida em 1772, já bastante depois de o autor das memórias ter saído de Portugal.
- 25 Sobre a importância desta estrutura, suas tipologias e presença em Portugal, consulte-se o texto de Sandra Costa Saldanha, «O Baldaquino da Igreja de São Vicente de Fora: tipologias, modelos e significado», *Ars Sacra. Formas de Religiosidade e Sacralidade nas Artes Decorativas Portuguesas* (Actas do I Ciclo de Conferências para o Estudo dos Bens Culturais da Igreja), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, (no prelo).
- 26 Sobre esta questão do episcopalismo, veja-se João Seabra, «A teologia ao serviço da política de Pombal: episcopalismo e concepção do primado romano na “Tentativa Teológica do Padre António Pereira de Figueiredo”, *Lusitania Sacra*, Tomo VII, 1995, pp. 359-402.
- 27 Note-se que, em 1765, D. Francisco promulga uma pastoral onde preconiza ainda a autorização papal para novas orações, fugindo assim ao espírito geral da época que o país atravessava: *Pastoral do cardeal patriarca de Lisboa de 5 de Maio de 1765 acerca da introdução de novas orações sem aprovação do papa e dos bispos...*, s.l., s.n.
- 28 *Edital mandando a todos os Eclesiásticos, Seculares e Regulares que em todas as suas igrejas façam preces públicas por três dias com o Santíssimo Sacramento exposto à porta do Sacrário, pelo feliz sucesso das Armas Portuguesas*, Lisboa, 1762.
- 29 Efectivamente, o patriarca Saldanha não se deslocaria a Roma nos finais de 1774, após a morte de Clemente XIV, para a posterior eleição de Pio VI em Fevereiro de 1775: «Abre-se o Conclave para a eleição do novo Pontífice, a que não vão assistir os dous Cardeais Portuguezes [Saldanha e Cunha]» (Conceição, 1831, XVII: 216).
- 30 *Legislação Portuguesa*, 20 (1770-1771), n.º 57.
- 31 Efectivamente, existe toda uma vasta documentação com processos e avaliações, com os montantes e demais juros que entretanto iam vencendo, cujo total acabará por atingir montantes mesmo superiores ao valor do próprio palácio.
- 32 Documento avulso, ANTT, Patriarcado de Lisboa, Patriarcal de Lisboa, Papéis Diversos, 1754-1832, Maço 18, Cx. 253.
- 33 Este documento, *Autos Cíveis de Inventario dos Bens que ficarão por falecimento do Excelentissimo e Reverendissimo Principal Joze Ceazar de Menezes...*, é de extremo interesse, pois faz-nos uma descrição inédita do que era o palácio na época, com as suas dependências, referindo tanto o que era o «Palácio Velho», como as melhorias ali efectuadas pelo cardeal-patriarca: «...o qual he na Rua direita da Junqueira no lado do Norte e Consta a frente da estrada de sua loge de recebimento e para os lados desta no pavimento da lages e por baixo da varanda tem vinte e duas Cazas em que entra cozinha despenças Cazas de criada e Copeiras [2v] Cavalharises e palheiros e alem desta tem mais no mesmo pavimento das loges no quarto que acreseco o Ilustrissimo Cardeal Patriarca nove cazas com a serventia pello Patio que fica no sentro da entrada em o qual patio há huma grande Cuxeira tambem feita de novo mas em toco e de frontal pela frente e da loga grande da entrada sobe para o pavimento Nobre huma escada de pedraria de duas entradas em forma ouvada e dá entrada em huma sala vaga em cujo [3] Pavimento no palacio Velho há quinze Cazas em que entra a do oratorio e no Quarto acrescido de novo há dōze cazas em que entra huma capella Ricca com tres altares e huma boa caza de livraria e outras todas bem acabadas e por sima do Palacio Antigo há sinco cazas a saber huma em cada cunhal do dito Palacio por modo de torrinhãs e huma no meyo por sima da escada que foy figura de zimboreo e por sima do quarto novo há hum pavimento de agoas furtadas de mazininos em que há [3v] vinte e sinco cazas regulares e cada huma fexada sobre sy com hum corredor pelo meyo que dá serventia a todas e a cada huma de per siy e os lados do palacio Velho fazem duas barandas a frente da rua com tableyros de jardim com sua platibanda de balaustres de pedra e seu lago no meyo dela da huma com alegretes no sentro e do dito palacio para a parte do Norte tem hum patio ja declarado que dá entrada para o quarto novo e delle sobe hua escada para a quinta com feiito de meyo [4] oitavo e a entrada he com dois frutos de Pedraria e desta para o Norte vaiy huma rua para hum grande lago e desta para o Norte tem outra entrada semilhante debaixo que vai dar a huma cascata com seu tanque e dentro da quinta ha tres possos possos [sic] capazes de ter Nora mas já hum tem engenho, a quinta tem algumas Arvores de fruta de espinho pevide e carosso e algumas Silvestres mas a melhor digo mas a mayor parte está em terra de Semeadura e também tem algumas sequas de vinha [4v] ou latada e no meyo da quinta há duas Barracas divididas em seis cazas cada huma feitas de frontal com alicerces de paredes de pedra e Cal pellas digo e cal feitas pelo Ilustrissimo Senhor Cardeal defunto como tambem huma caza deformada sobre hum tanque dentro da mesma quinta que serve de seleiyo e sendo tudo visto e examinado muito meudamente com atenção a ver o dito Palacio e quinta» (15 de Novembro de 1777).
- 34 Vide nota 32.
- 35 Este importante padre jesuíta, nascido em Mainz em 1721, e missionário no Brasil, foi um dos vários que sofreu o cárcere em São Julião desde 1762, após a sua deportação para Lisboa. Tendo escapado com vida, em 1777 volta para a sua pátria, e redige as memórias do seu cativo, que serão publicadas pela primeira vez entre 1775 e 1789 em latim, na obra monumental de Christoph Gottlieb von Murr, sob o título *Historia Persecutionis Societatis Jesu in Lusitania*. Seguimos a tradução portuguesa de Joaquim Abranches,

Memórias de um Jesuíta. Prisioneiro de Pombal, Braga/São Paulo, S.N.A.O./Edições Loyola, 1987.

D. FERNANDO DE SOUSA E SILVA
(1779-86)

- 1 Segundo conde de Santiago de Beduído. Filho de Lourenço de Sousa da Silva e Menezes e de Luísa Maria de Mendonça e Távora, foi aposentador-mor de D. Pedro II e de D. João V, e deputado da Junta dos Três Estados. Cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, Tomo XXVII, Braga, Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1941 [ms. séc. XVIII], p. 23.
- 2 Filha dos 2.^{os} marqueses de Fronteira, era dama da rainha D. Maria Sofia.
- 3 Fr. Cláudio da Conceição, *Gabinete Histórico*, Tomo XIII, Lisboa, Imprensa Régia, 1829, p. 24.
- 4 Edifício adquirido pela Mitra logo após o terramoto para residência dos patriarcas, que ali viviam «com suas numerosíssimas famílias». Cf. Mário de Sampayo Ribeiro, *Do sítio da Junqueira*, Lisboa, Câmara Municipal, 1939, p. 24. Ocupando também o palácio da Mitra em Marvila, a passagem de D. Fernando por esse edifício é assinalada pela existência de um painel de azulejos com as suas armas, servindo de espaldar a um banco do jardim superior.
- 5 Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, *Décima da Cidade*, Freguesia dos Olivais, 1763, Mç. 852, fl. 245. Publ. por Luiz de Bivar guerra, *Inventários e sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*, Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. 313. A partir de 1774, as três quintas dos marqueses de Távora em Santarém passam a ser referidas nos registos da Décima da Cidade como propriedade de Anselmo José da Cruz Sobral. Figura preponderante no reinado de D. Maria I, por esclarecer fica o eventual relacionamento com o futuro patriarca.
- 6 Cf. Simão José da Luz Soriano, *Historia do reinado de El-Rei D. José e da administração do Marquês de Pombal*, Lisboa, Typ. Universal, 1867, pp. 177-78; José de Castro, *O Cardinal Nacional*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943, p. 311.
- 7 Sobre este assunto veja-se sobretudo a correspondência dirigida pelo marquês de Blosset ao conde de Vergennes entre 1776 e 1777, publ. por Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarchia portuguesa até aos nossos dias*, Vol. VIII, Paris, J. P. Aillaud, 1853.
- 8 *Idem*, p. 297.
- 9 Neta de sua irmã, D. Joana Inês Vicência de Menezes.
- 10 Simão José da Luz Soriano, *op. cit.*, p. 38.
- 11 Alguns dos seus irmãos desenvolveriam também uma carreira na Patriarcal: Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Barroso, cônego na Sé de Lisboa e principal na Igreja Patriarcal; João, Aleixo e Nuno da Silva de Menezes, cônegos da Igreja Patriarcal; Fernando e Francisco Manuel de Sousa da Silva e Menezes, prelados da Igreja Patriarcal. O título familiar seria seguido pelos seus irmãos, Lourenço António de Sousa da Silva e Nuno Aleixo de Sousa da Silva, respectivamente 3.^o e 4.^o condes de Santiago de Beduído. As cinco irmãs que não contraíram matrimónio haviam de se converter à vida religiosa, professando todas no Mosteiro da Esperança em Lisboa (Antónia de Sousa da Silva, Violante de São Brás de Sousa da Silva, Isabel de Sousa da Silva, Joaquina de Sousa da Silva, Francisca de Sousa da Silva). Luísa Maria de Menezes foi dama da rainha D. Mariana Vitória. Cf. Felgueiras Gayo, *op. cit.*, p. 23.
- 12 De que é exemplo D. Fr. Inácio de São Caetano, que, nomeado por Pombal para confessor das filhas do rei, acabaria por se converter numa figura-chave da governação mariana.
- 13 De origens remotas, a feição moderna do culto, assente nas visões de Santa Margarida Maria Alacoque, seria particularmente difundida ao longo do século XVIII em Portugal, nomeadamente por via das diversas publicações trazidas à luz logo a partir da década de 30. Sobre este assunto, cf. as diversas obras e sermões setecentistas elencados por João Francisco Marques, «O culto do Coração de Jesus», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 618-21.
- 14 *Edital que institue a devoção ao Santíssimo Coração de Jesus Cristo, com Ofício e Missa própria com rito de duples maior na primeira sexta-feira depois do Oitavo da festa do Corpo de Deus*, Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1777.
- 15 Carta de 21 de Maio de 1778, cit. por Borges de Castro, *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre a corôa de Portugal e mais potencias*, Tomo XI, Parte II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, p. 373. No mesmo ano, é publicada a *Novena em obsequio do Santissimo Coração de Jesus*, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1778.
- 16 *Gazeta de Lisboa*, 15 de Junho de 1779, n.^o 24. Sobre este assunto veja-se também Fr. Joaquim de Santa Clara, *Sermão do Santissimo Coração de Jesus recitado diante de S. Magestade e A. A. na primeira festa, que se celebrou em 11 de Junho de 1790 na igreja do real convento do Coração de Jesus com assistência dos grão cruzes e comendadores das três ordens militares*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1791.
- 17 Cf. IAN/TT, *Mitra Patriarcal de Lisboa—Igreja e Fábrica*, Cx 59, Mç. 2. Informação gentilmente concedida pela Dra. Celina Bastos.
- 18 As despesas inerentes ao processo não escapariam à aspereza da crítica novecentista. Segundo Sousa Monteiro, «Grossas sommas se dispenderão em Roma para que o dia da festa do Coração de Jesus, de quem a rainha era muito devota, fosse dia santo de guarda». Cf. José Maria de Sousa Monteiro, *op. cit.*, p. 19.
- 19 *Edital que ordena se publique o Breve do Santo Padre Pio VI, em que manda celebrar com jejum e vigília o dia da festividade do Santissimo Coração de Jesus*, Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1780. De 25 de Junho de 1782 data ainda a provisão pela qual D. Fernando ordena que depois da Noa se faça comemoração do Santissimo Coração de Jesus, em todas as igrejas do Patriarcado em que se rezar ou cantar o officio divino no coro.
- 20 É o caso da nomeação do desembargador José Mendes da Costa, ministro da Cúria Patriarcal, para juiz das contas do convento de Marvila (AHPL, 9 de Dezembro de 1777), ou o provimento de serventia do officio de meirinho do eclesiástico de Sesimbra, a favor de Tomás de Aquino Franco Ferreira Gil (AHPL, 13 de Outubro de 1778). Expressando ainda a necessidade de um papel interventivo junto dos fiéis, noticiava-se na *Gazeta de Lisboa*, a 20 de Abril de 1779, que «O temor de que o tempo secco, que tem continuado por algumas semanas, damnificasse as colheitas, moveu o Eminentissimo Cardeal Patriarca a ordenar Preces em todas as Igrejas, para obter de Deos o beneficio da necessaria chuva para a fertilidade da terra».

- 21 Requerimento de D. Fernando de Sousa e Silva, dirigido à rainha D. Maria I a 7 de Setembro de 1778, publ. por Zeferino Gonçalves Brandão, *Monumentos e lendas de Santarém*, Lisboa, David Corazzi, 1883, p. 231.
- 22 *Idem*, p. 231.
- 23 Cf. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo III, Parte II, Lisboa, Typographia da Academia, 1854; António Dâmaso de Castro e Sousa, *Memória Histórica sobre a fundação e instituição do Real Collegio da invocação de Nossa Senhora da Conceição do Patriarcado de Lisboa, estabelecido na villa de Santarém, desde o anno de 1780*, Lisboa, 1858.
- 24 *Gazeta de Lisboa*, 5 de Janeiro de 1779, n.º 1.
- 25 *Gazeta de Lisboa*, 30 de Março de 1779, n.º 13. Sobre este assunto, veja-se detalhada descrição em José de Castro, *op. cit.*, pp. 312-14.
- 26 *Gazeta de Lisboa*, 4 de Junho de 1779, Suplemento do n.º 22
- 27 «Na tarde do dito dia S. Eminencia sahio do seu Palacio, acompanhado de toda a Nobreza, que precedia, e seguia a comitiva propria do Prelado. Esta principiava por hum Cappellão de S. Eminencia, a cavallo em huma mula branca, e levando na mão a Cruz Archiepiscopal: de ambas as bandas o seguia huma longa ala de criados a pé, com capas roxas, e com voltas. Seguia-se o coche se S. Eminencia, e atrás delle hum coche de estado, e varios outros, em que hião o Secretario, Capellães, e mais familia de S. Eminencia. Suas Magestades, e Real Familia, que quizerão honrar este Acto coma fua presença, forão por outro caminho para a Patriarcal, onde precederão S. Eminencia, que logo que chegou foi conduzido a huma fala interior: e fendo ahi revestido dos paramentos Pontificaes, foi para a Igreja am Procissão, acompanhado de todos os Principaes, Prelados, &c. achando-se Suas Magestades, e Altezas na Tribuna. Depois de visitar o Santissimo Sacramento, se dirigio S. Eminencia para a Capella mór, onde posto de joelhos, se cantarão alguns versiculos, e recitou o Principal Officiante huma Oração, implorando as Divinas bênçãos sobre o novo Prelado. Depois do que, S. Eminencia se sentou no seu Throno, e lhe beijarão a mão todos os Principaes, Monsenhores, e toda as pessoas, que compõem os corpos da Capella, e da Basilica. Isto acabado, S. Eminencia procedeo para o Altar, e recitou duas Orações,

depois de duas Antifonas que se cantarão, huma propria da função, e outra dos Santos Titulares da Igreja. E depois de ler hum Principal a Tabella das Indulgencias, que ganhãvao os assistentes, sendo perguntado S. Eminencia, declarou, que concedia cinco annos, cinco quarentenas: e tendo lançado a bênção Pontifical, S. Eminencia voltou para o mesmo lugar a depôr os paramentos, e de lá para o seu Palacio na mesma fórma em que tinha vindo, e igualmente acompanhado da Nobreza. A esta função assistirão já todos os novos Principaes.» Cf. *Gazeta de Lisboa*, 5 de Junho de 1779, 2.º Suplemento do n.º 22.

28 Carta Pastoral, 1779.

29 Ficando o seu nome registado na pedra fundamental do novo templo: «IMPOSUIT EMUS D. FERDINANDUS S. R. E. PRESBYTER CARDINALIS DE SILVA PATRIARCHA LISBONENSIS».

30 Cf. «Relação das circunstancias, e ceremonias, com que se executou a Bênção, e collocação da Cruz, e imposição da primeira Pedra no lugar da Capella mór da Igreja, que S. M. tem mandado edificar com Invocação do SS. Coração de Jesus», *Gazeta de Lisboa*, 30 de Outubro de 1779, 2.º Suplemento, n.º 43.

31 Manuel Pereira Cidade, *Memórias da Basilica da Estrela, escritas em 1790*, public. e pref. por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 187.

32 Documentação publicada por *idem*, pp. 189-90.

33 Apesar de a fundação do convento ter sido concedida à infanta apenas em 1782, por breve de Pio VI datado de 25 de Janeiro desse ano.

34 Sobre o «Conventinho» do Desagravo veja-se sobretudo a mais recente investigação de Maria Luísa Jacquinet, *Em desagravo do Santissimo Sacramento: o 'Conventinho Novo'. Devoção, memória e património religioso*, dissertação de mestrado em Estudos do Património, Lisboa, Universidade Aberta, 2008 (texto policopiado).

Sobre esta devoção no período de D. Maria I veja-se: Manuel de Macedo, *Sermão verdadeiro do Padre Manoel de Macedo no desagravo do Sacramento, pregado na presença de Suas Magestades na Real Capella de Nossa Senhora da Ajuda em 1779*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1791.

35 José de Castro, *op. cit.*, p. 312.

D. JOSÉ FRANCISCO MIGUEL
ANTÓNIO DE MENDOÇA
(1786-1808)

- 1 Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado defendida pelo Autor na Universidade Lusíada (2001), subordinada ao título «O Cardeal-Patriarca D. José de Mendça e a encomenda de Obras Artísticas (1780-1808)».
- 2 D. António Caetano de Sousa, *Memórias Históricas Genealógicas dos Grandes de Portugal*, p. 597.
- 3 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), *Manuscritos*, livro 626, f. 63.
- 4 *Idem, ibidem*, f. 60.
- 5 *Idem, ibidem*.
- 6 BGUC, *Manuscritos*, livro 626, f. 67.
- 7 *Almanach para o Anno de 1786*, Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 104.
- 8 D. Filipe Folque de Mendça, *A Casa Loulé e Suas Alianças*, p. 33.
- 9 Teófilo Braga, *História da Universidade*, Vol. III, p. 641.
- 10 Pe. Moreira das Neves, *O Cardeal Cerejeira Patriarca de Lisboa*, p. 77
- 11 Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, *Livro da Relação Patriarcal*, pp. 156v e 157; Biblioteca da Ajuda, *Manuscritos*, cota 54-XI-39, n.º 118, f. 6
- 12 José António de Sá, *Oração Congratulatória, que pela Fansta Occasão de Ser Elevado á Alta Dignidade de Patriarca de Lisboa o Excmo. e Rvmo. Senhor José Francisco de Mendça, Do Conselho de Sua Magestade, e Principal Primario da Santa Igreja Patriarcal*, p. 1.
- 13 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (T.T.), *Mercês D. Maria I*, livro 30, fls. 118v. e 119; e fl. 226v.
- 14 T.T., *Mercês de D. Maria I*, livro 30, fls. 108 e 108v., 109, e fl. 339 (Carta de Mercês de mais uma vida nos bens da Ordem de Cristo que tem a sua Casa, e outras mercês na mesma Ordem).
- 15 Também o cardeal-patriarca D. Tomás de Almeida (1716-1754), da casa dos condes de Avintes, doou os seus serviços a seu sobrinho, fazendo com que este fosse elevado a 1.º marquês de Lavradio.
- 16 *Almanach para o anno de 1788*, Academia Real das Ciências, p. 43.
- 17 A. H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal*, p. 299.
- 18 Arquivo da Casa Loulé, *Documentos Familiares*, caixa 1; Albano da Silveira Pinto, *Rese-*

- nha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Tomo I, pp. 179 e 180.
- 19 A partir deste casamento, a casa dos duques de Loulé, como ramo dinástico da casa real, ocupa o primeiro lugar na linha de sucessão da Coroa, passando os seus membros a estar numa posição equivalente ao que em França desde o século xv se designa por «Príncipes de Sangue». Em 1932, após a morte de el-rei D. Manuel II, a herdeira da Casa Loulé passa a deter a legitimidade *de jure* na sucessão da Coroa de Portugal e da Sereníssima Casa de Bragança. (Cf. Luiz de Mello Vaz de São Payo, «A Linha de Sucessão», *Revista Raízes e Memórias*, p. 3 a 24; e D. Filipe Folque de Mendonça (Conde do Rio Grande), *Dinastias Reais da Europa*, p. 25.)
- 20 Pe. José de Castro, *Portugal em Roma*, Vol. II, p. 39.
- 21 Marquis de Bombelles, *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 311.
- 22 Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, *Livro da Relação Patriarcal*, pp. 157v, 158, e 158v.
- 23 T.T., *Chancelaria D. Maria I*, livro 59, fls. 192 e 192v.
- 24 BGUC, *Manuscritos*, livro 626, f. 101 e livro 469, ff. 50 e 50v e 51.
- 25 T.T., *Ministério do Reino*, maço 596, cx. 698.
- 26 Biblioteca da Ajuda, *Manual Eclesiástico Português*, cota 54-IV-34, n.º 13.
- 27 Idem, *Manuscritos*, cota 54-IX-38, n.º 177.
- 28 José António Ferreira de Almeida (dir.), *Tesouros Artísticos de Portugal*, p. 345.
- 29 Biblioteca da Ajuda, *Manuscritos*, cota 54-VI-14, n.º 16 e anexo.
- 30 Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, *Livro da Relação Patriarcal*, pp. 186 e 186v.
- 31 Pe. Moreira das Neves, *op. cit.*, p. 77.
- 32 Biblioteca da Ajuda, *Manuscritos*, cota 54-IX-38, n.º 178.
- 33 Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, *Livro da Relação Patriarcal*, pp. 181v a 182v.
- 34 Pe. Miguel de Oliveira, *Privilégios do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa*, p. 6.
- 35 BGUC, *Manuscritos*, livro 469, pp. 1 a 13 (Regimento da Cappela Real, 2-I-1592).
- 36 Marquis de Bombelles, *op. cit.*, p. 71.
- 37 Exceptuando as senhoras infantas D. Maria de Assumpção e a infanta D. Ana de Jesus Maria, que por impedimento do cardeal Mendonça foram baptizadas pelo deão decano D. António de Miranda, os restantes filhos foram por ele baptizados pela seguinte ordem: 6/5/1793 – baptismo da princesa da Beira, D. Maria Teresa, na Capela do Palácio de Queluz; 11/4/1795 – baptismo do príncipe da Beira, D. António, na sala de música do Palácio de Queluz; 5/6/1797 – baptismo da infanta D. Maria Isabel, na Capela de Queluz; Outubro de 1798 – baptismo do príncipe D. Pedro de Alcântara, na Capela de Queluz; 4/5/1800 – baptismo da infanta D. Maria Francisca; 12/6/1801 – baptismo da infanta D. Isabel Maria; 14/11/1802 – baptismo do infante D. Miguel.
- 38 Fortunato de Almeida *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, p. 33.
- 39 Biblioteca da Ajuda, *Manuscritos*, cota 54-XI-38, n.º 5 e anexo.
- 40 Biblioteca da Ajuda, *Manuscritos*, cota 54-VIII-33, n.º 12, fls. 3v, 4 e 4v.
- 41 Rocha Martins, «O Patriarca de Lisboa D. José II», *Arquivo Nacional*, n.º 241, Ano V, pág. 118.
- 42 Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. VI, pp. 337 e 338.
- 43 Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, p. 555.
- 44 Eduardo Brazão, *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa*, pp. 128-41.
- 45 Idem, *ibidem*, p. 193.
- 46 Biblioteca da Ajuda, *Manuscritos*, cota 54-XI-37, n.º 183.
- 47 Pe. Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 8.
- 48 Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, *Livro da Relação Patriarcal*, pp. 181v a 182v.
- 49 Idem, *ibidem*, pp. 205 e 205v.
- 50 William Beckford, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, pp. 53 e 54.
- «A frontaria da grande Igreja (S. Vicente de Fora) apresentava-se magnificamente engalanada. O vasto lanço das escadas estava guarnecido pelos Archeiros da Guarda Real, com seus ricos uniformes de veludo multicolor, e uma infinidade de clérigos de cruz alçada e estandartes em punho (...), e penetrei na Igreja, onde se rezava Missa Pontifical. Nuvens de incenso erguiam-se no espaço e milhares de pessoas viam-se ajoelhadas. Luz de inúmeras velas fazia cintilar os diamantes e os rubis do ostentório que o Patriarca elevava nas Suas trémulas e devotas mãos (...). Os guardas tinham formado aos dois lados da escadaria, em frente da porta do templo. Por fim, uma chuva de plantas aromáticas e de flores anunciou a aproximação do Patriarca com a Hóstia Sagrada debaixo de um Pálio Real, circundado pela Nobreza e precedido de um vasto cortejo de Santas figuras Mitradas, as mãos juntas em oração, as vestes escarla-
- tes varrendo o solo, e os seus caudatários empunhando crucifixos, relicários de prata e outras insígnias da Majestade Pontifical. Vagarosamente, a procissão desceu o lanço de escadas, ao som de cânticos corais e de longínquas salvas de artilharia, perdendo-se numa tortuosa rua decorada com esplêndidas colgaduras, deixando-me aturdido e os olhos deslumbrados como os de um santo que acabasse de ser visitado por uma visão de celestial esplendor.»
- 51 Biblioteca da Ajuda, cota 51-X-9, n.º 169.
- 52 Marquês de Fronteira, *Memórias...*, Vol. I, p. 186.
- 53 T.T., *Ministério do Reino*, maço 596, cx. 698.
- 54 Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, p. 447.
- 55 *Almanach para o anno de 1796*, Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 162.
- 56 Pe. Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 16; *Almanach para o anno de 1789*, Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 34.
- 57 Biblioteca da Ajuda, *Manuscritos*, cota 54-IX-38, n.º 177.
- 58 Mário de Sampaio Ribeiro, *Do Sítio da Junqueira*, p. 24.
- «Situado na Junqueira, foi este Palácio pertença do Príncipe José César e Menezes, irmão do 1.º Conde de Sabugosa, e que depois do terramoto foi comprado pela Mitra para nele se instalarem os Cardeais-Patriarcas de Lisboa, que desde aí residiram D. Francisco I (de Saldanha), D. Fernando II (da Silva), e D. José II (de Mendonça), com efeito muitos anos, com suas numerosíssimas 'famílias'.»
- 59 Ângelo Pereira, *D. João VI – Príncipe e Rei*, Vol. III, pp. 121 e 122.
- 60 T.T., *Registo Geral de Testamentos*, livro 359, fls. 164 a 165v.
- 61 Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, *Livro da Relação Patriarcal*, p. 217.

D. CARLOS DA CUNHA E MENEZES
(1819-25)

- 1 Quarto senhor de Valdigem, veador da casa da rainha e monteiro-mor do reino, pelo seu casamento. O seu primogénito foi o 1.º conde de Castro Marim e 1.º marquês de Olhão.
- 2 No respectivo assento de baptismo lê-se dezoito, mas poderá ser engano do escrivão, uma vez que tanto o assento precedente como o seguinte ao seu são já do dia dezanove. Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registos Paroquiais de Lisboa, Santa Eulália, Baptismo*, n.º 9, 1749-1761, caixa 7.

- 3 Cf. CARTA Pastoral de 12 de Março de 1821. [s. l.]: [s. n.], p. 3.
- 4 À semelhança do cardeal-patriarca, também o bispo de Alba, deão da real capela de Vila Viçosa, quis jurar as *Bases da Constituição* com reservas.
- 5 A regência ordenou logo de seguida que o colégio patriarcal mandasse tirar da colecta da missa o nome do cardeal, e que o mesmo colégio actuasse como se a vacância tivesse procedido por morte de D. Carlos da Cunha.
- 6 Data em que o cardeal-patriarca é notificado a sair do Tojal, onde se encontrava, para o Buçaco. Data, também, da portaria das cortes decretando que todo o português que se recusasse a jurar a Constituição da nação ou as suas bases perderia a sua nacionalidade, sendo obrigado a retirar-se do país.
- 7 Arquivo da Família Cunha, Núcleo Eclesiástico, *Carta dirigida ao visconde de Juromenha*, Junho de 1821, caixa 47, capilha n.º 221.
- 8 A Revolução de 1789 tinha já levado a que muitos dos bispos franceses expedissem cartas pastorais durante o seu exílio.
- 9 Antes de se ausentar, o patriarca delega toda a sua jurisdição ao colégio dos principais.
- 10 Cf. CARTA Pastoral de 19 de Agosto de 1823. Lisboa: Typogr. de António Rodrigues Galhardo, p. 6.
- 11 Cf. *ibidem*.
- 12 Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 297 (17 Dez. 1825) 1226. E ainda PEREIRA, Isaías da Rosa, Org. – Documentos para a História do Patriarcado de Lisboa. n.º 6. *Vida Católica*. 18 (1991) 209.

D. FREI PATRÍCIO DA SILVA, O.S.A.
(1826-40)

- 1 No breve processo organizado na Nunciatura, a 3 de Janeiro de 1826, foram testemunhas, quer acerca da pessoa quer do estado da diocese: 1) Estêvão Teles da Silva, Marquês de Penalva, capelão Honorário Real; 2) Cónego Principal Diácono António Maria Furtado de Mendonça (ARCHIVIO SEGRETO VATICANO – Arch. Consist., Processus 224, fl. 436 ss.).
- 2 ARCHIVIO SEGRETO VATICANO – Secreteria di Stato Portogallo, 9, fl. 65. Carta do Cardeal della Somaglia ao Nuncio de Lisboa, de 2 de Março de 1826: «Avvicinandosi il Consistoro in cui sara proposto a codesta sede patriarcale l.Emo da Silva, il

S. Padre al quale si e dovuto riferire quanto concerne la persona del traslato, ha sentito com vivissimo rincrescimento quanto mi aveva già partecipato sull'esercizio abusivo in cui codesto Porporato si e posto del vicariato di Lisbona ad contra ch'egli non sia per ancora sciolto dai vincoli che lo legono alla sua Chiesa attuale di Evora e con porre in non calce tutto gli altri ostacoli che non lo impedivano.»

- 3 ASV – Secreteria di Stato Portogallo, 9, fl.69.
- 4 CORTE-REAL, João Afonso – O coliponense Doutor Dom Frei Patrício da Silva Cardeal Patriarca de Lisboa –. In *Livro do I Congresso das actividades do distrito de Leiria*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1944, p. 68.
- 5 O lugar da sua residência será o Palácio da Junqueira até 1834. O edital de 23-12-35 já é assinado da residência de S. Vicente de Fora. O tipógrafo do Cardeal Patriarca é inicialmente António Rodrigues Galhardo. Passa a ser José Rodrigues Galhardo (a 25-2-1832 já publica documento episcopal). Em 1836 vemos a referência a Galhardo e Irmãos, com sede na Rua da Procissão, 45.
- 6 Ver *Gazeta de Lisboa*, suplemento ao n.º 172. *Apud* CORTE-REAL, O Coliponense, p. 70.
- 7 Carta de 30 de Julho de 1833, p. 2.
- 8 O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cândido José Xavier, ao expulsar o Nuncio, deixa o auditor da nunciatura, Curolí, a assegurar o funcionamento, mas, como este permitia que a nunciatura fosse foco de acção contra-revolucionária, os liberais ordenaram também a sua saída (1834).
- 9 Era restituída à Basílica de Santa Maria Maior a dignidade e categoria de Sé Arquiepiscopal Metropolitana, constituída por igual número de dignidades, cónegos e ministros que tinha em tempos antigos. Nacionalizam-se os bens da extinta sé e da Basílica de Santa Maria Maior e regulamentam-se as nomeações e obrigações dos clérigos. Ao Patriarca é atribuído o vencimento anual de doze contos de réis. (Ver texto do decreto em REIS, António Carmo – *O liberalismo em Portugal e a Igreja Católica*. Lisboa: Ed. Notícias, 1988, pp. 221-23. Cerca de um ano depois (10 de Janeiro de 1835) o governo ordenou a reconstituição do novo quadro capitular e impôs a utilização de vestes iguais às das outras catedrais. O Papa Gre-

gório XVI confirmaria a extinção completa da antiga patriarcal e aceitaria a criação de uma nova com seu respectivo Cabido (Cf. NETO, Vitor – *O Estado, a Igreja*, p. 86).

- 10 Para compensar as dificuldades surgidas, D. Patrício criou a cadeira de Teologia Moral em S. Vicente de Fora, a 2 de Outubro de 1838. O Seminário de Santarém reabriria em 1853.
- 11 REIS – *O liberalismo*, p. 56. Considera-o «paradigma no tempo de viragem histórica», p. 58.

D. FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS SARAIVA, O.S.B.
(1840-45)

- 1 Basicamente, transcrevo Manuel Clemente, «O Cardeal Saraiva, Patriarca de Lisboa», *Presença de Singeverga*, n.º 67, Janeiro-Abril de 2004, pp. 16-21.
- 2 In *Obras Completas do Cardeal Saraiva (...)*, publ. por António Correia Caldeira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, Vol. 1, p. xx.
- 3 Carta traduzida in Marquês de Resende, *Memória histórica de D. Fr. Francisco de Luís Saraiva*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1864, p. 146.
- 4 *Ibidem*, pp. 146-47. Na continuação, não deixará de qualificar os que em Portugal e Roma se opunham à sua confirmação, como políticos que faziam da religião pretexto para a sua causa anticonstitucional: «Acontece não poucas vezes, santíssimo padre (com mágoa o digo), que nestes turbulentíssimos tempos, e no meio de tamanha perturbação das coisas públicas, alguns homens, agitados de sua natural inquietação, arrebatados de vários e violentos affectos e paixões, mais solícitos dos seus interesses ou dos do seu partido do que dos de Jesus Cristo, debaixo do pretexto de defender a religião, empregam todo o género de mentiras e fraudes, servem-se de todo o género de artificios com o fim de retardarem ou mesmo de impossibilitarem de todo o desejado e inapreciável bem da paz pública.» E sentia-se mesmo capaz de ilibar o país e os governos liberais de qualquer intenção anti-religiosa: «Cria-me vossa santidade, lhe rogo! Nunca neste reino de Portugal, tão benemérito da religião cristã, e devotíssimo em todo o tempo à Santa Sé apostólica romana, existiu maquinação alguma tendente à destruição e ruína da religião; nunca propensão alguma

para a impiedade, nunca projecto ou intento de propagar opiniões licenciosas ou menos ortodoxas. Os delírios, os erros, os momentâneos desvarios, e até a própria maldade, e os improbos intentos de alguns poucos homens (se alguns houve ou há) nunca se devem imputar a toda a nação, nem ainda ao sistema do seu governo (qualquer que seja a ideia que dele se faça) nem se podem haver como próprios da índole e carácter do povo português» (*ibidem*, pp. 148-49).

- 5 Aliás, em tempo de reorganização da própria sé lisbonense. A patriarcal joanina fora extinta por decreto do regente D. Pedro, de 4 de Fevereiro de 1834. Só depois viria a decisão pontifícia: «Gregório XVI, em 9 de Novembro de 1843, expedia a bula *Quamvis aequo* em que tudo ficava devidamente regulado. Segundo o teor desta bula, eram extintas as duas igrejas, Patriarcal e Basílica [a antiga sé], com todos os seus direitos e prerrogativas, officios e benefícios; em lugar delas, criava-se a nova Sé Patriarcal [que veio a ser a antiga sé] e o seu cabido, com todas as vantagens e preeminências que por direito competem às igrejas de tal categoria» (Miguel Oliveira, *Privilégios do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa*, Lisboa, União Gráfica, 1950, p. 27).
- 6 Creio que dirigidas ao padre Manuel da Gama Xaro. Cf. *Obras completas*, Vol 1, p. VII (introdução do marquês de Resende): «Citarei também aqui a Carta e os Extractos ou Apontamentos de outras do Cardeal Saraiva para Manuel da Gama Xaro, Vigário da Vara em Setúbal (...)» Oliveira Ramos, *O Cardeal Saraiva*, Porto, Faculdade de Letras, 1972, Vol. 1, p. 189: «Continuou a cartear-se, a receber e a acarinhar, com conselho e lição, eruditos que o procuravam, entre os quais sobressai, por exemplo, o vigário geral Gama Xaro (...)»
- 7 Ainda assim, o cardeal Saraiva foi adiantando alguma coisa para melhorar o estado do clero. Cf. Oliveira Ramos, *O Cardeal Saraiva*, vol. 1, p. 234, nota. «Por sua vez, em Lisboa, onde sabia que reinava a facilidade em matéria de concessão de ordens sacerdotais, tomou, de pronto, decisões adequadas. Exigiu aos ordinandos da sua obediência que, antes de receberem novas graduações eclesiásticas, juntassem ao requerimento da praxe um atestado do respectivo pároco 'por onde conste qual tenha sido o seu comportamento, aplicação ao estudo das coisas da

Igreja e frequência a assiduidade em assistir às funções e officios eclesiásticos' [Provisão de D. Francisco II, acerca dos ordinandos do patriarcado].»

- 8 Cf. Manuel Clemente, *Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal. A Sociedade Católica (1843-1853)*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1993, p. 290.

D. GUILHERME HENRIQUES
DE CARVALHO
(1845-57)

- 1 Veja-se AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra), cx. 32, «Processo de Professores».
- 2 Veja-se «Testamento com que falleceu o Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa D. Guilherme I», *Revista Ecclesiastica, Religiosa e Litteraria*, Série III, n.º 2, pp. 23-26.
- 3 Veja-se Manuel José Fernandes Cicouro, *Circular do Provisor Interino do Patriarcado de Lisboa ao Clero, e aos Fieis do mesmo Patriarcado e das Prelazias anexas por Ocasião da prematura morte do Eminentíssimo e Reverendíssimo Sr. Cardeal Patriarca D. Guilherme I*, Lisboa, na Typographia de G. M. Martins, 1858, p. 9.
- 4 Veja-se «Comemoração da Vida e Virtudes do eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Guilherme Henriques de Carvalho, Cardeal Presbytero da Igreja Romana, do Título de Santa Maria de Supra Minervam, e Patriarcha de Lisboa», *O Amigo da Religião*, cit., p. 11.
- 5 Veja-se *idem*, pp. 10 e 20.
- 6 Veja-se *idem*, pp. 19-20.
- 7 «Estatística do Pariato Eclesiastico. Creado pelo Real Decreto de 30 de Abril de 1826», *Estatística methodica do Pariato Civil e Eclesiastico. Desde a sua fundação até 9 de Julbo de 1866*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, p. 17.
- 8 Veja-se *Lista dos 29 Deputados em Cortes e dos dez substitutos da Provincia da Beira eleitos em Vizeu*, Lisboa, na Typografia Rollandiana, 1821.
- 9 AUC, «Processo de Professores», cit.; *Carta de D. Pedro que, em nome da Rainha, nomeia Guilherme Henriques de Carvalho Terceiro Lente da Faculdade de Cânones*, 6 de Outubro de 1834.
- 10 Veja-se *infra*, pp. 99 ss.
- 11 Veja-se «Comemoração...», cit., p. 19.
- 12 Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres*, vol. 3, Porto/Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1970, p. 558.
- 13 «Testamento...», cit., p. 25. É possível que à data residissem já na Calçada, n.º 10, morada registada anos mais tarde nos livros de matrícula do filho Guilherme na universidade. Ainda não há muitos anos, os mais antigos moradores de Coimbra chamavam por vezes «Calçada» à Baixa, isto é, às ruas hoje denominadas Ferreira Borges e Visconde da Luz, durante largos anos centro comercial da cidade, e junto das quais se ergue ainda hoje a Igreja de São Tiago.
- 14 Veja-se *infra*, p. 96.
- 15 Veja-se «Testamento...», cit., p. 25.
- 16 Antonio Ozorio de Campos e Silva, *Elogio histórico do Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Guilherme I, Cardeal Patriarca de Lisboa*, Lisboa, Imprensa de Cândido António da Silva Carvalho, 1847, pp. 5-7.
- 17 «Comemoração...», cit., p. 10.
- 18 Veja-se Joaquim Ferreira Gomes, *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, pp. 41-67.
- 19 Veja-se AUC, *Colégio das Artes. Matriculas das aulas menores*, Est. 4, Tab. 3, vols. 17, 18, 19, 20 e 21, 1803-07, respectivamente.
- 20 Veja-se *idem, ibidem*, 1805-09.
- 21 Veja-se AUC, *Faculdade de Cânones. Matriculas*, 1808.
- 22 Veja-se *idem, ibidem*, 1810.
- 23 «Carta do Príncipe Regente de 2 de Janeiro de 1809», in Fernando Barreiros, *Notícia histórica do Corpo Académico Militar de Coimbra (1808-1811)*, Lisboa, Edição do Autor, 1912, p. 42.
- 24 Veja-se *idem, ibidem*, pp. 127 e 130-31.
- 25 *Idem, ibidem*, p. 129.
- 26 Veja-se *idem, ibidem*; e ainda «Acta de 6/10/1809», *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones (1772-1820)*, vol. 2, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 338-39; e «Acta de 23/10/1809», *ibidem*, pp. 339-40.
- 27 Veja-se *Actas* das respectivas faculdades.
- 28 Veja-se «Acta de 25/11/1814», *Actas...*, cit., p. 369.
- 29 Veja-se AUC, *Actos Grandes de Cânones*, fl. 45v; veja-se ainda Antonio Ozorio de Campos Silva, *op. cit.*, pp. 9-10.
- 30 Veja-se *idem, ibidem*.
- 31 Veja-se AUC, «Termos do Grau de Doutor na Faculdade de Cânones», *Actos Grandes da Faculdade de Cânones*, cit.
- 32 António Joaquim de Aguiar apenas regeu, como 6.º substituto, a cadeira de Analítica do Direito Pátrio de 1826 a 1830 (veja-se

- Memoria Professorum Universitati Conimbricensis, 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p. 111), dedicando-se depois à política; de Alexandre Costa Pinto sabe-se que lhe foi distribuída a cadeira de Direito Público Universal e das Gentes, mas tão-só nos anos de 1818-19 e 1819-20 (veja-se *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones*, pp. 395 e 402, respectivamente).
- 33 Veja-se «Acta de 12/10/1816», *Actas...*, cit., p. 376; veja-se também AUC, *Processo de Professores*, Cx. 32-A.
- 34 Veja-se «Acta de 31/6/1816», *idem*, p. 378, e «Acta de 13/7/1818», *idem*, p. 390, respectivamente.
- 35 Veja-se «Acta de 28/7/1819», *idem*, p. 402.
- 36 Veja-se «Acta de 28/7/1820», p. 408.
- 37 Veja-se *Memoria...*, cit., p. 93.
- 38 Veja-se *idem*, p. 149.
- 39 Veja-se Antonio Ozorio de Campos Silva, *op. cit.*, p. 14; e também «Comemoração...», cit., p. 18.
- 40 Veja-se *Memoria...*, cit. p. 93.
- 41 Veja-se «Comemoração...», cit., p. 12; e ainda Afonso Zuquete, *Leiria: Subsídios para a História da sua Diocese*, Leiria, Gráfica, 1945, pp. 281-82.
- 42 Veja-se AUC, *Processo de Professores*, Cx. 32-A, «Carta datada do Palácio de Setúbal a 2 de Maio de 1815 e assinada pelo rei».
- 43 Veja-se «Comemoração...», cit., p. 12.
- 44 Veja-se AUC, *Processo de Professores*, cit., «Por ordem da Rainha. Ministério do Reino. Paço de Sintra, 12 Setembro 1939».
- 45 Veja-se *idem*, «Carta de 22 de Dezembro de 1839».
- 46 Veja-se *idem*, «Carta de 2 de Novembro de 1835».
- 47 Veja-se *Lista dos 29 Deputados em Cortes e dos dez substitutos da Província da Beira eleitos em Vizeu*, cit.
- 48 Veja-se *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, Tomo 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821, p. 1480.
- 49 Veja-se «Comemoração...», cit., p. 12.
- 50 Veja-se Afonso Zuquete, *op. cit.*, p. 282.
- 51 Veja-se *O Constitucional*, n.º 187, 1 de Outubro de 1838, p. 457; veja-se também n.º 239 e n.º 282 de 3 de Novembro e 27 de Dezembro, pp. 963 e 1137, respectivamente.
- 52 Veja-se *idem*, n.º 298, 10 de Janeiro de 1839, p. 1202.
- 53 Veja-se *idem*, n.º 300, 28 de Janeiro de 1838, p. 1212.
- 54 Guilherme Henriques de Carvalho, «Discurso», *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Tomo 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839, p. 271.
- 55 *Idem, ibidem*, p. 272.
- 56 *Idem, ibidem*, p. 271.
- 57 *Idem, ibidem*, p. 272.
- 58 *Idem, ibidem*, p. 272.
- 59 Veja-se *idem, ibidem*, pp. 397, 452-53, 457, 482, 613, 642, 645, 1320-21, 1331, 1350, 1356.
- 60 Veja-se *idem, ibidem*, p. 412.
- 61 Veja-se *idem, ibidem*, p. 464.
- 62 Veja-se *idem, ibidem*, p. 1356.
- 63 Veja-se *idem, ibidem*, pp. 172-73.
- 64 «Projecto de Lei da Comissão dos Forais», *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, cit., p. 12.
- 65 Veja-se *idem, ibidem*, p. 18.
- 66 Veja-se, por exemplo, para além do citado *Projecto de Lei da Comissão dos Forais*, supra citado, os seus *Discursos, ibidem*, pp. 92-95, 503-04, 527, 543-44, 670-71, 674-75, 763-64, 770-71, 788-89, 1089-90, 1446, 1450-51, 1467-88.
- 67 Veja-se Luís Dória, «Carvalho, D. Guilherme Henriques de», *Dicionário biográfico parlamentar, 1834-1910*, vol. 1, (A-C), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, p. 434.
- 68 Veja-se «Relação dos Deputados eleitos nos diferentes círculos do Reino, em virtude do Decreto de 25 de Fevereiro de 1840», *Diário do Governo*, 25 de Maio de 1840.
- 69 Veja-se *Diário do Governo*, 12 de Janeiro de 1841.
- 70 Veja-se *idem*, 20 de Junho de 1840.
- 71 Veja-se *Diário do Governo*, 18 de Novembro de 1840 e 12 de Janeiro de 1841, respectivamente.
- 72 Veja-se Luís Dória, cit., p. 634.
- 73 Veja-se *idem, ibidem*, p. 634.
- 74 Veja-se «Lista de altos funcionários que segundo o artigo da lei eleitoral poderão ser eleitos senadores», *Diário do Governo*, 15 de Julho de 1840.
- 75 Veja-se Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 552.
- 76 Veja-se *Estatística methodica do pariatto civil e eclesiástico. Desde a sua fundação até 9 de Julho de 1866*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, pp. 17-18; *Synopse da Tabela da Câmara dos Dignos Pares do Reino. Durante a legislatura principiada em 2 de Janeiro de 1857 e terminada a 26 de Março de 1858 pela dissolução da Câmara dos senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.
- 77 «Discurso do bispo eleito de Leiria, rectificando afirmações sobre os cabidos», *Diário do Governo*, 9 de Novembro de 1840.
- 78 Veja-se AUC, *Diligencias de Vitae et Moribus de Guilherme Henriques de Carvalho*.
- 79 Veja-se AUC, *Diligencias de Património do Doutor Guilherme Henriques de Carvalho*.
- 80 Veja-se Antonio Ozorio de Campos e Silva, *op. cit.*, p. 12.
- 81 Veja-se *idem, ibidem*, p. 14.
- 82 Veja-se *idem, ibidem*, p. 16.
- 83 Veja-se *idem, ibidem*, p. 16; e «Comemoração...», cit., p. 13.
- 84 Nomeado por decreto de 28 de Março de 1845 (veja-se «Comemoração...», cit., p. 13).
- 85 Veja-se, entre outros, *Jornal da Sociedade Católica*, n.º 37, 1845, p. 21.
- 86 Veja-se, por todos, Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 557.
- 87 Veja-se Antonio Ozorio de Campos e Silva, *op. cit.*, pp. 23-24.
- 88 Veja-se *idem, ibidem*, pp. 23-24.
- 89 Veja-se «Comemoração...», cit., pp. 20-21.
- 90 AP (Arquivo da Pariarcal, São Vicente de Fora), D. Guilherme I, *Pastoral*, 28 de Outubro de 1846.
- 91 *Idem, ibidem*.
- 92 Veja-se *idem, ibidem*.
- 93 Veja-se *idem*, AP, *Pastoral*, 21 de Dezembro de 1847.
- 94 Veja-se *idem, ibidem, Pastoral*, 3 de Abril de 1854, e *Pastoral*, 9 de Janeiro de 1856, respectivamente, entre outras.
- 95 Veja-se *idem*, AP, *Pastoral*, 2 de Julho de 1856.
- 96 Veja-se *idem*, AP, *Pastoral*, 25 de Janeiro de 1847, entre outras.
- 97 Veja-se *idem*, AP, *Pastoral*, 30 de Setembro de 1854, entre outras.
- 98 Veja-se *idem*, AP, *Pastoral*, 27 de Dezembro de 1852, entre outras.
- 99 Veja-se *idem*, AP, *Pastoral*, 9 de Fevereiro de 1854.
- 100 Veja-se *idem*, AP, *Pastoral*, 30 de Maio de 1846.
- 101 Veja-se *idem*, AP, *Pastoral*, 13 de Setembro de 1852.
- 102 Veja-se *idem*, AP, «*Pastoral*», *Jornal da Sociedade Católica*, n.º 5, 1846.
- 103 Veja-se a descrição pormenorizada em «Comemoração...», cit., pp. 14-20, e ainda F. A. Rodrigues de Gusmão, «Um Conimbricense Illustre», *A Sciencia Católica*, vol. 1, n.º 12,

- 1885, pp. 401-02. Segundo este autor, o cardeal teria escrito um relato desta viagem, que intitulara *Memorial de Viagens* e se encontrava no Seminário Patriarcal (veja-se p. 401).
- 104 Veja-se José Silvestre Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos*, Tomo VII, na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874, p. 274.
- 105 Veja-se *idem, ibidem*, Tomo VIII, pp. 281-84.
- 106 Veja-se «Decreto de 20 de Setembro de 1851», *ibidem*, Tomo VII, 1878.
- 107 Veja-se «Uma Boa Nova», *O Amigo da Religião*, Série I, n.º 4, 1853, p. 58.
- 108 Veja-se *O Amigo da Religião*, Série I, n.º 6, 24 de Setembro de 1853, p. 81.
- 109 Veja-se *idem, ibidem*, pp. 82-99.
- 110 Veja-se «Carta, 14 de Setembro de 1853», *O Amigo da Religião*, 1853, pp. 121-22.
- 111 Veja-se «Inauguração do Seminário Patriarcal», *O Amigo da Religião*, 1853, pp. 149-52.
- 112 Veja-se «Inauguração do Seminário Patriarcal II. Auto de Instalação», *O Amigo da Religião*, n.º 12, 1853, pp. 183-85.
- 113 Manuel José Fernandes Cicouro, *Circular...*, cit., p. 14.
- 114 Veja-se *idem, ibidem, Circular...*, cit., pp. 17-18.
- 115 D. Domingos de Sousa Magalhães leccionou várias cadeiras na Universidade de Coimbra, entre 1847 e 1852, foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, sócio do Instituto de Coimbra, vice-presidente da Academia das Ciências e um dos membros da comissão encarregada de rever o Código Penal de António Luís Seabra. Peranteu à maçonaria.
- 116 Veja-se Ricardo Nunes Soares, «Carta, 11 de Julho de 1856», *Revolução de Setembro*, n.º 4272, 17 de Julho de 1856, p. 2.
- 117 Veja-se João de Deus Antunes Pinto, *Resposta à Petição de Recurso à Coroa que contra o Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarcha levou perante a Relação de Lisboa o Exceletíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Mitylene*, Lisboa, na Typographia de G. M. Martins, 1856, p. 53.
- 118 Veja-se *idem, ibidem*, p. 15.
- 119 Manuel José Fernandes Cicouro, *op. cit.*, p. 17.
- 120 Veja-se *O Portuguez*, n.ºs 955 e 956, de 10 e 17 de Junho de 1856, respectivamente. A segunda destas notícias, pelos seus termos, obrigou a uma intervenção pessoal do cardeal na Câmara dos Pares, a sua leitura em voz alta e intervenções de repúdio geral que se traduziram em votação unânime (veja-se *Diário do Governo*, n.º 147, 24 de Junho de 1856, p. 869; e ainda o n.º 150 e o n.º 158, de 27 de Junho e 7 de Julho de 1856, pp. 899 e 951, respectivamente).
- 121 José de Almada e Lencastre, «O Patriarca Guilherme», *O Século Dezanove*, 2.ª série, n.º 8, p. 58.
- 122 Manuel José Fernandes Cicouro, *op. cit.*, p. 58. Referência à acusação de o cardeal ter fugido à peste que grassava em Lisboa e ao seu regresso precipitado para a desfazer, que viria a torná-lo vítima da epidemia.

D. MANUEL BENTO RODRIGUES

DA SILVA, C.R.S.J.E.

(1858-69)

- 1 Pedro Henrique Pereira (presbítero), *Esboçeto biographico e descripção lithurgica da administração do sagrado viatico e extrema-unção e do funeral do eminentíssimo e reverendíssimo senhor cardeal patriarcha Dom Manuel Bento Rodrigues de saudosa memoria*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869, p. 7. Para os restantes dados biográficos seguimos igualmente esta fonte de informação.
- 2 Luis Dória, «Silva, D. Manuel Rodrigues Bento da», in *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*, coord. de Maria Filomena Mónica, vol. 2, Lisboa, ICS/Assembleia da República, 2006, p. 721. Embora aí se refira serem desconhecidas a data de iniciação e a loja de pertença na Maçonaria, o seu nome surge referenciado noutras obras como membro da loja Urbionária de Coimbra, entre 1834 e 1836, e da loja Pedro IV, entre 1837 e 1839, datas da sua existência, ambas de obediência ao Grande Oriente Lusitano (cf. A. H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal: Política e Maçonaria, 1820-1869 (1.ª parte)*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 195-96 e 243-44).
- 3 Cf. A. Jesus Ramos, *O bispo de Coimbra: D. Manuel Correia de Bastos Pina*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995, pp. 37-46.
- 4 Luis Dória, *Do cisma ao convénio: Estado e Igreja de 1831 a 1848*, Lisboa, ICS, 2001.
- 5 Cf. Pedro Henrique Pereira, *Esboçeto biographico...*, pp. 15-29.
- 6 Cf. A. Jesus Ramos, *O bispo de Coimbra*, pp. 42-46.
- 7 Regista o seu biógrafo: «Fez tenaz opposição a uma portaria em que o sr. Ferrer, como ministro dos eclesiásticos, nomeava uma comissão de lentes da universidade com o fim de formar o plano de estudos do seminário, em harmonia com os da faculdade de teologia, nesta defesa dos direitos episcopais achou a seu lado todo o episcopado português» (Pedro Henrique Pereira, *Esboçeto biographico...*, p. 8. Actualizámos a ortografia).
- 8 Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2ª edição preparada e anotada por Damião Peres, Porto, Portucalense Editora, 1970, vol. 3, p. 379.
- 9 Cf. Maria do Pilar S. A. Vieira, «Ursulinas», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira Azevedo, [Lisboa], Círculo de Leitores, [vol. 4], pp. 324-25.
- 10 Cf. *Ceremonial das Ursulinas, aprovado e confirmado pelo excellentíssimo e reverendíssimo senhor D. Manoel Bento Rodrigues, Arcebispo, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil. Para uso das religiosas ursulinas da sua diocese*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1852.
- 11 Cf. *Descripção da visita que o o excellentíssimo e reverendíssimo senhor Arcebispo Conde D. Manoel Bento Rodrigues fez ao R. Collegio Ursulino das Chagas, em S. José de Coimbra*, [s.l.], [1853].
- 12 «A ação pastoral e administrativa do prelado foi bem mais positiva do que o fazia prever o seu passado. O peso da mitra e do báculo, e o contacto com a realidade diocesana contribuíram para que mudasse muitas das suas ideias, acabando por pastorear o bispado com mão segura, não lhe faltando mesmo iniciativas de grande alcance na linha da renovação da vida religiosa diocesana» (A. Jesus Ramos, *O bispo de Coimbra...*, p. 44).
- 13 Ver Provisão de 22 de Abril de 1858, assinada pelo vigário geral interino do Patriarcado, Dr. Manuel José Fernandes Cicouro (Arq. Hist. Patriarcado).
- 14 Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja...*, vol. 3, p. 521.
- 15 Pedro Henrique Pereira, *Esboçeto biographico...*, p. 9. Actualizámos a ortografia.
- 16 Ver Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.
- 17 Pedro Henrique Pereira, *Esboçeto biographico...*, p. 9.
- 18 *Ibidem*, p. 10.
- 19 Cf. Vitor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, pp. 115-16.
- 20 Cf. *Catecismo do Patriarcado disposto em melhor ordem e publicado por mandado do Emm. e Rev-*

mo. Senhor Cardeal Patriarca D. Manuel Bento Rodrigues, Paris, V.ª J.P. Aillaud e G. Livreiros de Suas Majestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1882. Desconhecemos edições anteriores.

- 21 *Ibidem*, p. ix.
- 22 *Ibidem*, p. vi.
- 23 Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja...*, vol. 3, pp. 27-28.
- 24 Acerca da intervenção eclesiástica havida durante a polémica discussão pública do assunto, cf. Samuel Rodrigues, *A polémica sobre o casamento civil (1865-1867)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 187-229.
- 25 Cf. Luis Dória, «Silva...», pp. 721-22.
- 26 Relembre-se que, com a instauração do liberalismo, o clero paroquial ficou sujeito a uma dupla dependência: «No plano político, sujeitava-se ao Estado que lhe impunha as regras e definia as normas da sua própria renovação social. A nível económico, dependia das populações que o sustentavam através das cóngruas arbitradas nos respectivos concelhos pela juntas paroquiais. Embora tivessem adquirido a cidadania com a implantação do regime constitucional, os párocos foram semifuncionarizados» (Vitor Neto, *O Estado...*, pp. 118-19). A situação resultante do pagamento das cóngruas esteve na origem de múltiplos conflitos, chegando então a falar-se de uma «guerra dos Povos contra os Párocos» (cf. *ibidem*, p. 121).
- 27 Cf. Luis Dória, «Silva...», p. 721.
- 28 *Ibidem*, p. 721.
- 29 *Ibidem*, p. 722.
- 30 Para uma descrição mais pormenorizada deste episódio e do seu significado eclesial, cf. A. Jesus Ramos, *O bispo de Coimbra...*, pp. 48-54. Acerca da questão mais vasta do regalismo e do debate então havido no Parlamento, cf. Vitor Neto, *O Estado...*, pp. 98-105. Como aí é sublinhado, «Três décadas após a instauração do liberalismo, os prelados, estimulados pelos avanços do romanismo em França, tomaram (pela primeira vez) posição colectiva contra uma decisão do governo enviando-lhe uma representação contra o diploma de Morais de Carvalho» (*ibidem*, p. 99).
- 31 Cf. *ibidem*, p. 100.

D. INÁCIO DO NASCIMENTO
MORAIS CARDOSO
(1871-83)

- 1 Informações biográficas recolhidas em «Morreu o Patriarca de Lisboa», *Diário de Notícias*, Lisboa, 24 de Fevereiro de 1883, p. 1; «Correio da noite», *Comércio do Porto*, Porto, 25 de Fevereiro de 1883; *A Nação*, Lisboa, 25 de Fevereiro de 1883; M. F. Mónica, P. T. Almeida, M. F. Bonifácio, N. Monteiro e Rui Ramos (orgs.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, Lisboa, ICS, 2004, Vol. I, pp. 578-79; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d., Vol. 17, p. 818; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Livraria Civilização, 1970, Vol. III, p. 488; João Barroso da Fonte, *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, Guimarães, Editora Cidade Berço, 2001; *The Cardinals of the Holy Roman Church. Biographical Dictionary*, consultado em <http://www.fiu.edu/~mirandas/bios1873.htm>.
- 2 *A Paz pelo autor da Lanterna*, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1871, pp. 6-14. É um relato extremamente agreste da carreira e da vida de D. Inácio.
- 3 «Morreu o patriarca de Lisboa», *Diário de Notícias*, 24 de Fevereiro de 1883, p. 1.
- 4 «A morte do patriarca de Lisboa: o carácter e a doença a que sucumbiu», *Diário de Notícias*, 26 de Fevereiro de 1883, p. 1.
- 5 Marquês de Valada, discurso em *Diário da Câmara dos Pares*, 13 de Março de 1871, p. 17.
- 6 Santos Viegas, discurso em *Diário da Câmara dos Deputados*, 23 de Fevereiro de 1883, pp. 443-44.
- 7 *A Crise pelo autor da Lanterna*, Lisboa, 28 de Janeiro de 1871.
- 8 *A Paz pelo autor da Lanterna*, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1871, p. 10.
- 9 *Diário Popular*, Lisboa, 26 de Janeiro de 1871.
- 10 *A Nação*, Lisboa, 28 de Janeiro de 1871.
- 11 *O Bem Público*, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1871, p. 236.
- 12 *O Bem Público*, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1871, p. 271.
- 13 Ver David Sampaio Dias Barbosa, *O Governo Português e a Crise do Papado nos anos 1848-1870*, Lisboa, Editorial Verbo Divino, 1979.
- 14 Texto da pastoral publicado em *A Nação*, Lisboa, 14 de Maio de 1871, pp. 1-2.
- 15 *Jornal do Comércio*, Lisboa, 9 de Maio de 1871.
- 16 Para um resumo do debate na imprensa, ver «A Pastoral do Sr. Bispo do Algarve», *O Bem Público*, Lisboa, 20 de Maio de 1871, pp. 356-58.
- 17 Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas*, ed. de Maria Filomena Mónica, Cascais, Principia, 2004, pp. 46-47.
- 18 *A Nação*, Lisboa, 10 de Maio de 1871.
- 19 Luís de Melo Breyner, conde de Sobral, discurso no *Diário da Câmara dos Pares*, 4 de Junho de 1862, p. 1623.
- 20 Samuel Rodrigues, *A Polémica sobre o casamento civil*, Lisboa, INIC, 1987, pp. 344-45.
- 21 David Sampaio Dias Barbosa, *O Governo Português e a Crise do Papado nos anos 1848-1870*, Lisboa, Editorial Verbo Divino, 1979, p. 165.
- 22 David Sampaio Dias Barbosa, *O Governo Português e a Crise do Papado nos anos 1848-1870*, Lisboa, Editorial Verbo Divino, 1979, p. 170; Eduardo Brazão, «O Concílio Vaticano I visto pelos diplomatas portugueses (1869-1870)», *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 1970, Volume IX, pp. 273-89.
- 23 *A Fome pelo autor da Lanterna*, Lisboa, 4 de Março de 1871, pp. 4-5.
- 24 *A Nação*, 25 de Fevereiro de 1883.
- 25 António Matos Ferreira, *Um Católico Militante diante da Crise Nacional. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa, Universidade Católica, 2007, p. 484.
- 26 Manuel Clemente, «A vitalidade religiosa do catolicismo português», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, Vol. III, p. 89.
- 27 *O Bem Público*, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1871, p. 239.
- 28 *Diário da Câmara dos Pares*, 24 de Março de 1874, p. 123; 28 de Março de 1874, p. 158.
- 29 Visconde de Chancelieiros, discurso no *Diário da Câmara dos Pares*, 9 de Março de 1880, p. 207.
- 30 J. P. Oliveira Martins, «Liberdade de Cultos», in *Páginas Desconhecidas*, Lisboa, Seara Nova, 1948, p. 9.
- 31 E. A. Ramos da Costa, *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Lisboa, sem indicação de editor, 1940, p. 96.
- 32 Gervásio Lobato, «Crónica ocidental», *Ocidente*, Lisboa, 1 de Março de 1883, p. 50; «A morte do patriarca de Lisboa: o carácter e a doença a que sucumbiu», *Diário de Notícias*, 26 de Fevereiro de 1883, p. 1.
- 33 «Morreu o patriarca de Lisboa», *Diário de Notícias*, 24 de Fevereiro de 1883, p. 1.
- 34 Penha Fortuna, discurso no *Diário da Câ-*

- mara dos Deputados*, 23 de Abril de 1880, p. 1589.
- 35 Gerardo Pery, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 278.
- 36 José Barbosa Leão, *Análise do Orçamento ou a Questão Financeira Resolvida*, Porto, Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1868, pp. 185-87.
- 37 Gerardo Pery, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 274-75.
- 38 *Almanach para o anno de 1802*, Lisboa, na Regia Oficina Tipográfica, p. 95.
- 39 «Morreu o Patriarca de Lisboa», *Diário de Notícias*, Lisboa, 24 de Fevereiro de 1883, p. 1. No *Comercio do Porto*, de 25 de Fevereiro de 1883, D. Bernardina é identificada como sua irmã.
- 40 Gervásio Lobato, «Crónica ocidental», *Ocidente*, Lisboa, 1 de Março de 1883, p. 50.
- 41 Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Lisboa, David Corazzi Editor, 1888, Vol. 5, pp. 151-61.
- 42 *O António Maria*, Lisboa, 1 de Março de 1883, pp. 67-71.

D. FREI JOSÉ SEBASTIÃO
NETO, O.F.M.
(1883-1907)

- 1 Arquivo da Província Portuguesa da Ordem Franciscana, *Cardeal Neto*, Armário I, 4, n.º 84 (pasta).
- 2 Pe. Bartolomeu Ribeiro, *Crónica da Província* (iné dita, escrita em 1955-56), p. 122.
- 3 Cf. *Voz de Santo António*, Maio 1999.
- 4 Citado por Dr. Casimiro Gomes da Silva, «Uma alta figura da Igreja: Há 45 anos que morreu o Cardeal D. José Neto», *Novidades*, 7 de Dezembro de 1965, p. 5, em quatro colunas cheias, com a sua biografia.
- 5 Esta documentação encontra-se no Arquivo Geral da Ordem, Vol. V, Província de Portugal, 1905-13, fls. 17-18.
- 6 Carta de 11 de Setembro de 1907, no Arquivo da Cúria Geral, *idem, ibidem*, fl. 166.
- 7 *Idem, ibidem*, fl. 167.
- 8 *Idem, ibidem*, fls. 249 e seguintes.
- 9 Encontra-se no «Arquivo das Congregações» do IAN/TT, na parte não tratada (em 1975), depois da colecção das fotografias, a seguir à «Ordem Franciscana em Portugal» (em três páginas).
- 10 Cf. *Cardeal Neto – Esboço Biográfico* (por Bartolomeu Ribeiro, OFM), Braga, 1928, p. 68; e *Boletim Mensal das Famílias Católicas*, Fevereiro e Março de 1921.

- 11 Cf. *Boletim Mensal*, que lhe dedica os números de Janeiro e Fevereiro de 1921, e o de Maio de 1928. A imprensa católica da época, *A Voz e Novidades*, e ainda o *Diário de Notícias* deram larga publicidade à trasladação dos restos mortais do cardeal Neto para o panteão dos patriarcas de São Vicente de Fora. Ver ainda Pe. Bartolomeu Ribeiro, *Cardeal Neto – Esboço Biográfico*, Braga, 1928. O diário católico *Novidades*, a 20 de Janeiro de 1941, então dirigido por Tomás Gambôa, enche seis colunas da primeira página e mais duas da quarta com o elogio do cardeal Neto, intitulando: «Faz hoje um século que nasceu o Cardeal D. José Sebastião Neto».

D. ANTÓNIO MENDES BELO
(1908-29)

- 1 Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Livraria Civilização Editora, 1970, p. 489.
- 2 *Ibidem*.
- 3 *Ibidem*, p. 561.
- 4 Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 356.
- 5 Arquivo Histórico do Patriarcado, *Livro 1.º da Correspondência Oficial*.
- 6 Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004, pp. 69-73.
- 7 *Idem*.
- 8 *Idem*, pp. 66-67.
- 9 *Idem*, pp. 54-63.
- 10 Cónego Joaquim Maria Lourenço, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal (Análise Histórico-Jurídica e Crítica das Relações da Igreja Católica com o Estado português)*, Coimbra Editora, 1943.
- 11 Maria Lúcia de Brito Moura, *op. cit.*, pp. 149-79.
- 12 A. Ayres Pacheco, *A expulsão do Senhor Patriarcha D. Antonio I. Documentos para a história da Perseguição Religiosa em Portugal*, Lisboa, Typographia e Papelaria Academica de Pires & C., 1912.
- 13 Cónego Joaquim Maria Lourenço, *op. cit.*, p. 182, nota.
- 14 A. Ayres Pacheco, *op. cit.*
- 15 Maria Lúcia de Brito Moura, *op. cit.*, p. 214.
- 16 Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar Freitas, *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 444-48.

- 17 Arquivo Histórico do Patriarcado, *Correspondência oficial*.
- 18 Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 472.
- 19 *O Dia*, 28/5/1914.
- 20 Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 562.
- 21 Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar Freitas, *op. cit.*, p. 475.
- 22 Arquivo Histórico do Patriarcado, *Assistência Religiosa, Comissão Central – Actas das sessões*.
- 23 Armando B. Malheiro da Silva, «Os Católicos e a ‘República Nova’ (1917-1918): da ‘Questão Religiosa’ à mitologia nacional», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, Tomo VIII/IX, 1996/97, p. 459.
- 24 *Novidades*, 10/7/1924, 27/5/1926, 28/10/1926.
- 25 Paulo F. de Oliveira Fontes, «O Catolicismo Português no Século XX: da Separação à Democracia», in *História Religiosa de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 162.
- 26 *Novidades*, 17/4/1926.
- 27 *O Amigo da Religião*, 24/9/1916 e ss.
- 28 Arquivo Secreto do Vaticano, Affari Ecclesiastici Straordinari, Nunziatura Apostolica de Portogallo, Pos. 311.
- 29 *Novidades*, 3/1/1926.
- 30 *ABC*, 10/9/1925.
- 31 *Vida Catholica*, 20/10/1916.
- 32 *A Época*, 10/1/1925.
- 33 *Vida Catholica*, 20/7/1918.
- 34 *Vida Catholica*, 20/2/1916.
- 35 *Vida Catholica*, 5/6/1916.
- 36 *Vida Catholica*, 20/12/1915.
- 37 *Novidades*, 29/6/1925.
- 38 *Novidades*, 5/4/1925.
- 39 Paulo F. de Oliveira Fontes, *op. cit.*, pp. 164-70.
- 40 Como se escreveu em *A Voz*, 10/8/1929.
- 41 *Ibidem*.

D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA
(1929-71)

- 1 Por isso, o presente texto homenageia D. Manuel Falcão, que, no colóquio em honra do cardeal Cerejeira, acentuou esta dimensão quantitativa, de que aliás fora precursor e que executara com uma competência que o leitor com dificuldade encontrará de seguida; ver D. Manuel Falcão, «O Cardeal Cerejeira, Pastor da Igreja Lisbonense», *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2.ª série, 1990, Tomo II.
- 2 *Obras Pastorais*, I, p. 48; uma boa síntese histórica do Patriarcado é dada por D. Manuel Clemente, «Lisboa, Diocese e Patriarcado»,

- in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. J-P, do Centro de Estudos de História Religiosa, Círculo de Leitores, 2002.
- 3 *Boletim Diocesano da Pastoral*, n.º 18-19, Outubro-Novembro de 1969, pp. 9-11 (balanço do Snip).
 - 4 Tentativa de identificação da contribuição do Estado em Luís Salgado de Matos, *Um 'Estado de Ordens' Contemporâneo – A Organização Política Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, ed. fotocopiada, 2000.
 - 5 D. Manuel Falcão, *op. cit.*, p. 117.
 - 6 Dados dos recenseamentos em Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira, *A população portuguesa no século XX. Análise dos Censos de 1900 a 2001*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 85.
 - 7 Sobre a sociologia religiosa e seus efeitos, ver Nuno Estêvão Ferreira, *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
 - 8 A descrição das igrejas desta fase está feita em «Programa de Base de Construção de Novas Igrejas», *Boletim de Informação Pastoral*, n.º 46-47, Abril-Junho de 1966.
 - 9 *Boletim Diocesano da Pastoral*, n.º 18-19, Outubro-Novembro de 1969, pp. 9-11 (balanço do Snip).
 - 10 *Boletim Diocesano da Pastoral*, n.º 18-19.
 - 11 Ver ainda: *Novas Igrejas de Vários Tempos: Colóquio sobre Arquitectura e Arte Sacra (1996)*, org. pelo Patriarcado de Lisboa, Lisboa, Rei dos Livros, 1998; ver a resensão por José Carlos Pereira em *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 1999, Tomo XI, pp. 490-95.
 - 12 D. Manuel Falcão, *op. cit.*, p. 117; *Obras Pastorais*, pp. 63-90.
 - 13 *Obras Pastorais*, I, p. 43.
 - 14 D. Manuel Falcão, *op. cit.*, p. 112.
 - 15 «Vinte anos» da JCF, por Júlia Guedes, *Boletim Oficial da ACP*, n.º 236-237, Janeiro-Fevereiro de 1954, p. 190.
 - 16 *Novidades*, 15 de Dezembro de 1958, p. 1.
 - 17 João Arsénio Nunes, «A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926-1933)», in *O Estado Novo: Das origens ao fim da autarquia 1926-1959*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1987, Vol. I, p. 194.
 - 18 D. Manuel Falcão, *op. cit.*, p. 114 e ss.
 - 19 Boas descrições em Luís de Azevedo Mafra, «Breve Apanhado da História da Elaboração do Plano de Acção Pastoral do Patriarcado», pp. 681-708 (Notas de Investigação), in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 1996-97, Tomo VIII/IX; e Luís de Azevedo Mafra, *Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira: Um testemunho*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 1997.
 - 20 Carta de Menthon datada de 19 de Maio de 1959, Arquivos do Ministério dos Negócios estrangeiros francês, Direction des Affaires Politiques Europe, 1956-1960, n.º 61. Série 28, Sous-série 9, Dossier 1, Portugal – Questões religieuses.
 - 21 Sobre o nacionalismo: António Matos Ferreira, «Repercussões do Ultimatum no Meio Católico: Notas Acerca do Nacionalismo Católico», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 1994, Tomo VI, pp. 31-46; Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista no Contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910)*, Lisboa, Colibri, 1966.
 - 22 Paulo Fontes, «ACP», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 1994, Tomo VI, p. 61 e ss.; Paulo Fontes, *Elites católicas na sociedade e na Igreja em Portugal: O Papel da ACP (1940-1961)*, Universidade Católica Portuguesa, 2007, ed. policopiada.
 - 23 Maria Inácia Rezola, «Católicos, Operários e Sindicatos», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 1994, Tomo VI, pp. 101-28; Maria Inácia Rezola, «Sindicatos católicos», comunicação em *Encontros de Outono: A Igreja e o Estado em Portugal. Da 1.ª República ao Limiar do Século XXI*, 21-22 de Novembro de 2003, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 2004 (colóquio organizado por Norberto Cunha), resensão de Bruno Cardoso Reis em *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 2005, Tomo XVII.
 - 24 *Boletim de Informação Pastoral*, n.º 5, e reproduzido na obra precursora na quantificação religiosa: Maria Inácia Rezola, «Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960)», in Fernando Rosas (org.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Ed. Presença, 1992, p. 242.
 - 25 Luís Salgado de Matos, «Las Asociaciones Voluntarias en el Estado Novo de Portugal – I. Normas, III. Conclusiones (1926-1974)», aguardando publicação em *Alcores*.
 - 26 Nuno Estêvão, «O Tempo e o Modo, Revista de Pensamento e Acção», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 1994, Tomo VI, pp. 129-294.
 - 27 Deve no mínimo ser mencionado o interesse do cardeal Cerejeira pelo escutismo; ver Cláudia Vicente, «A Introdução do escutismo em Portugal», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 2004, Tomo XVI, pp. 203-46; a sua tese de mestrado, sobre o escutismo, merecia ser publicada.
 - 28 *Catecismo da Primeira Comunhão: Edição Oficial*, prefácio do Cardeal Cerejeira, desenhos de Vítor Peon, Lisboa, s.d. (depósito legal de 16/5/1954), 34 pp.
 - 29 «O I Congresso dos Professores Primários Católicos, Fátima, 31 de Julho a 3 de Agosto de 1948», por Gomes dos Santos (Domingos Maurício), in *Brotéria*, n.º 47, 1948, pp. 483-95.
 - 30 «V Semana nacional do ensino religioso», *Boletim Oficial da ACP*, n.º 340, Outubro de 1962, p. 129.
 - 31 Relatório do encarregado de negócios francês em Lisboa, Charles Lesca, em Ministère des Affaires Etrangères, 1930-40, Portugal, 70 Z, Carton 536, dossier 1,2,3,4,5, Politique intérieure dossier général Août 1931 – 30 Novembre.
 - 32 «Estudos catequísticos», pelo arcebispo de Mitilene, no *Boletim Oficial da ACP*, n.º 195-196, Agosto-Setembro 1950.
 - 33 D. Manuel Falcão anota este entusiasmo.
 - 34 As *Estatísticas da Educação*, do INE, não mencionam a disciplina «Religião e Moral».
 - 35 *Boletim Diocesano de Pastoral*, Abril de 1969, n.º 13, p. 13.
 - 36 *Boletim Diocesano de Pastoral*, *ibidem*.
 - 37 *Límen*, Fevereiro de 1974, p. 17.
 - 38 *Estatísticas da Educação*, 1970.
 - 39 *Estatísticas da Educação*, 1970, p. 4.
 - 40 Numerosas referências, pouco sistematizadas em Luís Salgado de Matos, *Um 'Estado de Ordens' Contemporâneo – A Organização Política Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, ed. fotocopiada, 2000.
 - 41 As *Estatísticas da Educação*, publicadas pelo INE, durante boa parte do pontificado do cardeal Cerejeira, só discriminam no âmbito nacional no relativo ao género das publicações – e não separam a religião da filosofia.
 - 42 O *Annuario Pontificio* não publica estatísticas sobre a «boa imprensa».
 - 43 A fonte do quadro é um *Annuario Católico* publicado em 1975, mas a ACP já tinha entrado em crise em 1971.
 - 44 Maria Inácia Rezola, «Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960)», p. 243, faz uma descrição da imprensa com base em várias edições do *Annuario Católico*.
 - 45 Áurea Miguel, *Rádio Renascença: Os trabalhos e os dias, 1933-1948*, Lisboa, INCM, 1992; Pe. Moreira das Neves, *Para a história da Rádio Renascença: Mons. Lopes da Cruz e a Emissora Católica Portuguesa, Subsídios e comentários*, Lisboa, 1980, 140 pp. (fotos).

- 46 BIP, n.º 37-38, Março-Abril-Maio de 1965, p. 28 e ss.
- 47 *Boletim Diocesano da Pastoral*, n.º 13, pp. 14-15: «O Patriarcado em números».
- 48 Citado em João Arsénio Nunes, «A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926-1933)», in *O Estado Novo: Das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1987, Vol. I, p. 194.
- 49 António Cabral, *Um Alto Príncipe da Igreja: Dom Manuel Cerejeira, Patriarca de Lisboa*, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco, 1941, p. 50 e ss.
- 50 «O primeiro encontro de assistentes de organismos agrários da AC do Patriarcado», *Boletim Oficial da ACP*, n.º 263-264, Maio-Junho de 1956, p. 34 e ss.
- 51 «Inquérito oportuno: 2500 jovens trabalhadores denunciam graves problemas da juventude trabalhadora», *Juventude Operária*, n.º 136, Maio de 1956, pp. 6-7.
- 52 Carta de 26 de Junho de 1957, da autoria do encarregado de negócios, Charles Lesca, em MAE, 1930-40, Portugal, 70 Z, Carton 536, dossier 1,2,3,4,5, Politique intérieure dossier général Août 1931 – 30 Novembre.
- 53 «Situation de l'Eglise catholique au Portugal», de Yves Roubaud, enviado para Paris pelo embaixador de Menthon, Europe, Portugal, 1961-1970, Vol. 91, Série 28, Sous-série 9, dossier 1.
- 54 D. Manuel Falcão, *op. cit.*, p. 116.
- 55 Pedro Manuel Lourenço Delgado, *Divórcio e separação em Portugal: análise social e demográfica: século XX*, Lisboa, Estampa, 1996; *Boletim Diocesano de Pastoral*, n.º 14-15, Maio-Junho de 1969, p. 5; António Barreto e Clara Valadas Preto, *A Situação Social Portuguesa 1960-1998*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996.
- 56 «Em particular a classe operária», prossegue o autor – mas não destacámos esse aspecto; Wilfred D. Halls, «Les catholiques, l'intermède de Vichy, et la suite», in Sarah Fishman, Laura Lee Downa, Ioanji Sinaoglou, Leonard V. Smith e Robert Zeretscky, *La France sous Vichy: Autour de Robert O. Paxton*, Paris, Histoire du Temps Présent, Editions Complexe, 2004, p. 257.
- 57 O primeiro objectivo diz tudo: «Instaurar na sociedade portuguesa o Reino do Coração de Jesus». É certo que a referência à sociedade pode dar guarida à «re Cristianização», mas o cerne é íntimo, quase devocional (D. Manuel Falcão, *op. cit.*, p. 100).

D. ANTÓNIO RIBEIRO
(1971-98)

- 1 Quando da sua morte, esta expressão foi empregue como título – «O Cardeal da transição» – pela revista de actualidade católica *Christus* (n.º 12, 1998, pp. 4-9). É certo que, neste sentido, outras figuras episcopais podem também ser consideradas de transição, como ocorre, em certas análises, com a de D. António Ferreira Gomes (1906-1989), que pode ser considerada e reconhecida como «personagem de transição» e, neste caso do bispo portugalense, a de uma transição que acabou por não acontecer. Cf. Luís Salgado de Matos, «A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (Setembro de 1958 – Outubro de 1959)», *Análise Social*, n.º 150, 1999, pp. 29-90. A designação de «cardeal de transição», empregue neste texto, não pretende estabelecer qualquer juízo de valor, mas tão-só sublinhar e caracterizar o desempenho de determinado papel num contexto e num processo de mudança de mentalidades, de consciência e de paradigmas.
- 2 O paralelismo com o cardeal Vicente Enrique y Tarancón (1907-1994) é a muitos títulos pertinente. Numa perspectiva histórica, ambos têm sido encarados como figuras que, ocupando uma posição de relevo nos respectivos episcopados, marcaram uma transição durante a década de 70 do século XX, enquanto passagem de uma situação a outra, não só em termos políticos mas, e sobretudo, eclesiais, e sendo, por diversos sectores das sociedades portuguesa e espanhola, reconhecidos publicamente como tal. Foram percebidos e ajuizados como personalidades eclesiais de diálogo e abertas à democratização da sociedade. Sobre esta apreciação comparativa, ver ainda o artigo de António Cadavez, «O pêndulo da Igreja», *Sábado*, 18 de Janeiro de 1991, pp. 36-38.
- 3 Os testemunhos orais são importantes, tal como as notícias de periódicos ou os textos doutrinais existentes. Outro tipo de elementos arquivísticos, nomeadamente os eclesiais nacionais ou da Santa Sé, não se encontram ainda disponíveis. Os elementos disponíveis em larga medida referem-se ao papel mais institucional na esfera da realidade

de política. A investigação existente sobre o pontificado de D. António Ribeiro é ainda muito escassa e pontual. Por exemplo, quando se pesquisa «D. António Ribeiro, patriarca de Lisboa» no motor de busca *Google* ou no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, encontram-se muito poucos elementos. Acresce que o próprio cardeal Ribeiro pretendeu sempre passar de forma discreta, sem grandes declarações públicas e sem protagonizar significativamente grandes controvérsias públicas. Costuma-se referir que, enquanto patriarca de Lisboa, só terá dado três entrevistas em periódicos nacionais: «Ao longo do seu pontificado, concedeu (...) duas ao *Diário de Notícias*, em 1976 e 1996, e uma última ao jornal *O Independente*, em 1997» (*Voz da Verdade*, 16 de Março de 2008, p. 7); contudo, logo que foi indigitado para esse cargo, o diário *O Século*, a 14 de Maio de 1971, publicou uma primeira entrevista dada por escrito (com destaque na primeira página e pp. 10-11) enquanto presidente da Comissão Episcopal dos Meios de Comunicação Social, mas apresentada pelo periódico como sendo a sua primeira entrevista enquanto patriarca indigitado (informação facultada por Nuno Rosário Fernandes, que realiza presentemente uma investigação sobre a actividade do padre António Ribeiro na televisão durante os anos 60). A sua última entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, conduzida pelos jornalistas José António Santos e Ricardo Saavedra, foi publicada em livro (*António Ribeiro: Patriarca de Lisboa*, Lisboa, Editorial Notícias, 1996). Certos aspectos do pontificado de D. António Ribeiro podem ser apreciados através de alguns estudos que, sendo sobre a conjuntura da época, apresentam já uma determinada valorização da sua actuação, nomeadamente: Maria Inácia Rezola, «Igreja, política e religião», in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. 8, pp. 260-71; António de Sousa Franco, «A Igreja e o poder: 1974-1987», in *Portugal: o sistema político e constitucional*, coord. de Mário Baptista Coelho, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 403-25; Luís Salgado de Matos, «A Igreja na Revolução em Portugal (1974-1982)», in *O País em Revolução*, coord. de José Manuel Brandão de Brito, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, pp. 63-131; ou ainda, Manuel Braga da Cruz, «A Igreja na transição democrática portu-

- guesa», *Lusitania Sacra*, n.º 8-9, 1996-97, pp. 519-36. Existem também referências testemunhais sobre o cardeal Ribeiro, ainda que pontuais, em obras memorialísticas já publicadas de outros prelados, como: D. Manuel de Almeida Trindade (1918-2008), *Memórias de um bispo*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1993; e D. Eurico Dias Nogueira (n. 1923), *Memórias do Arcebispo*, entrevista de Luís Rebelo, Lisboa, Editorial Notícias, 2003. Sobre o «caso da Rádio Renascença» foram produzidos diversos estudos, dos quais, por se debruçar com particular atenção sobre a figura e a actuação do prelado lisbonense, importa destacar o de Paula Borges Santos, *Igreja Católica, Estado e Sociedade (1968-1975): o caso Rádio Renascença*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005.
- 4 Para além de documentação da época, tem havido recolha de alguns testemunhos pessoais. Cabe, nesta ocasião, expressar uma particular gratidão a monsenhor José Agostinho Moita (n. 1925), secretário particular de D. António Ribeiro desde 1981 a 1998. Padre originário da diocese da Guarda, ordenado presbítero em 1948, foi professor nos seminários diocesanos entre 1946 e 1961 e foi promotor do escutismo na Guarda, ao qual esteve activamente ligado entre 1952 e 1961. Desde 1956 exerceu funções de assistência religiosa nas Forças Armadas, sendo efectivo como capelão militar entre 1961 e 1981, com comissões militares em Angola e Moçambique, tendo em 1976 passado a exercer funções de vigário geral castrense e capelão-mor das Forças Armadas desde 1976, com graduação em coronel. Distinguido por João Paulo II com o título de monsenhor, exerceu diversas funções paroquiais e, entre 1986 e 1997, foi chefe de redacção da revista *Vida Católica*, órgão oficial do Patriarcado de Lisboa.
- 5 Esta expressão é de monsenhor José Agostinho Moita, o seu último secretário pessoal. Este eclesiástico, em conversa e como testemunho, confirmou muitas destas expressões empregues pelas pessoas que, tendo convivido com o cardeal Ribeiro, as utilizam para lhe definir o carácter.
- 6 Logo em 1960, inicia a publicação em fascículos da obra intitulada *A Igreja do presente e do futuro: História do Concílio Ecuménico Vaticano II*, que, dirigida em conjunto com Manuel da Silva Costa, saiu com a chancela da editora Estampa. Esta obra surgiu com prefácio de Manuel Gonçalves Cerejeira, destacando a relevância da publicação e assinalando a importância da realização do II Concílio do Vaticano.
- 7 Esta percepção sobre a sua atitude para com os padres decorre do testemunho de alguns daqueles que, durante o seu episcopado, deixaram o ministério sacerdotal. É certo que se pode ver neste modo de proceder uma forma de acantonar ou de abreviar qualquer tipo de situação considerada sempre como prejudicial para a Igreja diocesana, mas muitos testemunham também grande apreço nesse seu comportamento, entendido como tendo sido de grande compreensão por determinadas situações pessoais.
- 8 D. António Bento Martins Júnior (1881-1963). Este prelado bracarense, que fora bispo de Bragança e Miranda entre 1928 e 1932, posteriormente nomeado bispo coadjutor de Braga em 1932, com o título de arcebispo de Ossirinco, sucedera nesse mesmo ano a D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932) como arcebispo primaz. Foi considerado «como o homem providencial, o da reconstrução da Igreja... do reatamento do prestígio da Igreja nas suas relações com as autoridades civis e políticas», considerado como «bispo-canonista», impulsor da restauração católica no pós-Concílio Plenário Português (1926) e no período florescente da Acção Católica, foi também apreciado como um prelado afecto ao regime estado-novense pelo modo como considerava ter este iniciado um período onde «a Nação portuguesa entrou no gozo duma paz fecunda, passando a viver numa atmosfera cristã» (Elisabete Rodrigues Machado, *A Igreja Primacial Bracarense da I República ao declínio do Estado Novo (1915-1963)*, dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2007, p. iv, 91 e 168).
- 9 Esta designação indica genericamente o pontificado de Eugenio Pacelli (1876-1958), que, eleito em 1939, tomou como nome apostólico o de Pio XII. É enorme a relevância deste pontificado de duas décadas, quer pela conjuntura, quer pelo que significou internamente à Igreja Católica do ponto de vista doutrinal e de realizações em diferentes domínios. Importa destacar que, durante este pontificado, em particular no período do pós-Segunda Guerra Mundial, ganhou relevo a democracia-cristã como programa e como forma de actuação política dos católicos ao lidarem com a democracia e a resistência aos regimes comunistas, a mobilização e a valorização do papel dos leigos como protagonistas creditados na intervenção da Igreja Católica na sociedade, ao nível nacional e internacional, e o reconhecimento da relevância da formação e organização de Igrejas locais no contexto da descolonização e da independência de novos Estados.
- 10 D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977) foi o 14.º patriarca de Lisboa, entre 1929 e 1971, tendo sido nomeado cardeal por Pio XI, com o título de São Marcelino e de São Pedro, a 16 de Dezembro de 1929. Sobre o seu percurso, cf. Luís Salgado de Matos, «Cerejeira, D. Manuel Gonçalves», in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, dir. de António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, pp. 296-313.
- 11 Manuel Alves Lourenço (n. 1929), presbítero do Patriarcado de Lisboa, formado em Direito Canónico, tem desempenhado funções de chanceler da Cúria Diocesana e é, actualmente, deão do Cabido.
- 12 António Baltasar Marcelino (n. 1930), presbítero da diocese de Castelo Branco e Portalegre, foi ordenado bispo como auxiliar do patriarca de Lisboa em 1975, sendo em 1980 nomeado bispo coadjutor de Aveiro, tendo desempenhado as funções de bispo titular desta diocese entre 1988 e 2006.
- 13 Nesta diocese, em particular nos finais dos anos 50 e nos anos 60, houve um forte empenho pelo trabalho da sociologia religiosa, o qual, no contexto conciliar, se apresentou com forte envolvimento de alguns padres, nomeadamente o padre António Marcelino, e leigos com o apoio directo do bispo D. Agostinho de Moura (1911-1989), que governou a diocese entre 1952 e 1978. Cf. Nuno Estêvão Ferreira, *A sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 26.
- 14 Serafim de Sousa Ferreira e Silva (n. 1930), originário da diocese do Porto, licenciou-se em Direito Canónico. Foi professor do seminário da diocese do Porto, tendo-se distinguido particularmente pelo seu empenho em diversos meios de comunicação social, teve um programa na televisão, «Diálogos de Sábado», em 1968, tendo cooperado também com o padre António Ribeiro na

- elaboração dos programas deste. Depois do regresso de D. António Ferreira Gomes à diocese em 1969, foi director do jornal *Voz Portucalense*. Fundou e é director de *Síntese*, uma publicação de actualidade religiosa. Feito bispo auxiliar do arcebispo de Braga em 1979, com o título de Lemellefa, desde 1981 esteve como bispo auxiliar no Patriarcado de Lisboa até ser indigitado como bispo coadjutor de Leiria-Fátima em 1987, onde permaneceu como bispo residencial entre 1993 e 2006.
- 15 Maurílio Jorge Quintal de Gouveia (n. 1932), presbítero desde 1955 da diocese do Funchal, foi feito bispo auxiliar do Patriarcado em 1974 com o título de Fabiona e, posteriormente, como arcebispo titular de Mítilene e vigário geral do Patriarcado nomeado em 1978. Em 1981 foi eleito arcebispo de Évora, arquidiocese que governou até 2008.
- 16 Esta dimensão referente à valorização do estudo da filosofia tomista, através da chamada renovação neotomista, como base filosófica do pensamento católico, diz respeito a uma das componentes mais importantes que acompanharam a estruturação do movimento católico da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX. Foi, em larga medida, no quadro deste pensamento que se deu a abertura católica à dimensão democrática, onde se destaca o reconhecimento da prevalência do povo como mediação do poder divino, e pelo método da valorização da realidade plural, aspectos centrais do pensamento de um autor tão influente como foi Jacques Maritain (1882-1973), o qual fazia parte das leituras do jovem padre António Ribeiro.
- 17 A sua biblioteca encontra-se actualmente dispersa, sem ter havido um levantamento sistemático e sem ter sido estabelecido um catálogo do seu espólio. Todavia, seguindo algumas pistas e anotações de livros, podem-se reconhecer leituras realizadas nesses anos 50, comuns ao meio católico intelectual da época, nomeadamente referentes a alguns autores italianos como Giorgio La Pira (1904-1977). Sobre este aspecto da sua personalidade, pode-se atender ao testemunho público de D. José da Cruz Policarpo (n. 1936), quando da homenagem a D. António Ribeiro promovida pela Câmara Municipal de Celorico de Basto, a 18 de Maio de 2001: «Guardou até ao fim o hábito de ler. Coisa rara na biblioteca de um eclesiástico, os seus livros estavam lidos e sublinhados. Oficiais do mesmo ofício – ambos éramos doutores em Teologia – ousei, por vezes, falar-lhe de algum livro recente que eu achava interessante. Raramente lhe dei uma surpresa, mas o contrário aconteceu várias vezes. Era variado e aberto o leque dos seus interesses de leitura. Sobre a mesa de cabeceira da clínica onde faleceu, espreitava, indiscreto e revelador, o livro de Manuel Alegre, *Nossa Senhora das Tempestades*. Tinha na sua biblioteca uma colecção impressionante de livros sobre Lisboa, a sua história, arte e perfil cultural e sociológico. Não sendo um lisboeta de origem, conheceu e amou como poucos, a cidade que serviu como Bispo.»
- 18 Cf. José António Santos e Ricardo de Saavedra, *António Ribeiro: Patriarca de Lisboa*, pp. 71 e 72.
- 19 Quem acompanhasse interna e externamente a vida nacional sabia que, entre 1956 e 1958, se tinham desenhado negociações para a adesão de Portugal à CEE, fundada em 1954 pelo Tratado de Roma, mas sem sucesso. Diante das dificuldades económicas e políticas, o governo português na época orientou a sua política internacional e negociou a constituição da EFTA em 1960, mesmo se sempre afectado pela natureza não democrática do regime e pela respectiva política colonial. Cf. José da Silva Lopes, «Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA)» e «Comunidade Europeia (CEE)», in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, vol. 1, pp. 73-75 e 172-73. A relevância destes aspectos da vida do país deve ser associada ao surgimento de uma nova geração da Acção Católica que, integrando os quadros da JUC e da LUC, masculina e feminina, protagonizavam, por esses anos, um empenhado ensino de reformas. D. António Ribeiro não só terá acompanhado estas informações, como conhecia pessoalmente alguns desses católicos, nomeadamente como assistente eclesiástico. Cf. os trabalhos de Paulo F. Oliveira Fontes, «As organizações de juventude e o movimento católico no século XX em Portugal», *História*, n.º 31, 1997, pp. 16-28; e *Elites católicas na sociedade e na Igreja em Portugal: o papel da Acção Católica Portuguesa (1940-1961)*, dissertação de doutoramento em História, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Ciências Humanas, 2006. Tese mimeografiada.
- 20 Nesse ano de 1955, em que se realizou em Bandung (Indonésia) o encontro fundador do movimento dos países não-alinhados, Pio XII recebeu, em Julho, o presidente da União Indiana, Jawaharlal Nehru (1889-1964), gesto considerado, na altura, como hostil aos interesses internacionais de Portugal, com particular incidência no respeitante às possessões indianas.
- 21 Angello Rocalli (1881-1863), eclesiástico italiano, eleito papa tomou o nome de João XXIII (1958-1963). Prelado com uma larga experiência diplomática e pastoral, conheceu e lidara muito de perto com questões cruciais das sociedades, entre as duas Grandes Guerras e no pós-1945, e da vida da Igreja Católica em muitos e variados contextos: as calamidades da guerra, a perseguição aos judeus, a relação entre católicos romanos e ortodoxos, a laicidade turca e francesa, a realidade de populações muçulmanas, o convívio e o afrontamento inter-étnico e inter-religioso, o comunismo, o problema dos padres operários, as correntes da «nova» teologia, etc. Não se tratava de uma personalidade afoita a posições radicais ou fracturantes, mas a sua maneira de ser de grande humildade pessoal e, ao mesmo tempo, prática, mas denotando forte sensibilidade para com as pessoas e as situações, predispunha a um grande apreço para com a sua pessoa dentro e fora do mundo católico, porque, no seu trato e no seu modo de agir, cativava e galvanizava. Cf. Giuseppe Alberigo (dir.), *Papa Giovanni*, Roma/Bari, Editori Laterza, 1987.
- 22 É indiscutível a importância desses anos 50 para uma abertura do catolicismo português a uma dimensão mais internacional. Esta abertura não foi só realizada por dirigentes católicos que participavam em encontros e congressos, mas também por jovens eclesiásticos que, regularmente, eram enviados a estudar no estrangeiro. Cf. António Matos Ferreira, «Religião e relações internacionais: o catolicismo português. Uma abordagem historiográfica», *Política Internacional*, n.º 21, 2000, pp. 167-68 e 181-82.
- 23 Padre António Ribeiro, *As brizas do Monte Muro: notas etnográficas*, Porto, Casa Regional da Beira-Douro, 1956, 7 pp. Sep. Bol. Casa Regional Beira-Douro, 10.
- 24 António Ribeiro, *A Doutrina do Evo em São Tomás de Aquino: ensaio sobre a duração da alma*

- separada*, Roma, Universidade Gregoriana, 1959. Esta obra, assinalada e devidamente referenciada nas várias indicações biográficas existentes sobre o prelado, não se encontra acessível, nem constando de nenhum dos catálogos das Bibliotecas da Universidade Gregoriana ou do Colégio Português em Roma, nem em nenhuma das bibliotecas públicas nacionais.
- 25 Desde a fundação da Acção Católica Portuguesa (ACP), em 1933, vinham regularmente para Lisboa eclesiásticos de diferentes dioceses que, a par das suas funções como assistentes eclesiásticos, acabavam por desenvolver uma significativa influência junto de vários círculos católicos da capital, sendo impossível destrinçar essa actuação daquela que era a da diocese. A título de exemplo citem-se quatro figuras que, pelas suas características, podem ser encaradas como paradigmáticas: António Avelino Gonçalves (1895-1981), Gustavo de Almeida (1903-1965), Francisco Moreira das Neves (1934-1974) e Abel Varzim (1902-1964).
- 26 Esta «casa dos assistentes» situava-se na Rua do Vale de Pereiro, perto do Largo do Rato, em Lisboa. Entre outros, seu contemporâneo nessa casa, conta-se o padre Agostinho [José Luís de Jesus] Jardim Gonçalves (n. 1932), da diocese do Funchal, que no início dos anos 60 veio também para Lisboa como assistente dos organismos operários de adultos da Acção Católica. Nos anos 70 foi assistente internacional do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos (MMTC), participou na delegação portuguesa ao Sínodo sobre Evangelização (1974), integrou posteriormente o Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement (CCFD) em França e, em Portugal, nos anos 90, foi cofundador da organização não-governamental OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento. Actualmente desempenha, entre outras funções, a de director do gabinete do patriarca de Lisboa e a de director da publicação diocesana *Vida Católica*.
- 27 Estes comentários são do jornalista, escritor e crítico televisivo Mário Castrim (1920-2002), publicados no semanário *Tal Qual*, 3 de Abril de 1998, p. 18.
- 28 *Idem, ibidem*.
- 29 Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU) era uma instituição de ensino superior, herdeira da Escola Superior Colonial fundada em 1906, para a formação de quadros administrativos coloniais, tendo no início dos anos 60 sofrido importante reorganização impulsionada por Adriano [José Alves] Moreira (n. 1922), no contexto do seu reformismo colonial, quer quando ocupou funções ministeriais, quer, posteriormente, quando foi seu director. Nessa época, nesta instituição envolveram-se diferentes personalidades intelectuais católicas, como o padre António da Silva Rego (1905-1986) e o jesuíta António da Silva (n. 1926), com destaque para a problemática da missionologia. O ISCSPU foi, no final dos anos 50 e início dos anos 60, um espaço relevante de renovação dos conhecimentos sobre a realidade ultramarina. O padre António Ribeiro fez parte do seu corpo de professores, tendo leccionado várias disciplinas: Filosofia Social, Filosofia Moral e Psicologia Social.
- 30 O Instituto de Cultura Superior Católica, criado por decisão do cardeal Cerejeira em Dezembro de 1963, teve como primeiros responsáveis o cônego Manuel Falcão e o padre claretiano Dr. Joaquim António de Aguiar (1915-2004). Funcionou inicialmente nas instalações dos Colégios Pio XII e Coração de Maria em Lisboa (cf. *Boletim de Informação Pastoral*, n.º 27, 1963, pp. 33-34), tendo integrado esta iniciativa, em diferentes momentos, outras figuras marcantes como os padres António Ribeiro, José Honorato Gomes Rosa (1920-1968), João António de Sousa (n. 1928), Manuel Antunes (1918-1985) ou, ainda, Margarida Abreu, que desempenhou funções como primeira secretária desta instituição. Além da responsabilidade como director deste instituto, o padre António Ribeiro leccionou diversas disciplinas, como Introdução à Teologia, Metodologia das Ciências Sociais e Doutrina Social da Igreja.
- 31 O arranque da Universidade Católica Portuguesa, fruto de um longo processo, deu-se efectivamente a 1 de Novembro de 1967, com a convergência de muitas iniciativas anteriores (cf. António Montes Moreira, «Universidade Católica Portuguesa», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, coord. de Carlos Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, pp. 310-14). A par de outras instituições de ensino já constituídas pela Igreja Católica, como fora o Instituto de Serviço Social em Lisboa desde 1935, a criação do Instituto de Cultura Superior Católica correspondeu a um momento e a uma vontade de afirmação católica no âmbito do ensino superior. Assiste-se também ao início da construção da Faculdade de Filosofia (1963) em Braga para albergar o Instituto de Filosofia criado pela Companhia de Jesus (1934) e à constituição do Instituto de Psicologia Aplicada (1962). Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, n.º 27, 1963, p. 33.
- 32 Padre António Ribeiro, «O conceito da socialização segundo a encíclica ‘Mater et Magistra’», Lisboa, [s.n.], 1964, separata da revista *Acção Médica*, n.º 28.
- 33 António Ribeiro, *A natureza religiosa do Apostolado*, Lisboa, Editora Logos, 1965.
- 34 António Ribeiro, *Caminhos da unidade* [Actas da V Semana Portuguesa de Teologia, Lisboa, 1967], Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1968.
- 35 António Ribeiro, *Existência e utilização dos Tempos Livres: problema social e cristão*, Lisboa, Editora Logos, 1967.
- 36 *Evangelho e igreja: a história do Isolotto*, Lisboa, Moraes, 1970. A tradução do padre António Ribeiro dizia respeito a um pequeno livro sobre a experiência da Comunidade do Isolotto, na diocese de Florença. Tratava-se de uma comunidade de base, dinamizada pelo padre Enzo Mazzi, pároco desde 1954, que dera origem a uma experiência eclesial considerada inovadora, que se tornara célebre nos anos 60, particularmente nos anos do concílio e no pós-concílio.
- 37 Em 1964, nos dias 3 a 5 de Dezembro, Paulo VI deslocou-se a Bombaim para assistir ao Congresso Eucarístico Internacional, tendo o governo português encarado «a visita papal como um reconhecimento da conquista violenta de Goa, já ocorrida, e como tal como ‘um agravo gratuito, inútil e injusto’, tendo Salazar chegado mesmo a ameaçar denunciar a Concordata e a alterar radicalmente a política religiosa caso o papa decidisse ir a Goa – o que não aconteceu» (Manuel Braga da Cruz, «As relações entre o Estado e a Igreja», in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1990, vol. 12, p. 221). Cf. também: João Miguel Almeida, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008, pp. 139-49.
- 38 «O colaborador religioso da Televisão, rev. Dr. António Ribeiro, ausentou-se da estação por não lhe ter sido permitido ler o progra-

- ma que estava preparado» (José Galdes Freire, *Resistência católica ao salazarismo-marcelismo*, Porto, Telos, 1976, p. 136). Cf. também Bruno Cardoso Reis, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 317; Joana Lopes, *Entre as brumas da memória: os católicos portugueses e a ditadura*, Lisboa, Ambar, 2007, p. 45; ou ainda João Miguel Almeida, *A oposição católica*, p. 147.
- 39 Neste contexto, importa sublinhar a importância da encíclica de Paulo VI *Ecclesiam suam* (10 de Agosto de 1964), publicada no contexto do início dos trabalhos da última fase do II Concílio do Vaticano, sobre a necessidade de aprofundar «a consciência que ela [Igreja] deve ter de si mesma, do tesouro de verdades de que é herdeira e guarda, e da missão que deve exercer no Mundo» (3.^a ed., Lisboa, União Gráfica, 1967, p. 11). «O mistério da Igreja não é simples objecto de conhecimento teológico, deve ser facto vivido, em que a alma fiel, antes de ser capaz de definir a Igreja com exactidão, a pode apreender numa experiência conatural» (p. 21). Nesta encíclica, o papa Montini insistia na necessidade do aprofundamento da consciência eclesial, assente na renovação e no diálogo, onde destacava o papel relevante da hierarquia, como «comunidade eclesial», capaz de estimular um patamar de vivência eclesial, de modo a testemunhar e a despertar «novo entusiasmo» e capaz de multiplicar «assuntos e interlocutores, de modo que aumentem o vigor e a santidade do Corpo Místico, terreno, de Cristo» (p. 57).
- 40 «(...) o Papa Paulo VI, cuja personalidade sempre me impressionou muito pela sua cultura humanista extraordinária e pela sua afabilidade pessoal. Visto de muito longe, parecia uma figura distante; no trato pessoal, era encantador. E foi admirável quer o modo como conduziu ao fim o Concílio, quer na determinação com que procurou aplicá-lo.» (José António Santos e Ricardo de Saavedra, *António Ribeiro: Patriarca de Lisboa*, pp. 114 e 115).
- 41 D. Sebastião Soares de Resende (1896-1967), natural de Milheirós de Poiares, foi ordenado presbítero em 1928, doutorou-se em Filosofia na Pontifícia Universidade Gregoriana e foi sagrado bispo da Beira em 1943. Como afirma Adriano Moreira «Ao conceito oficial de que à Igreja africana só era lícito intervir no seu próprio governo, dogma, moral e disciplina, o concílio, e o padre conciliar D. Sebastião de Resende, opunham a insistência na necessidade e urgência da acção social. (...) morreu em luta com o governo e em defesa da sua liberdade profética». Cf. Sebastião Soares de Resende, bispo da Beira, *Profeta em Moçambique*, Linda-a-Velha, Difusão Editorial (DIFEL), 1994, p. xiii.
- 42 Cf. Sidónio de Freitas Branco Paes, *A Acção Católica em Portugal: um testemunho*, documento mimeografiado. Sobre esta temática, cf. Paulo F. Oliveira Fontes, *Elites católicas*, pp. 478-484, ou ainda Joana Lopes, *Entre as brumas da memória*, pp. 99-111.
- 43 Neste processo de mutação da Acção Católica, importa sublinhar a presença do padre Dr. Orlando Leitão (1924-2003), que, além de assistente da Junta Central liderada pelo Eng. Sidónio Paes, foi também assistente dos organismos juvenis escolares e dos meios independentes, e, entre 1970 e 1974, assistente internacional da JECI. Em 1974, D. António Ribeiro convidou-o para seu próximo colaborador, assim se mantendo, até ao fim, como alguém da sua mais estrita confiança. Desempenhou diferentes funções na Cúria Patriarcal: secretário-geral (1974-1990) e, desde 1990, vigário geral.
- 44 De acordo com o testemunho do padre Luís de Azevedo Mafra (n. 1926), o cardeal Cerejeira terá explicitado de forma pública o seu pedido de renúncia dirigido ao Santo Padre quando da Primeira Assembleia do Clero do Patriarcado, realizada na casa de retiros da Buraca, entre os dias 25 e 31 de Setembro de 1966.
- 45 Frei Francisco Fernandes Rendeiro (1915-1971) foi bispo de Coimbra entre 1967 e 1971. Anteriormente exercera funções episcopais na diocese do Algarve, primeiro como coadjutor (1952-55) e depois como bispo residencial (1955-65). Foi para Coimbra como bispo coadjutor em 1965, e aí, pelas características da diocese, lidou com as novas gerações do Centro Académico da Democracia Cristã (CADC), marcadas pela progressiva politização da universidade e pelo ambiente pós-conciliar.
- 46 Uma diocese dividida a respeito do sucessor do cardeal Cerejeira, entre D. António dos Reis Rodrigues (1918-2009) e D. Manuel Falcão (n. 1922). Esta divisão, além de uma questão de personalidades, encarnava, na perspectiva de muitos, duas opções completamente distintas em torno da vida da Igreja Católica e do futuro do Patriarcado.
- 47 António Luciano Pacheco de Sousa Franco (1942-2004). Nasceu em Lisboa, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, doutorou-se em Ciências Jurídico-Económicas em 1972, tornando-se professor catedrático em 1980. Assumiu, desde 1974, diversos cargos públicos e políticos, entre os quais o de secretário de Estado das Finanças em 1976 e o de ministro das Finanças em 1979, no governo de iniciativa presidencial chefiado por Maria de Lurdes Pintasilgo (1930-2004), e de novo em 1995, no primeiro governo de António Guterres (n. 1949). Em 1979, fora o primeiro presidente da Comissão Parlamentar de Integração Europeia. Militante do Partido Social Democrata, exercera as funções de presidente da Comissão Política do PPD/PSD em 1977-78, mas entrou em ruptura com o partido em finais da década de 70, altura em que formou a ASDI (Acção Social-Democrata Independente) e se aproximou do Partido Socialista através de uma coligação denominada Frente Republicana e Socialista (FRS), em 1980. De 1979 a 1985, foi presidente do conselho directivo da Faculdade de Direito de Lisboa. Em 1986, presidiu ao Tribunal de Contas durante a governação de Aníbal António Cavaco Silva (n. 1939). Após a extinção da FRS, manteve-se sempre independente, apesar da proximidade ao PS. Encabeçou a lista deste partido para as eleições europeias de 2004, mas durante uma acção da campanha a decorrer em Matosinhos, no dia 9 de Junho, faleceu vítima de ataque cardíaco. Leigo católico prestigiado e escutado, foi presidente da Junta Central da Acção Católica Portuguesa. Chamado em muitas ocasiões para assessorar o episcopado, integrou entre 2001 e 2002 a delegação que, pela parte da Santa Sé, realizou as negociações da revisão da Concordata com o governo português, a qual foi aprovada pelas partes em 2004.
- 48 José Barreto, «A Igreja e os católicos», in *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, pp. 137-70.
- 49 Considera-se constitutivo do «reformismo católico» o conjunto de diversas personalidades e iniciativas que consideram relevante para a própria experiência católica a intervenção, de uma forma muito particular, na realidade social, gerando simultaneamente

- melhores condições de vida, de desenvolvimento e de justiça. Formadas e integradas nos movimentos católicos e sustentadas pela doutrina social, com destaque para a valorização da sociologia e da economia, estas personalidades e iniciativas marcaram directa ou indirectamente a realidade do país. Cf. também Nuno Estevão Ferreira, *A sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 35-51.
- 50 João Pedro Miller Guerra (1911-1993), reputado neurologista, conhecido pela relevância da sua actividade intelectual e política antes e depois de 1974. Por testemunhos familiares, o padre doutor António Ribeiro era visita de sua casa e, no período da direcção deste, integrou também a equipa de responsáveis do Instituto de Cultura Superior Católica.
- 51 Joaquim Magalhães Mota (1935-2007), advogado e político prestigiado antes e depois de 1974, foi um dos fundadores do Partido Popular Democrata (PPD) e desempenhou funções ministeriais em diversos governos provisórios. Membro activo do movimento católico e da sua renovação, integrou a equipa do *Boletim de Informação Pastoral* (BIP) liderada pelo cónego Manuel Falcão.
- 52 Valentim Xavier Pintado (n. 1925) é economista. Integrou a dinâmica de renovação na primeira fase do marcelismo por parte do «grupo dos liberais» e foi membro fundador da SEDES. Conhecido e respeitado militante católico, a ele se deve o impulso inicial da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, da qual foi director desde 1972. Em muitas circunstâncias tem assessorado o episcopado português.
- 53 Neste contexto, certamente que D. António Ribeiro pretendia com toda a clareza não ver a Igreja Católica envolvida directamente em disputas partidárias, como ocorrera no final da Monarquia Constitucional e no início da República. Situação que causara uma grande conflituosidade interna ao campo católico e que, nessa época, levava o patriarca D. José Sebastião de Almeida Neto (1841-1920) a confrontar-se com antagonismos de largas dimensões, e o seu sucessor, D. António Mendes Belo (1842-1929), a não apoiar explicitamente o Partido Nacionalista contra a expectativa e a vontade de sectores católicos da diocese e do país.
- 54 Luís de Azevedo Mafra, *Lisboa no tempo do cardeal Cerejeira*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 1997.
- 55 Expressões utilizadas por D. José da Cruz Policarpo na homenagem a D. António Ribeiro promovida pela Câmara Municipal de Celorico de Basto, a 18 de Maio de 2001.
- 56 José da Felicidade Alves (1925-1998) foi padre do Patriarcado e considerado um empreendedor e inovador no campo da pastoral. Fora professor no Seminário dos Olivais durante os anos 50 até ser nomeado pároco de Santa Maria de Belém, em Lisboa. Próximo do cardeal Cerejeira e aberto à renovação conciliar, a partir de 1968 foi acusado por sectores católicos e políticos afectos ao regime estado-novense, provocando uma tensão e um conflito que culminou com sanções eclesásticas, num confronto público com o referido patriarca. Testemunhos posteriores dão conta de que D. António Ribeiro terá procurado agir de modo a encontrar uma solução e, em certo sentido, um certo grau de reconhecimento e de separação, na medida em que procurou uma reapreciação da situação. Isto mesmo foi revelado na homilia de D. José da Cruz Policarpo proferida no casamento canónico de José da Felicidade Alves em 1998. Foi explicado que fora «obtido da Santa Sé a dispensa das obrigações inerentes ao celibato sacerdotal e o levantamento de todas as censuras», «culminando um processo de aproximação e reconciliação, encetado pelo meu antecessor, o cardeal D. António Ribeiro, que só não o levou a bom termo, impedido que foi pela longa e grave doença de que viria a morrer. Em documentos, de que só tive conhecimento depois da sua morte, são patentes os passos dados e a dolorosa preocupação que este problema lhe causava» (*Testemunho aberto: o caso do Padre Felicidade*, org. Abílio Tavares Cardoso e João Salvado Ribeiro, Lisboa, Multinova, 1999, p. 385).
- 57 Cf. *Por caminhos não andados: Seminário dos Olivais (1945-1968)*, coord. Artur Lemos, Mafra, edição de autor, 2007.
- 58 Este sector católico, bastante diversificado na sua composição, congregava distintas personalidades e motivações, integrando quem assumia a herança de Salazar em oposição ao marcelismo, quem considerava existir uma deriva no interior da Igreja Católica provocada pelo reformismo conciliarista, quem sobrepunha a natureza nacionalista à universalidade do catolicismo, com particular incidência no que respeitava a «questão ultramarina». Do ponto de vista da análise política, ver alguns aspectos desta problemática em Luís Aguiar dos Santos, «Um teste aos conceitos de *nomocracia* e *teleocracia*: o jornal *Política* perante a 'primavera marcelista' (1969-1970)», *Análise Social*, n.º 149, 1998, pp. 1093-1115.
- 59 Cf. José António Santos e Ricardo de Saavedra, *António Ribeiro: Patriarca de Lisboa*, p. 127.
- 60 *Idem*, p. 135.
- 61 Cf. Luís de Azevedo Mafra, *Lisboa no tempo do cardeal Cerejeira*, pp. 81-116.
- 62 D. António dos Reis Rodrigues (1918-1999) é, no plano da análise histórica, um dos bispos mais relevantes da segunda metade do século XX em Portugal. «Formou as elites da Juventude Universitária Católica e da Academia Militar dos mornos anos 50. Pela sua mão passaram todos os capitães de Abril e a maioria dos intelectuais que fariam o marcelismo, o PSD e a esquerda não comunista do país» (Inês Dentinho, «O bispo da geração perdida», *O Independente*, 27 de Março de 1997, suplemento *Vida*, p. 15). Eclesiástico do «modernismo» do cardeal Cerejeira, ordenado depois da formação em Direito, tornou-se uma personalidade intelectual e espiritual marcante de sucessivas gerações, mas também em tensão com muitas delas quando, nos anos 60, se deu a politização dos meios católicos. Bispo auxiliar dos cardeais Cerejeira e Ribeiro, desempenhou importantes funções no plano diocesano e na Conferência Episcopal, considerado que sempre foi por uma grande capacidade de trabalho, de rigor e competência.
- 63 D. Manuel Falcão (n. 1922), formado em engenharia, como sacerdote e professor foi considerado o impulsionador dos estudos da sociologia religiosa no país e da renovação católica nos anos 50 e 60. Em 1966 foi feito bispo auxiliar do cardeal Cerejeira. O cardeal Ribeiro convidou-o para essas mesmas funções até que, em 1974, foi nomeado para bispo coadjutor de Beja. Foi bispo residencial desta diocese alentejana, entre 1980 e 1999, onde realizou importante trabalho de revitalização.
- 64 D. Júlio Tavares Rebimbas (n. 1922) foi nomeado bispo do Algarve em 1965. Considerado um bispo essencialmente pastoral,

- foi feito arcebispo de Mitilene e auxiliar do patriarca de Lisboa em 1972. Em 1977 foi escolhido como o primeiro bispo da diocese de Viana do Castelo e, entre 1982 e 1997, foi bispo do Porto.
- 65 Cf. Ricardo Alexandre de Oliveira Neves, *Pastoral Juvenil e consciência eclesial nos anos 70: o Centro de Animação da Pastoral Juvenil (CAPJ)*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2000. Texto mimeografiado.
- 66 António Manuel de Almeida Janela (n. 1941). Quando regressado de Roma, onde estudou sociologia na Universidade Gregoriana, para além de funções de assistente da Acção Católica, nomeadamente na Juventude Escolar Católica (JEC), este eclesiástico foi nomeado para coadjuvar o padre João Trindade na paróquia de São Nicolau, tendo posteriormente assumido funções de pároco. Nessa ocasião, foi constituído um primeiro centro de apoio à pastoral juvenil com sede nas instalações dessa mesma paróquia.
- 67 Esta dinâmica da pastoral universitária, coordenada por D. José da Cruz Policarpo, nomeado bispo auxiliar em 1978, com a coordenação de Maria de Lurdes Belchior (1923-1998), teve o seu início num encontro de 15 a 17 de Dezembro de 1979, na Casa de Retiros das Doroteias, no Linho (Sintra).
- 68 Este eclesiástico dominicano, de seu nome completo Alberto Luís Pimenta de França de Oliveira (n. 1936), era uma destacada figura da renovação católica pós-conciliar em Portugal. Tendo estudado no Instituto Superior Técnico, onde se licenciara em engenharia, fazia parte de um grupo de jovens universitários que, passando pela Juventude Universitária Católica (JUC), tinham escolhido já adultos ingressar na vida sacerdotal. A sua pertença à Ordem Dominicana levava-o a realizar a formação teológica no estrangeiro, nomeadamente no Canadá. Regressado a Portugal no período imediato ao pós-concílio, empenhara-se com outros eclesiásticos na tarefa de reciclagem do clero e dos membros das congregações religiosas. Participou na fundação do Instituto Superior de Teologia em Lisboa, no qual foi docente, e depois do encerramento desde instituto esteve empenhado na constituição do Centro de Reflexão Cristã, em 1975. Nos anos 80 participou na direcção do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e nos anos 90 esteve também ligado à fundação da organização não-governamental OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento.
- 69 Esta «velha» questão da divisão eclesial – a possibilidade da constituição de «duas igrejas» – é uma preocupação constante por parte da hierarquia católica em situações onde o confronto entre católicos se encontra directamente pressionado pela luta política. A par da questão central da legitimidade eclesial, a divisão religiosa é percebida como fragilização da autoridade eclesiástica e «ruptura de unidade», não só do ponto de vista interno, mas particularmente em face do Estado.
- 70 Cf. Nelson Ribeiro, *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2002; Paula Borges Santos, *Igreja católica, Estado e sociedade, 1968-1975: o caso Rádio Renascença*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- 71 Joseph Mindszenty (cardeal), *Mémoires*, pref. Jean d'Ormesson, trad. Janie Durand, Paris, La Table Ronde, 1974.
- 72 Trata-se de um testemunho directo de um dos padres que se encontrava junto de D. António quando se deu o cerco ao Patriarcado pelas forças da extrema-esquerda militar e política. Esse livro de memórias do purpurado húngaro dizia respeito ao percurso daquele que era um símbolo dos bispos resistentes aos regimes comunistas. Feito bispo em 1944 e cardeal em 1946 por Pio XII, entre 1941 e 1945 participou na resistência ao fascismo no seu país e por isso esteve preso «por traição» entre 1944 e 1945. Resistente ao poder soviético por ocasião da invasão da Hungria em 1956, exilou-se nessa ocasião na embaixada dos Estados Unidos em 1971, quando abandonou o seu país, passando a residir em Viena. Em 1973, num compromisso da *ostpolitik* romana, renunciou à dignidade de primaz da Hungria, o que levou certos sectores católicos a considerarem-no como vítima do realismo e dos compromissos políticos da Santa Sé.
- 73 «(...) a definição do tipo de regime a instaurar em Portugal (...) fez-se também por via da dimensão religiosa. A Igreja institucional, na qual se destacou o lugar de grande centralidade ocupado pelo cardeal-patriarca D. António Ribeiro (...) manteve na transição para a democracia um perfil adaptativo – que o potencial de perturbação associado ao ‘caso Rádio Renascença’ não só não pôs em causa, como lhe deu consistência – focalizado na valorização do modelo democrático de tipo ocidental» (Paula Borges Santos, *Igreja Católica, Estado e Sociedade*, p. 250).
- 74 José António Santos e Ricardo de Saavedra, *António Ribeiro: Patriarca de Lisboa*, p. 134.
- 75 D. Manuel de Almeida Trindade (1918-2008). Natural de Monsanto (Idanha-a-Nova), ingressou em 1930 no Seminário de Coimbra. Formou-se em Filosofia e em Teologia na Universidade Pontifícia Gregoriana. Ordenado em 1940, foi vice-reitor e reitor do Seminário Maior de Coimbra. Entre 1960 e 1962 leccionou a cadeira de «Origens do Cristianismo» na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em 1962 foi ordenado bispo da diocese de Aveiro, de que foi titular até 1988. Exerceu a presidência da Conferência Episcopal Portuguesa em vários mandatos, de 1972 a 1975 e de 1981 a 1987.
- 76 Sobre este encontro, D. António Ribeiro refere que recebeu o Dr. Mário Soares «deliberadamente», acrescentando: «Não tinha motivos para lhe recusar a audiência. Recebi-o, sabendo que isso não ia ser visto com bons olhos em Portugal. Mas procedi de consciência tranquila. E, em abono da verdade, posso afirmar que ninguém do Governo de Marcelo Caetano, então no poder, me fez qualquer reparo» (José António Santos e Ricardo de Saavedra, *António Ribeiro: Patriarca de Lisboa*, p. 113). Todavia, o patriarca de Lisboa não esclareceu como fora preparada essa conversa. Sabe-se que o Dr. Mário Soares tinha conhecimentos pessoais na Cúria Romana, nomeadamente com monsenhor Agostinho Casaroli (1914-1998), na altura com responsabilidades nas relações com os Estados. Este importante prelado foi estreito colaborador de Paulo VI e João Paulo II fê-lo cardeal e escolheu-o como secretário de Estado em 1979, funções que exerceu até 1990.
- 77 «Tal cuidado não deve, porém, interpretar-se como desencorajamento da procura, por parte dos católicos e dos homens de boa vontade, na justiça, na caridade e na liberdade, que o mesmo é dizer, num esforço de objectividade e lucidez, de respeito pelas pessoas e seus direitos, de diálogo e colaboração, de empenhamento e responsabilidade, como repetidamente tem sido inculcado pelo Magistério da Igreja» (Nota do Patriarcado acerca do caso da Capela do Rato, *Diário de Lisboa*, 11 de Janeiro de 1973, p. 1). Nesse mesmo ano, na pastoral sobre a

- Quaresma, esta mesma posição foi expressa de novo por D. António.
- 78 D. Manuel de Almeida Trindade (1918-2008), *Memórias de um bispo*, p. 325.
- 79 A encíclica *Pacem in Terris* tinha um particular significado entre os sectores católicos portugueses que tinham estado envolvidos na «Cooperativa de Difusão Cultural e Acção Comunitária — Pragma», fundada a 11 de Abril de 1964 por ocasião do primeiro aniversário deste documento pontifício. Esta iniciativa foi sujeita a diferentes formas de repressão política, como as várias tentativas da sua dissolução em 1968 ou ainda em 1972. (Cf. Joana Lopes, *Entre as brumas da memória*, pp. 59-79.)
- 80 «Nestes últimos dias, deram-se entre nós mutações de incalculáveis consequências. (...) Sentimos com todo o Povo os anseios e esperanças da hora presente e com ele nos empenhamos, dentro da nossa competência, na edificação de uma ordem social assente na verdade, na justiça, no amor e na paz. (...) formulamos o voto ardente de que, postos de parte ódios, vinganças e lutas de classes, que só seriam prejudiciais, o Povo Português possa construir o seu presente e o seu futuro no progresso, na harmonia e na paz.» (Nota pastoral a propósito dos acontecimentos de 25 de Abril — Lisboa, 4 de Maio de 1974, in Conferência Episcopal Portuguesa, *Documentos pastorais: 1967-1977*, Lisboa, União Gráfica, 1978, pp. 130-31).
- 81 Conferência Episcopal da Metrópole, *Carta Pastoral do Episcopado Português: o contributo dos cristãos para a vida social e política* (Lisboa, 16 de Julho de 1974), Lisboa, Secretariado Geral do Episcopado, 1974, § 2.
- 82 Este documento sublinhava também com muita clareza que «a hierarquia, salvo casos extremos, não tem que apontar aos cristãos os programas ou os partidos que devem perfiar ou recusar. Não é da sua competência, nem seria respeitar a liberdade dos cidadãos, que apregoa. Concomitantemente, importa recordar que nenhum partido ou movimento político se pode legitimamente arvorar em defensor exclusivo ou privilegiado do pensamento ou interesses da Igreja» (§ 43).
- 83 A este propósito, Diogo Freitas do Amaral, nas suas memórias, enquanto fundador e dirigente do Centro Democrático Social (CDS), faz o reparo de «não ter tido dos bispos o apoio que esperava», o que corresponde também, e em larga medida, a uma reacção ao comportamento de D. António Ribeiro, a qual não deixou de decepcionar todos os que esperavam ou desejavam uma orientação politicamente direccionada por parte do episcopado português.
- 84 Quando dos acontecimentos do 28 de Setembro de 1974, estando em Roma nos trabalhos do Sínodo, regressa imediatamente a Lisboa para manter directamente a Santa Sé informada do desenrolar dos acontecimentos no país. Na época estava em jogo não só a realidade continental mas também no ultramar, em torno da descolonização e das futuras independências. D. António Ribeiro acabou por regressar e dirigir uma pastoral aos seus diocesanos.
- 85 Durante o chamado «Verão Quente», em Viseu, numa reunião com a presença do político católico italiano Aldo Moro (1916-1978) e, entre outros, a de D. Júlio Tavares Rebimbas (n. 1922), arcebispo de Mitilene, certamente mandatado pelo cardeal Ribeiro enquanto seu auxiliar, a internacional da Democracia Cristã ofereceu condições organizativas de resistência aos católicos portugueses. D. António Ribeiro nunca sustentou esse tipo de iniciativas, nem lhes deu cobertura. (Este testemunho é um relato, com autorização para ser referido, de um participante nessa reunião.)
- 86 Paula Borges Santos, na sua investigação sobre este período, considera que o *Avante!* nunca atacou directamente o cardeal Ribeiro. Segundo esta investigadora, este jornal do Partido Comunista Português denunciava os sectores católicos reacçãoários e contrarrevolucionários, mas não integrava o prelado lisbonense nesta apreciação.
- 87 Esta visão própria dos militares, valorizando uma concepção hierárquica em torno de um chefe, deu protagonismo ao patriarca de Lisboa, mesmo quando este não ocupava as funções de presidente da Conferência Episcopal. Ainda neste contexto, teve muito relevo o facto de D. António ser ordinário castrense, ter como bispo auxiliar uma figura respeitada nesses mesmos meios como era D. António dos Reis Rodrigues, e ter tido também dois antigos capelães militares como secretários pessoais.
- 88 «(...) A adaptação da Igreja Católica portuguesa às determinações conciliares do Vaticano II suscitou a afirmação de novos paradigmas eclesiais. (...) aspecto mais visível dessa transformação ocorreu já durante o magistério de D. António Ribeiro (...) com a aceitação da diversidade de posicionamentos dos católicos como característica da pluralidade. (...) acompanhada da manifestação da utilidade de ser cumprido o princípio de separação entre a Igreja e o Estado para o bom relacionamento entre estas duas instâncias. Paralelamente, no interior do movimento católico assistiu-se à superação do modelo totalizante e hegemónico da ACP e à institucionalização de diversas formas de apostolado, que representavam diferentes apropriações dos conteúdos religiosos. Esta realidade traduzia a aceitação episcopal de um determinado tipo de concorrência intrareligiosa e favoreceu a democratização interna da Igreja» (Paula Borges Santos, *Igreja Católica, Estado e Sociedade*, pp. 245-46).
- 89 Neste sentido, e referenciados por diversos testemunhos, recebeu em diversas ocasiões, de forma mais ou menos discreta, mais ou menos pública, determinadas personalidades da vida política nacional, como Adelino da Palma Carlos, Sá Carneiro, Vasco Gonçalves, António Ramalho Eanes, Mário Soares, Álvaro Cunhal, e dirigentes das várias organizações sindicais. «Em todos estes aspectos D. António Ribeiro foi um bispo sereno e corajoso, com uma capacidade rara de discernimento, tendo granjeado o respeito dos protagonistas da sociedade, vindos de todos os quadrantes partidários. No seu arquivo secreto encontrei uns cadernos, que secretos continuarão, onde, depois de cada entrevista, põe por escrito o conteúdo da conversa e a sua análise pessoal sobre a situação. Será documento importante para a história deste período, quando, segundo as regras dos arquivos, se puderem tornar públicos. Daí ressalta o profundo respeito por todos, a sua capacidade de ouvir e de encontrar pontos de convergência em personagens tão dispares» (D. José da Cruz Policarpo na homenagem a D. António Ribeiro, na Câmara Municipal de Celorico de Basto, a 18 de Maio de 2001).
- 90 Já em 1975, nas Terceiras Jornadas sobre «Sociedade Moderna e População», realizadas pela iniciativa conjunta da Associação dos Médicos Católicos Portugueses, do Serviço de Entreatuda e Documentação Conjugal e da Associação Católica dos Profissionais de Enfermagem e de Saúde, o cardeal Ribeiro afirmava: «(...) A questão do aborto põe-se actualmente por toda a parte, com

- maior ou menor acuidade. E diante dela corre sério risco o primeiro de todos os direitos fundamentais do homem: o direito de ser, a nascer e a existir. Não digo bem. De facto, não está em causa apenas o primeiro direito fundamental da pessoa humana. Estão-no todos. Os direitos do homem são entre si solidários e, consentida a violação de um, aberta fica a porta para o desrespeito dos outros» («Direito de nascer – 2», Documentos n.º 36, Separata de *Documentação Católica*, n.º 81, 1984, p. 3).
- 91 «Dois meses depois da aprovação da lei, o Patriarca segue para Roma fazendo coincidir a viagem com a visita do Primeiro-Ministro ao Papa. Recusa os convites para as recepções oficiais. Precisa de explicar aos portugueses que a generosa audiência de João Paulo II a Mário Soares em nada se prende com uma mudança de atitude da Igreja em relação à Lei do Aborto» (Inês Dentinho, «O homem que conversava em silêncio», *O Independente*, 27 de Março de 1988, p. 39).
- 92 Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, *Mensagem dos bispos ao Povo de Deus no aniversário da visita do Santo Padre*, Lisboa, Edição do Secretariado Geral do Episcopado, 1983.
- 93 D. Eurico Dias Nogueira, *Memórias do Arcebispo*, pp. 123-27.
- 94 Terá tido reservas e preocupações quanto à natureza de tal projecto, mesmo se esta iniciativa pudesse fazer convergir e cooperar diversas sensibilidades católicas, mas também não o desautorizou publicamente quando este falhou. Cf. José António Santos e Ricardo de Saavedra, *António Ribeiro: Patriarca de Lisboa*, pp. 99-101; D. Eurico Dias Nogueira, *Memórias do Arcebispo*, p. 138.
- 95 Cf. António Matos Ferreira, «Plano de Acção Pastoral do Patriarcado de Lisboa – 20 anos depois: alguns comentários de natureza histórica e teológica», *Brotéria*, n.º 114, 1997, pp. 233-37. «(...) a linguagem apontada neste enunciado revela a passagem de um conceito de acção para o de empenhamento. Esta modificação revela uma outra consciência, na qual a questão essencial não se situa tanto ao nível do que se faz, mas do que se é no que se faz» (p. 234). Importa também referir o historial deste projecto escrito pelo padre Luís de Azevedo Mafra, «Breve apanhado da história da elaboração do Plano de Acção Pastoral do Patriarcado – PAP apresentado à diocese em 15 de Setembro de 1976», *Lusitania Sacra*, n.º 8-9, 1996-97, pp. 681-707.
- 96 Giovanni Battista Montini (1897-1978), eleito papa com o nome de Paulo VI (1963-1978). Coube-lhe prosseguir e concluir os trabalhos do II Concílio do Vaticano. Com um pontificado extremamente complicado mas inovador, marcado pelas profundas mudanças no mundo e na Igreja Católica, é reconhecida a sua capacidade espiritual e pastoral para lidar com os problemas da sua época e possibilitar uma transição profunda e sem precedente na história da Igreja.
- 97 D. António Ribeiro, «O evangelho do amor de Deus (1990)», in *Obras escolhidas*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2008, vol. 1, p. 87.
- 98 Cf. D. António Ribeiro, «Hora de esperança e de alegria (27 de Março de 1997)», in *Obras escolhidas*, vol. 2, pp. 257-59.
- 99 D. António Ribeiro deslocou-se, em diversas ocasiões, a vários centros de emigração, onde teve oportunidade de contactar com essas comunidades existentes nos diversos continentes, muitas vezes a convite dos bispos locais.
- 100 Hans Urs von Balthasar (1905-1988), teólogo de origem suíça, foi co-fundador da revista internacional de teologia *Communio*, em conjunto com Henri de Lubac (1896-1991), Walter Kasper (n. 1933) e Joseph Ratzinger (n. 1927). Considerado como um dos teólogos católicos mais marcantes do século xx, nomeadamente pela valorização acordada à relação entre o belo e a graça no diálogo com as diversas sensibilidades do mundo moderno, foi feito cardeal por João Paulo II em 1988, pouco tempo antes de falecer.
- 101 Todos os jornais da época trouxeram múltiplos testemunhos que ilustram esta reacção. As estações de televisão fizeram programas especiais e transmitiram em directo as exéquias e o funeral que, acompanhado a pé pelas individualidades presentes e por muitas pessoas anónimas, percorreu as ruas de Lisboa entre a Sé e o Panteão dos Patriarcas, no Mosteiro de São Vicente de Fora.
- 102 Como a imprensa destacou na altura, este traço de moderação e de empenhamento democrático foi saudado, de diversas formas, pelos mais diversos quadrantes sociais e ideológicos. Ver, por exemplo, *Correio da Manhã* de 25 de Março de 1998, p. 19; ou ainda *O Independente* de 25 de Março de 1998, p. 6.